


# Diagnóstico para a Sustentabilidade do Alandroal



	<b>Agenda 21 do Concelho do Alandroal</b> Diagnóstico para a Sustentabilidade	 Página 2 de 117
--	--	---

Com o apoio de: Elaborado por:



Outubro de 2011

## Ficha Técnica

### Proponente



Câmara Municipal do Alandroal  
Praça da República  
7250 – 116 Alandroal  
<http://www.cm-alandroal.pt>  
Tel.: (351) 268 440 040 | Fax: (351) 268 440 041 | E-mail: [cm-alandroal@mail.telepac.pt](mailto:cm-alandroal@mail.telepac.pt)

### Estudo elaborado por



TTerra – Engenharia e Ambiente, Lda.



Rua Gil Vicente, 193, 1º C  
2775-198 Parede  
[http:// www.tterra.pt](http://www.tterra.pt)  
Telefone: (351) 214 537 349 | Fax: (351) 210 134 553 | E-mail: [tp@tterra.pt](mailto:tp@tterra.pt)

Outubro de 2011

## Siglas e Acrónimos

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administração da Região Hidrográfica
ATL	Actividades de Tempos Livres
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
CMA	Câmara Municipal do Alandroal
CNO	Centro Novas Oportunidades
DGEG	Direcção-geral de Energia e Geologia
DGRF	Direcção Geral dos Recursos Florestais
EB	Escola Básica
EDIA	Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva
EM	Estrada Municipal
EPUÉ/USTE	Escola Popular da Univerdade de Évora/Universidade Sénior Túlio Espanca
ER	Estrada Regional
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GDR	Grupo de Detecção Remota
GEE	Gases de Efeito de Estufa
GIPSA	Grupo de Intervenção Psicossocial de Alandroal
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGP	Instituto Geográfico Português
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
JI	Jardim-de-Infância
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica



PDM	Plano Director Municipal
PGU	Plano Geral de Urbanização
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
RSI	Rendimento Social de Inserção
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
RVF	Rede Viária Florestal
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SSL	Sistema de Sustentabilidade Local
SRH	Sub-Região Homogénea

## Índice

1.	INTRODUÇÃO.....	5
2.	ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	7
3.	OS RECURSOS PARA A SUSTENTABILIDADE.....	11
3.1	Recursos Ambientais.....	11
3.1.1	Água.....	11
3.1.1.1	<i>Caracterização dos recursos hídricos superficiais.....</i>	11
3.1.1.2	<i>Caracterização dos recursos hídricos subterrâneos.....</i>	13
3.1.1.3	<i>Qualidade da Água.....</i>	15
3.1.1.4	<i>Usos da Água.....</i>	16
3.1.1.5	<i>Abastecimento Urbano.....</i>	17
3.1.1.6	<i>Drenagem e tratamento de águas residuais.....</i>	21
3.1.2	Ar.....	22
3.1.3	Ambiente Sonoro.....	26
3.1.4	Solo.....	27
3.1.5	Floresta e Outros Usos.....	31
3.1.6	Biodiversidade.....	36
3.1.7	Gestão de Resíduos.....	37
3.1.8	Consumo de Energia.....	41
3.2	Recursos Sociais.....	42
3.2.1	Demografia.....	43
3.2.2	Emprego.....	49
3.2.3	Edificado.....	50
3.2.4	Educação.....	52
3.2.5	Saúde.....	57
3.2.6	Ação Social.....	60
3.2.7	Acessibilidades.....	70
3.3	Recursos Económicos.....	72
3.3.1	Tecido Empresarial.....	72



3.3.2	Agricultura, Florestas e Produção Animal .....	76
3.3.2.1	Agricultura e Florestas.....	76
3.3.2.2	Produção Animal .....	78
3.3.3	Indústria Transformadora.....	81
3.3.4	Turismo .....	82
3.4	Recursos Culturais.....	86
3.4.1	Cultura .....	86
3.4.2	Desporto e Lazer.....	90
3.5	Gestão do Território .....	92
4.	PRESSÕES EXERCIDAS PELAS ACTIVIDADES HUMANAS .....	98
5.	AVALIAÇÃO GLOBAL DA SUSTENTABILIDADE.....	105
	BIBLIOGRAFIA .....	114
	FONTES.....	116

## 1. Introdução

A Agenda 21 Local surgiu na sequência da Cimeira da Terra, em 1992, tendo resultado num documento orientador que tem como objectivo promover a elaboração de estratégias e medidas integradas que evitem e invertam os efeitos da degradação ambiental, de forma a alcançar um desenvolvimento compatível com o ambiente e sustentável em todos os países. Dez anos depois da Cimeira da Terra, em Joanesburgo, este propósito foi reforçado e registaram-se mais de 5000 Agendas em todo o mundo plenas de sucesso.

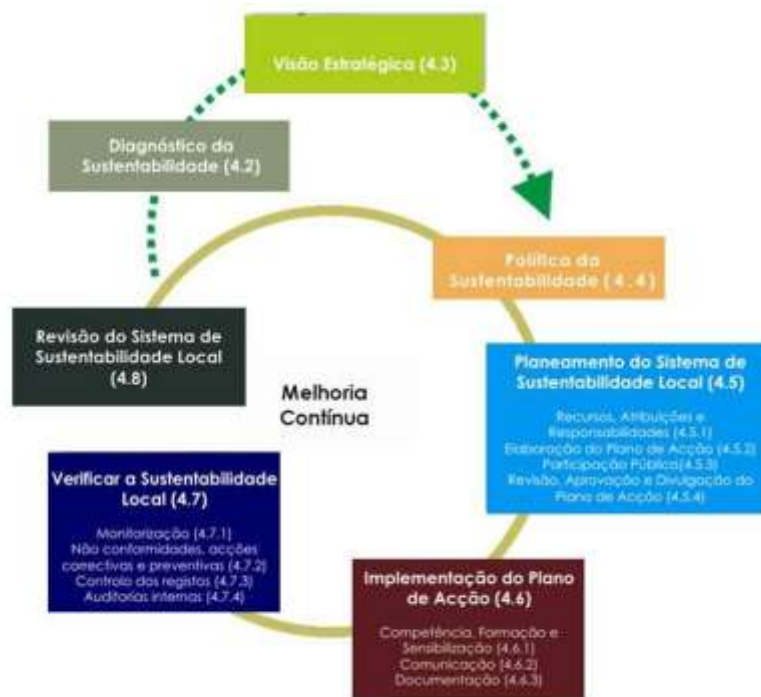
Portugal também assumiu este compromisso internacional e configurou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (“desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”), que aponta para a necessidade das comunidades locais assumirem e desenvolverem as suas próprias estratégias de sustentabilidade.

Assim, a Câmara Municipal do Alandroal quer também contribuir activamente para a sustentabilidade do Concelho e em boa hora assumiu a liderança na promoção da Agenda 21 Local do Alandroal. Trata-se de um processo de longo curso mas que só poderá ser concretizado se actuar *aqui e agora*.

A mais-valia deste processo é a participação pública. O promotor é a Câmara Municipal do Alandroal, mas os agentes são todos. Todos são convidados a participar: população e agentes locais. Pretende-se criar consensos e parcerias tendo como mote a melhoria da qualidade de vida de quem vive no Alandroal.

Sintetizando, a Agenda 21 Local do Alandroal existe fundamentalmente para configurar soluções e estratégias participadas que possam resolver problemas e atingir ambições locais. Para que este desígnio se concretize e espelhe a realidade concelhia, a participação da população é um elemento chave em todo o processo.

O desenvolvimento do processo da Agenda 21 Local do Alandroal tem como referencial o Manual para a Implementação da Agenda 21 Local, promovido pela Agência Portuguesa de Ambiente (APA, 2007). Esse processo realiza-se através de dois ciclos de revisão e um conjunto de fases, que se identificam na Figura 1.



(Fonte: APA, 2007)

**Figura 1. Requisitos do Sistema de Sustentabilidade Local (SSL).**

O ciclo exterior contempla o Diagnóstico e a Visão Estratégica, ocorrendo no início do processo de implementação da Agenda 21, e sempre que se registem alterações nos instrumentos de ordenamento com implicações no SSL. O ciclo interior deve ser revisto em função da implementação do Plano de Acção do SSL e a sua adequação à Política de Sustentabilidade (APA, 2007).

Com base no esquema anterior, a primeira fase do processo da Agenda 21 de Alandroal corresponde à elaboração do Diagnóstico para a Sustentabilidade, que consiste no processo de



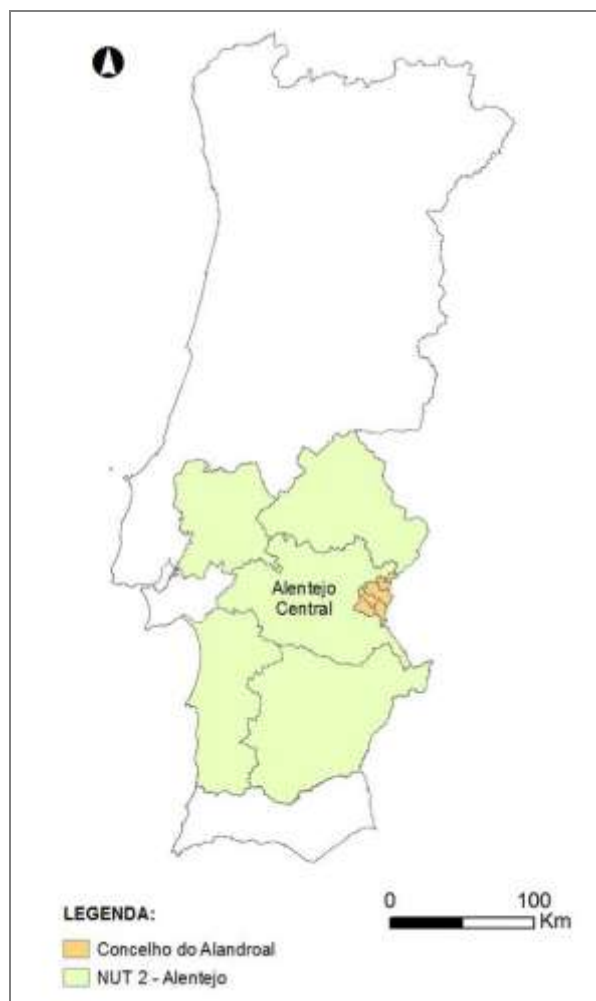
identificação dos principais problemas, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento de um território (APA, 2007). Com efeito, o Diagnóstico da Sustentabilidade contempla:

- Caracterização do território de intervenção segundo as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, económico e cultural);
- Identificação das potencialidades e estrangulamentos existentes;
- Identificação do impacte das actividades humanas na sustentabilidade.

Assim, o Diagnostico para a Sustentabilidade analisa, considerando uma visão integradora e critérios de sustentabilidade, o estado actual do concelho do Alandroal. Este documento servirá de apoio à definição dos Vectores Estratégicos que serão o enfoque do Plano de Acção.

## **2. Enquadramento Territorial**

O concelho do Alandroal situa-se a Sul do País, no distrito de Évora. Surge em plena Região Alentejo (NUT II), tal como definido pelas nomenclaturas de unidade territorial regulamentadas pelo Regulamento do Conselho nº 1059/2003, transposto para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro. Pertence ainda à sub-região Alentejo Central (NUT III), tal como se pode observar na Figura 2.



**Figura 2. Enquadramento Territorial do concelho do Alandroal.**

Situa-se na designada *Zona dos Mármore*s, que engloba ainda os concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Localiza-se a Este do distrito de Évora, a uma distância aproximada de 50 km da cidade de Évora, e a Sudeste da cidade de Estremoz. Faz fronteira com Espanha e localiza-se na margem direita do rio Guadiana. O município é limitado a norte pelo concelho de Elvas e Vila Viçosa, a Leste por Espanha, a Sul por Mourão e por Reguengos de Monsaraz e a Oeste pelo concelho de Redondo (Figura 3).





**Figura 3. Freguesias e confrontações do concelho do Alandroal.**

A Vila do Alandroal é a sede de um município com 544,86 km<sup>2</sup> de área e com 5 928 habitantes (2009), numa densidade populacional de 11,0 habitantes/km<sup>2</sup>, distribuídos por seis freguesias, a saber: Capelins (Santo António), Juromenha (Nossa Senhora do Loreto), Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho), Santiago Maior e Terena (São Pedro).

A morfologia do concelho do Alandroal é diferente daquela que caracteriza a região Alentejo, na medida em que o seu relevo é mais preenchido por pequenos cabeços (montes), do que por planícies.

Os territórios dos antigos municípios de Terena e Juromenha foram anexados no século XIX ao concelho do Alandroal. A povoação de Villarreal, situada no município de Olivença (Espanha), era uma povoação do antigo concelho de Juromenha. O próprio Alandroal é uma das três vilas do

concelho, sendo as outras Terena e Juromenha. Ao nível de aldeias, são doze as que integram o concelho: Rosário, Hortinhas, Mina do Bugalho, Faleiros, Ferreira de Capelins, Montejuntos, Marmelos, Orvalhos, Aldeia da Venda, Pias, Casas Novas de Mares e Cabeça de Carneiro.

O concelho do Alandroal é servido pela estrada regional (ER) 373, que liga as localidades de Redondo a Elvas, passando pela localidade do Alandroal, pela ER255 que liga as localidades de Reguengos de Monsaraz e Borba e passa pelo Alandroal e ainda pela ER254, que liga as localidades de Évora a Vila Viçosa, passando por Redondo. De destacar ainda a Auto-Estrada A6 que liga as duas capitais ibéricas, Lisboa e Madrid, com passagem pela capital de distrito, Évora, que passa próximo do concelho, a noroeste do mesmo (Figura 4).



**Figura 4. Rede viária com ligação ao concelho do Alandroal.**

### 3. Os Recursos para a sustentabilidade

#### 3.1 *Recursos Ambientais*

O ambiente é tudo o que nos rodeia, sendo por isso um valor essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Como tal, o conhecimento do estado dos recursos ambientais como a água, o solo, o ar e a biodiversidade é essencial para a identificação dos problemas, constrangimentos e oportunidades que fundamentarão as linhas de actuação a prosseguir.

##### 3.1.1 Água

###### 3.1.1.1 *Caracterização dos recursos hídricos superficiais*

O concelho do Alandroal integra a grande bacia hidrográfica do Rio Guadiana. O território é drenado por este rio, o qual constitui limite administrativo a Este, e pelos seus afluentes. Além do Rio Guadiana, destaca-se a Ribeira de Lucefécit, que atravessa o concelho sensivelmente a meio no sentido NW-SE.

É também nestas linhas de água que se localizam duas importantes albufeiras para o território do Alandroal: a albufeira de Lucefécit, cuja barragem se situa no concelho; e a albufeira de Alqueva, cuja barragem se situa a jusante, nos concelhos de Moura e Portel.

O empreendimento de Lucefécit, explorado pela Junta de Agricultores do Lucefécit, é utilizado para rega. O aproveitamento de Alqueva, por sua vez, é de fins múltiplos, sendo usado para rega, abastecimento urbano, produção hidroeléctrica e reserva. Esta obra é explorada pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva SA (EDIA).

Além destas identificaram-se no Concelho as seguintes pequenas barragens (Quadro 1):

**Quadro 1. Localização das pequenas barragens existentes no Concelho de Alandroal.**

Designação	M (m)	P (m)	Carta Militar	Freguesia
Álamo	255212	190638	440	São Pedro Terena
Apóstolos	270886	182373	452	Nossa Senhora da Conceição
Azinhal	270197	192006	441	São Brás dos Matos
Baldio	261444	189574	451	Nossa Senhora da Conceição
Chiado	265455	191592	441	Nossa Senhora da Conceição
Congeito	261094	191620	440	Nossa Senhora da Conceição
Herdade da Cebola	265697	185911	452	Nossa Senhora da Conceição
Herdade da Defesa	270430	170950	463	Santo António (Capelins)
Herdade da Gaga	256290	178791	462	Santiago Maior
Herdade da Pipeira	264392	190513	441	Nossa Senhora da Conceição
Herdade da Rendeira	260297	171741	462	Santiago Maior



Designação	M (m)	P (m)	Carta Militar	Freguesia
Herdade da Rocha	272165	186420	452	Nossa Senhora da Conceição
Herdade de St. <sup>a</sup> Luzia	270331	180796	452	Nossa Senhora da Conceição
Herdade do Roncanito	268448	172032	463	Santo António (Capelins)
Herdade Dom Pedro	266280	184999	452	Nossa Senhora da Conceição
Herdade dos Canhões	262516	179183	462	São Pedro Terena
Lourenço Alcaide	271301	189036	452	São Brás dos Matos
Malhada Alta	255782	189059	451	São Pedro Terena
Mechão	264646	187112	452	Nossa Senhora da Conceição
Monguizo	255832	187311	451	São Pedro Terena
Ovil do Rendeira	267618	180310	452	Santo António (Capelins)
Santa Luzia	272164	182103	452	Nossa Senhora da Conceição
Santa Luzia de Baixo	272034	181174	452	Nossa Senhora da Conceição

(Fonte: <http://scrif.igeo.pt/>)

Considerando a informação produzida no âmbito da Directiva-Quadro da Água e disponibilizada pelo INAG, verifica-se que todas as linhas de água com carácter de massa de água que atravessam o concelho do Alandroal estão em risco de não cumprimentos dos objectivos ambientais definidos para estas massas de água, devido ao seu estado ecológico ou por se tratar de uma zona sensível com risco de eutrofização. Também as duas principais albufeiras, Alqueva e Lucefécit, estão em risco de não cumprimento dos objectivos.

Ainda neste domínio importa referir o interesse das galerias ripícolas da Ribeira de Lucefécit, ricas do ponto de vista faunístico e com uma vegetação ripícola e matos bem desenvolvidos. Toda a linha de água está classificada como águas piscícolas de ciprinídeos, na qual vivem ou podem viver espécies piscícolas da família *Cyprinidae*, tais como o escalo (*Leuciscus* spp.), a boga (*Chondrostoma* spp.) e o barbo (*Barbus* spp.).

A Ribeira de Lucefécit foi considerada no âmbito da Directiva-Quadro da Água, pela Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Alentejo, como ecossistema aquático a recuperar por intervenções antropogénicas devido a corresponder a áreas de distribuição natural dos endemismos piscícolas ameaçados. A albufeira, apesar de classificada com albufeira de águas públicas, não dispõe de Plano de Ordenamento de Albufeira.

No que se refere aos aspectos hidrológicos deste território, de acordo com a cartografia temática disponibilizada no Atlas do Ambiente Digital, o escoamento médio anual no Concelho varia entre 200 mm na zona Norte, de maiores altitudes médias, e 100 mm a Sul. De acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Rio Guadiana, o escoamento médio anual na Ribeira de Lucefécit é da ordem de 194 mm/ano, aproximadamente 79,5 hm<sup>3</sup>/ano.

A região do Alandroal apresenta risco de seca. Considerando a informação do PBH do Rio Guadiana, o risco de seca no Concelho é avaliado em médio, sendo que se verificam situações de seca com uma frequência de 1 vez em cada 5 anos (Quadro 2).

**Quadro 2. Frequência de ocorrência das secas por zona da bacia hidrográfica do Rio Guadiana.**

Zonas de bacia	Secas por zona	
	Nº de ocorrências	Período de retorno (anos)
Portalegre	4	13
Arronches	7	7
Campo Maior	9	6
Elvas	9	6
Borba – Vila Viçosa	6	8
<b>Alandroal</b>	<b>11</b>	<b>5</b>
Redondo	9	6
Évora	8	6
Reguengos de Monsaraz	8	6
Mourão	9	6
Portel	7	7
Vidigueira	9	6
Moura	12	4
Cuba	9	6
Barrancos	5	10
Beja	11	5
Serpa	16	3
Castro Verde	19	3
Mértola	18	3
Almodôvar	13	4
Alcoutim	20	3
Castro Marim – Vila Real de St.º António	18	3

(Fonte: [http://www.inag.pt/inag2004/port/a\\_intervencao/planeamento/pbh/pbh04\\_guadiana/1/guad\\_f1v4\\_p3.pdf](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/guad_f1v4_p3.pdf))

### **3.1.1.2 Caracterização dos recursos hídricos subterrâneos**

Na maior parte do Concelho ocorrem rochas com escassa aptidão aquífera que dão origem a aquíferos em geral livres, de produtividade baixa. A circulação de água faz-se essencialmente pelo sistema de fracturas, configurando-se um ambiente hidrogeológico heterogéneo e anisótropo, compartimentado, com variações bruscas do fluxo subterrâneo e do nível piezométrico.

Pontualmente os aluviões, que constituem estreitas faixas ao longo das principais linhas de água e claramente subordinadas a estas, são aquíferos em que as reservas embora reduzidas podem ter algum interesse. A exploração destes aquíferos induz a infiltração no leito das linhas de água, pelo que os recursos disponíveis ou exploráveis destes aquíferos dependem quase exclusivamente do caudal das linhas de água.

Na zona Norte, junto ao concelho de Vila Viçosa, ocorre uma estreita faixa de rochas calcárias e dolomíticas, que constitui o Sistema Aquífero Estremoz-Cano (A4), de elevado interesse hidrogeológico. À semelhança de outros sistemas cársicos, o sistema aquífero Estremoz-Cano apresenta uma grande heterogeneidade, complexidade e imprevisibilidade.

Este sistema aquífero é vulgarmente dividido em dois sectores devido, essencialmente, às diferenças geológicas do carso: o sector do Cano a NW e o anticlinal de Estremoz a SE. O concelho do Alandroal intersecta o sector SE, correspondente ao anticlinal de Estremoz.

O anticlinal de Estremoz é constituído pelas rochas mais antigas do sistema aquífero, do Paleozóico, mais fracturadas e com um registo geológicos maior e mais complexo conferindo uma maior heterogeneidade ao sector (Cupeto, 2003).

Relativamente ao sentido do fluxo no sector SE, verifica-se que a circulação de água subterrânea se faz no sentido dos limites do sistema, pelo que de uma forma geral a região do aquífero existente no concelho do Alandroal constitui uma zona de descarga.

Em geral o sistema aquífero tem apresentado uma boa resposta face à precipitação, com uma boa recuperação dos níveis após um período de seca.

Para o total do aquífero, os valores da recarga são da ordem de 44 hm<sup>3</sup>/ano (Almeida *et al*, 2000).

Os valores de transmissividade apontados na bibliografia são muito variáveis, entre 600 m<sup>2</sup>/dia e 5500 m<sup>2</sup>/dia, situação comum em aquíferos deste tipo.

A produtividade apresenta uma elevada variabilidade espacial. Os índices de produtividade são maiores nas zonas de descarga e aumentam de Este para Oeste.

Nesta região do sistema aquífero as captações atingem profundidades entre os 20 e 40 m, e de acordo com Almeida *et al*. (2000), os furos na área do Alandroal possuem caudais em estiagem da ordem de 10l/s e rebaixamentos muito pequenos. Merecem destaque as captações do Algar das Morenas, com caudais variáveis entre 6 e 30 l/s (*idem*), e do Algar de St.º António, ambas utilizadas para abastecimento de Alandroal.

De acordo com o PBH do Rio Guadiana, os maiores riscos de contaminação deste sistema aquífero são a microbiológica e a de origem agrícola, apresentando na região do Alandroal um risco Médio a Baixo.

### 3.1.1.3 Qualidade da Água

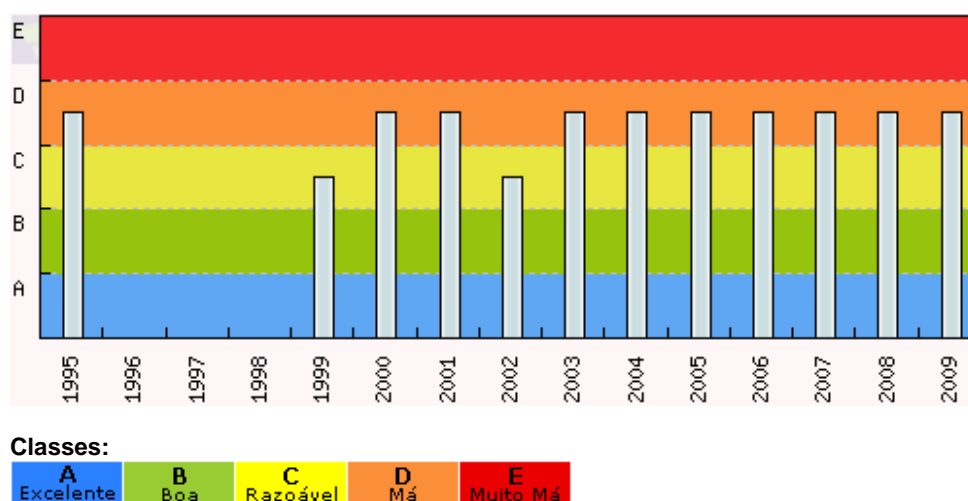
No que respeita às águas subterrâneas, no sector do sistema aquífero explorado por captações instaladas no concelho do Alandroal, a qualidade da água é de uma forma geral boa a muito boa.

Na restante área do concelho, considerando as características hidrogeológicas das formações, a qualidade da água subterrânea manifestará os usos do solo e, nos casos em que esteja subordinada a linhas de água, é previsível que a qualidade da água captada seja idêntica à da água da linha de água.

Relativamente à água superficial, no Rio Guadiana, na estação de Monte da Vinha, a cerca de 14 km a montante da sua passagem pelo território do Alandroal, a qualidade foi classificada em excelente em 2009. Nos anos antecedentes, a qualidade da água do Rio Guadiana nesta estação era frequentemente má ou mesmo muito má.

Quanto à Ribeira de Lucefécit, apenas se dispõem de dados de qualidade para a albufeira. Na próxima figura (Gráfico 1) apresenta-se a evolução da qualidade da água na Albufeira de Lucefécit entre 1995 e 2009, considerando a classificação da qualidade da água para usos múltiplos. No Quadro 3 identificam-se os parâmetros responsáveis pela classificação. Da leitura desta informação resulta que a qualidade da água na Albufeira de Lucefécit é recorrentemente má, contribuindo para essa classificação os parâmetros vulgarmente associados a contaminação orgânica, previsivelmente de origem urbana, pecuária e/ou de práticas de fertilização com efluentes pecuários. Estão também presentes fenóis cujas origens são normalmente efluentes industriais e efluentes urbanos.

Gráfico 1. Evolução da qualidade da água na Albufeira de Lucefécit.



(Fonte: <http://snirh.pt/>)

**Quadro 3. Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da água para usos múltiplos.**

<b>Ano</b>	<b>Parâmetro responsável pela classificação</b>
1995	Oxigénio dissolvido (sat) e Oxidabilidade
1999	Fósforo P
2000	Carência bioquímica de oxigénio e Oxigénio dissolvido (sat)
2001	Carência bioquímica de oxigénio e Oxigénio dissolvido (sat)
2002	Carência química de oxigénio, Oxigénio dissolvido (sat), Oxidabilidade, Carência bioquímica de oxigénio e Fenóis
2003	Carência química de oxigénio e Fenóis
2004	Oxidabilidade, Carência bioquímica de oxigénio e Carência química de oxigénio
2005	Oxidabilidade
2006	Oxidabilidade
2007	Fenóis
2008	Carência química de oxigénio e Fenóis
2009	Oxidabilidade

(Fonte: <http://snirh.pt/>)

Informação mais recente da ARH do Alentejo relativa ao estado trófico da Albufeira de Lucefécit, refere que esta se encontra eutrofizada.

O relatório de fundamentação da revisão do Plano Director Municipal (PDM) do Alandroal (CMA, s.d.) refere ainda para a ocorrência de poluição na Ribeira do Alandroal, Ribeiro da Bradeira, Ribeira da Silveirinha e Ribeira da Rendeira, consequência de descargas de efluentes industriais gerados essencialmente pela agro-indústria instalada no Concelho.

#### **3.1.1.4 Usos da Água**

De acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), o empreendimento de Lucefécit, explorado pela Associação de Beneficiários do Lucefécit, beneficia um perímetro de rega de 1179 ha. As principais culturas deste aproveitamento hidroagrícola são o milho de grão, as culturas industriais, os prados e as culturas forrageiras.

Esta albufeira é ainda utilizada na rega de áreas fora do perímetro de rega, que em 2001 atingiam cerca de 1 000 ha.

No Quadro 4 apresenta-se a evolução dos consumos com origem nesta albufeira, entre os anos de 1988 e 1998.





**Quadro 4. Volumes armazenados e consumidos na Barragem de Lucefécit no período entre 1988 e 1998.**

Anos	Área regada (ha)	Volumes armazenados (dam <sup>3</sup> )		Volumes consumidos (dam <sup>3</sup> )		
		No início da rega	No final da rega	Rega	Outros fins	Total
1988	-	-	-	154.000	-	154.000
1989	-	-	-	1.028.000	-	1.028.000
1990	204	-	-	2.445.000	-	2.445.000
1991	0	7.586.000	4.857.000	-	-	-
1992	308	4.475.000	1.796.000	1.960.000	-	1.960.000
1993	173	1.940.000	1.100.000	621.000	-	621.000
1994	379	9.045.000	4.787.000	1.668.000	-	1.668.000
1995	654	5.425.000	1.500.000	3.032.000	893.000	4.925.000
1996	805	9.989.000	4.188.000	3.185.000	-	3.185.000
1997	2.552	9.665.000	4.490.000	3.356.000	1.819.000	5.175.000
1998	1.006	12.166.000	3.910.000	4.477.000	1.779.000	6.256.000

(Fonte: Fonte: [http://www.dgadr.pt/ar/a\\_hidroagricolas/exploracao/ahlucefecit.htm](http://www.dgadr.pt/ar/a_hidroagricolas/exploracao/ahlucefecit.htm))

O abastecimento público é também um importante uso da água no concelho, ainda que os quantitativos sejam muito inferiores aos afectados pelo sector agrícola. O PBH do Rio Guadiana estimou que as necessidades de água para abastecimento público no Concelho são da ordem de 616 dam<sup>3</sup>/ano e as necessidades de água para rega são de cerca de 6 792 dam<sup>3</sup>/ano.

Além do abastecimento agrícola e público identificam-se ainda usos industriais, nomeadamente agro-indústria e indústria extractiva. Tratam-se de usos pouco expressivos em termos de volumes utilizados face à reduzida industrialização do Concelho.

Quanto a usos não consumptivos, a Albufeira do Lucefécit é utilizada para fins recreativos, nomeadamente pesca e desportos náuticos.

### **3.1.1.5 Abastecimento Urbano**

O concelho do Alandroal é servido por quatro sistemas: Alandroal, Juromenha, Malhada Alta e Santiago Maior. O sistema Alandroal encontra-se sob gestão da empresa Águas do Centro Alentejo e os outros três estão sob gestão da Autarquia.

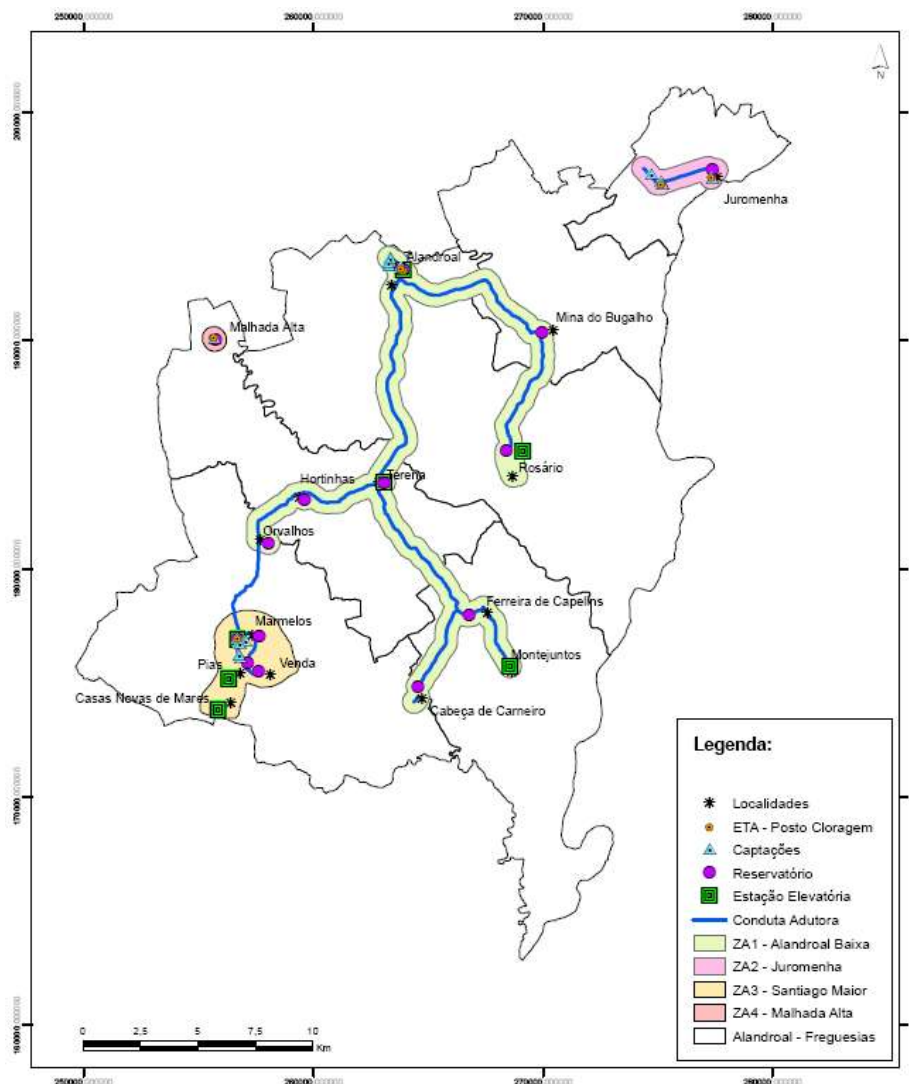
O sistema de Alandroal é composto por 3 captações principais, 3 captações de reserva, 1 Estação de tratamento de Águas (ETA) e 1 reservatório, que integram o Sistema em Alta, e 9 reservatórios integrados no Sistema em Baixa. Este sistema abastece as localidades de Terena, Hortinhas (São Pedro), Ferreira, Montes Juntos (Nossa Senhora de Capelins), Mina do Bugalho (S. Brás dos Matos), Alandroal e Rosário (Santo António) Orvalhos e Cabeça de Carneiro (Santiago Maior), e serve de reforço as restantes localidades da freguesia de Santiago, pelo Reservatório da Palha (Marmelos/Lages, Pias, Venda e Casas Novas de Mares).

O sistema da Malhada Alta, por sua vez, é composto por 1 captação e 1 reservatório. Abastece o lugar da Malhada Alta.

O sistema de Juromenha, por último, é composto por 2 captações principais, 3 captações de reserva e 1 reservatório. Serve a freguesia de Juromenha.

Quanto ao sistema de Santiago Maior, este é constituído por um reservatório de regularização (Reservatório da Palha) para onde contribui o caudal vindo do sistema de Alandroal e de mais 5 captações que servem de reforço. Por sua vez este reservatório permite o abastecimento de 3 reservatórios afectos às redes de abastecimento do sistema (reservatório de Pias, Marmelos e Venda).

As zonas de abastecimento do concelho são apresentadas na Figura 5.



(Fonte: CMA, 2009)

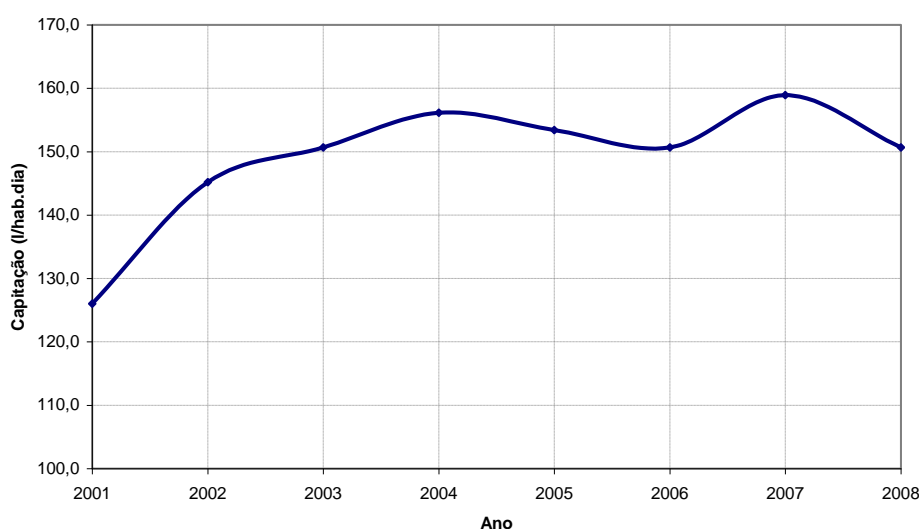
Figura 5. Zonas de abastecimento do concelho do Alandroal.

Todas as captações são subterrâneas e já têm proposta de definição de perímetros de protecção, de acordo com o Decreto-Lei nº 382/99, de 22 de Setembro e legislação subsequente.

Considerando os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), 100% da população residente em lugares é servida por abastecimento público domiciliário. Em 2008, a capitação de água no concelho situava-se em 150,7 l/hab.dia. Nesse mesmo ano foram captados 556 dam<sup>3</sup>, tendo sido contabilizados 333 dam<sup>3</sup> de água distribuída.

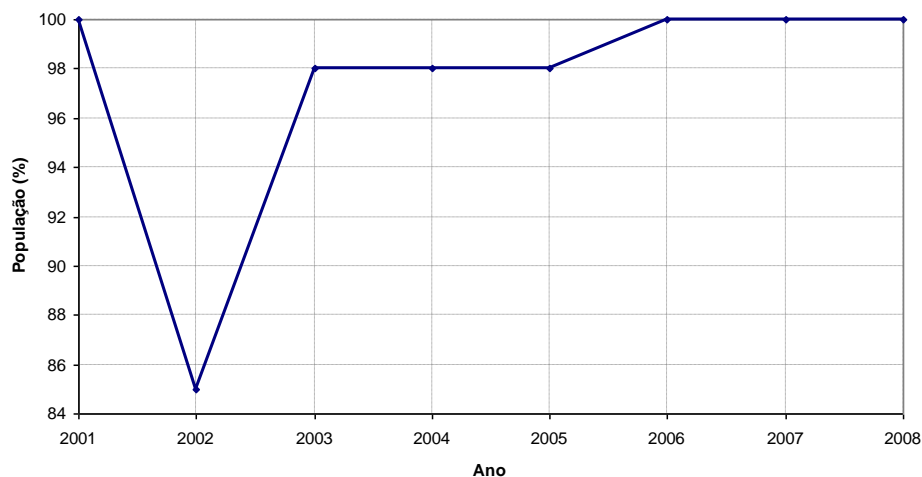
De seguida apresenta-se a evolução dos consumos de água por habitante no Concelho (Gráfico 2) e da população servida por sistemas de abastecimento de água (Gráfico 3). Neste último gráfico é provável que os dados referentes ao ano de 2001 estejam incorrectos. Da leitura do primeiro destes gráficos constata-se que tem havido um progressivo aumento da capitação, situando-se no entanto a capitação sempre abaixo dos 200 l/hab.dia. Os dados da autarquia relativos ao volume facturado em 2009 e à população atendida nesse mesmo ano permitem aferir uma capitação de 147 l/hab.dia. Tratam-se no geral de valores baixos, típicos de zonas rurais. Quanto ao índice de atendimento dos sistemas de abastecimento de água, e não entrando em consideração com o valor de 2001, verifica-se que tem havido um esforço muito significativo na infra-estruturação resultando que actualmente 100% da população residente em lugares é servida por abastecimento público domiciliário.

**Gráfico 2. Evolução da capitação no Concelho do Alandroal.**



(Fonte: INE, 2011)

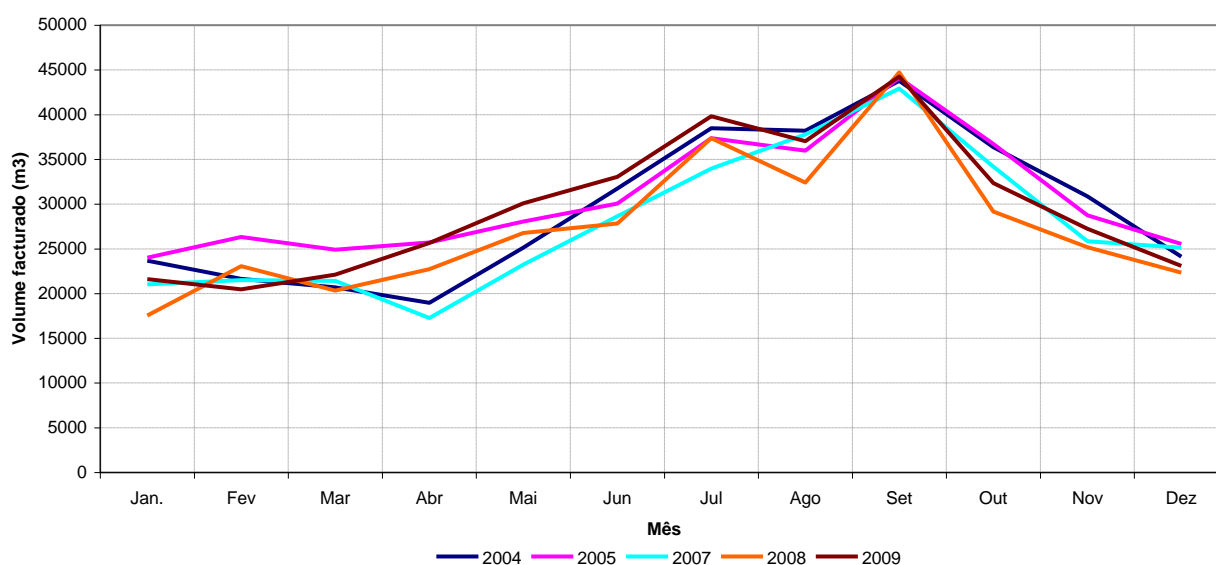
**Gráfico 3. Evolução do índice de atendimento dos sistemas de abastecimento público no Concelho do Alandroal.**



(Fonte: INE, 2011)

O abastecimento no Concelho caracteriza-se ainda por uma forte variabilidade nos volumes distribuídos ao longo do ano. De acordo com dados de facturação do Município de 2004 a 2009, em média têm-se um consumo mensal máximo 2,4 vezes superior ao consumo mensal mínimo. Os consumos são máximos nos meses de Junho e Agosto e os menores consumos têm normalmente lugar entre Novembro e Março. No Gráfico 4 é apresentada a variação dos volumes facturados durante o ano no concelho do Alandroal.

**Gráfico 4. Evolução dos volumes mensais facturados no concelho do Alandroal, durante os anos de 2004, 2005, 2007, 2008 e 2009.**



(Fonte: CMA, 2004 a 2009)

Nota: os caudais facturados apresentam um desfasamento de um mês relativamente ao período de abastecimento.



As maiores dificuldades com que se depara o serviço de abastecimento público prendem-se com a antiguidade de alguns dos elementos, nomeadamente das adutoras nas quais são frequentes as roturas. A remodelação de diversas redes de distribuição é também uma intervenção urgente na melhoria da qualidade do serviço de abastecimento (CMA, s.d.).

### ***3.1.1.6 Drenagem e tratamento de águas residuais***

O concelho de Alandroal encontra-se servido por redes de drenagem de águas residuais que abrangem cerca de 95% da população residente em lugares (CMA, 2011). Até recentemente, 90% da população era servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), nomeadamente por 5 ETAR (Alandroal, Aldeia da Venda, Montes Juntos, Casas Novas de Mares e Terena) e 10 Fossas Sépticas (Cabeça de Carneiro, Terena, Hortinhas, Ferreira, Aldeia das Pias, Marmelos, Orvalhos, Mina do Bugalho, Rosário e Juromenha). Actualmente estas infra-estruturas estão sob gestão da empresa AdCA, tendo sido alvo de beneficiações: as fossas sépticas foram substituídas por pequenas instalações de tratamento de águas residuais (PITAR), e as ETAR do Concelho foram todas elas objecto de reformulação, por forma a adoptar os sistemas de tratamento às exigências de parâmetros de qualidade de descarga no meio hídrico.

Considerando a população estimada para o Concelho em 2009 e o respectivo índice de atendimento das redes de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, estima-se que neste ano cerca de 365 habitantes ainda não estarão servidos por estações de tratamento de águas residuais. Aplicando a capitação de 60 g/hab.dia a esta população, tem-se que por dia são descarregados no solo ou na água 22 kg de CBO<sub>5</sub> correspondente a efluentes não tratados. Por outro lado, se à população servida com tratamento de águas residuais se aplicar a mesma capitação e uma eficiência de tratamento de 90%, chega-se ao valor de 306 kg CBO<sub>5</sub>/dia descarregados em linhas de água do Concelho com origem em efluentes tratados.

Quanto aos principais problemas apresentados por este serviço público, destacam-se os seguintes:

- Existência de um elevado número redes de drenagem unitárias;
- Presença de pequenos aglomerados urbanos sem tratamento de efluentes, nomeadamente, Lajes, Seixo, Faleiros, Monte Abaixo, Malhada Alta.

### 3.1.2 Ar

O ar limpo é uma condição básica para a saúde e bem-estar do Homem. No entanto, a poluição atmosférica continua a ser uma grande ameaça para a saúde.

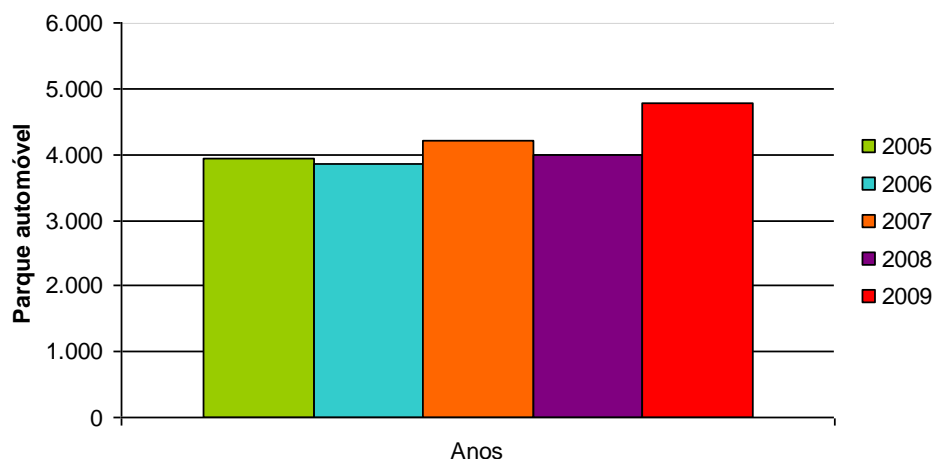
A principal actividade humana que exerce influência na qualidade do ar no concelho do Alandroal é o sector dos transportes. Cada vez mais o recurso ao transporte individual é um acto comum. No Quadro 5 e no Gráfico 5 apresenta-se a evolução do parque automóvel do Concelho segurados desde 2005 a 2009.

**Quadro 5. Evolução do número do parque automóvel no concelho do Alandroal.**

Descrição do veiculo	Ano				
	2005	2006	2007	2008	2009
Ambulância ligeiro	8	8	6	6	9
Autocarro ate 20 lugares	2	2	2	2	2
Autocarro mais de 20 lugares	4	4	4	4	4
Camião além 20 ton PB	8	4	7	2	4
Camião até 20 ton PB	50	53	47	44	53
Caminheta	162	180	203	195	238
Ciclomotor	375	362	341	273	315
Empilhador	0	1	1	1	0
Higiene urbana	2	2	1	1	0
Ligeiro	2.424	2.354	2.456	2.371	2925
Ligeiro bombeiros	7	7	7	7	6
Maquina de construção civil	2	2	3	2	1
Misto	-	-	-	-	-
Motociclo	87	96	109	99	120
Motociclo de instrução	3	2	2	2	2
Nupciais e funerários	10	13	12	8	18
Outros	4	4	4	4	3
Pesado bombeiros	1	1	1	1	1
Praça	17	12	13	13	13
Pronto-socorro ligeiro	7	5	5	5	4
Pronto-socorro pesado	0	1	2	1	1
Reboque agrícola	11	12	17	21	33
Reboques além de 2500 KG PB	12	9	8	8	3
Reboque de 301 KG a 2500 KG PB	5	9	11	12	12
Tractor agrícola além 25 HP	104	93	227	205	235
Tractor agrícola até 25 HP	56	58	105	112	134
Tractor industrial	14	12	14	10	8
Veiculo articulado	0	0	0	0	1
Velocípede	87	96	109	99	120
<b>Total</b>	<b>3.936</b>	<b>3.850</b>	<b>4.213</b>	<b>3.979</b>	<b>4.782</b>

(Fonte: Instituto de Seguros de Portugal)

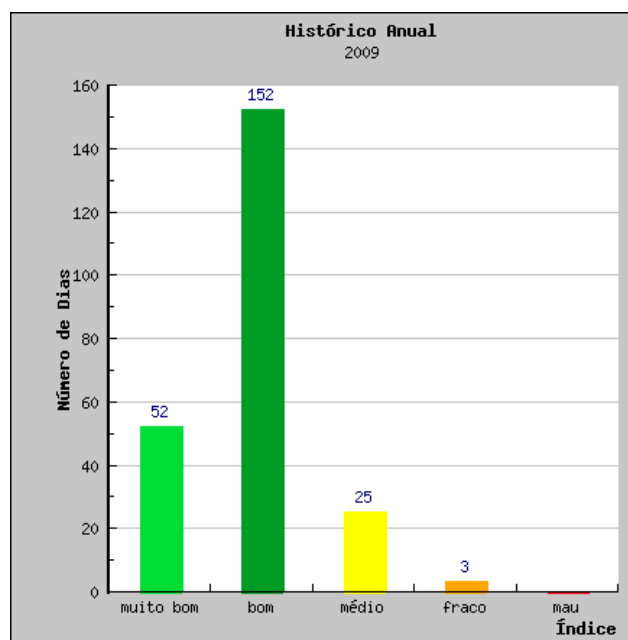
**Gráfico 5. Evolução do parque automóvel segurados no Concelho de Alandroal.**



Verifica-se que o parque automóvel tem vindo a aumentar, tendo em 2009 registado o maior aumento.

O índice de qualidade do ar traduz a avaliação de cinco poluentes: dióxido de azoto ( $\text{NO}_2$ ), dióxido de enxofre ( $\text{SO}_2$ ), monóxido de carbono ( $\text{CO}$ ), ozono ( $\text{O}_3$ ) e as partículas inaláveis ou finas, cujo diâmetro médio é inferior a 10 microns ( $\text{PM}_{10}$ ). Considerando este Índice, para a região Alentejo Interior, o ano de 2009 apresentou uma classificação de bom (Gráfico 6).

**Gráfico 6. Índice de qualidade do Ar para a região Alentejo Interior.**



(Fonte: <http://www.qualar.org/>.)

Para a caracterização da qualidade do ar contou-se, ainda, com os resultados da estação de monitorização de Terena. No Quadro 6 apresentam-se as características desta estação.

**Quadro 6. Características da Estação de Terena.**

<b>Código:</b>		<b>4006</b>
Data de início		15-02-2005
Tipo de Ambiente		Rural Regional
Tipo de Influência		Fundo
Concelho		Alandroal
Coordenadas Gauss Militar (m)	Latitude	183510
	Longitude	264061

(Fonte: <http://www.qualar.org/>)

Os dados monitorizados na estação de Terena, apresentados nos próximos quadros (Quadro 7 a Quadro 11), correspondem aos anos de 2005 a 2009.

**Quadro 7. Valores anuais de PM<sub>2,5</sub>, de base diária, monitorizada na Estação de Terena.**

Anos	Partículas < 2.5 µm	
	Média	Máximo
	µg/m <sup>3</sup>	
2005	10,5	86,9
2006	9,9	34,9
2007	13,6	36,3
2008	9,8	28,7
2009	9,6	26,5

(Fonte: <http://www.qualar.org/>)

**Quadro 8. Dados anuais da concentração média anual de PM<sub>10</sub>, de base diária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no Decreto-Lei n.º 111/2002.**

Anos	Média	Máximo	VL+MT	N.º Excedências
	µg/m <sup>3</sup>			Dias
2005	26,2	153,6	50	24
2006	25,9	155,6	50	15
2007	24,8	98,8	50	4
2008	21,2	69,5	50	4
2009	23,4	70,7	50	4

VL - Valor limite: 50 µg/m<sup>3</sup>.

MT – Margem de tolerância: variável de acordo com o ano (15 µg/m<sup>3</sup> no ano 2002 e 0 µg/m<sup>3</sup> no ano 2005).

(Fonte: <http://www.qualar.org/>)

Como se pode observar no Quadro 8, os valores de concentração de PM<sub>10</sub> ultrapassaram em alguns dias os valores limite, no entanto, o número de excedências permitidas, em dias, nunca foi excedido em nenhum dos anos de referência.



**Quadro 9. Dados da concentração média anual de O<sub>3</sub>, base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos na Directiva nº 2002/3/CE.**

Anos	Média	Máximo	Limiar de alerta à população	N.º Excedências
	µg/m <sup>3</sup>			Dias
2005	46,9	125	240	0
2006	45,5	149	240	0
2007	48,6	136	240	0
2008	46,3	136	240	0
2009	46,1	130	240	0

(Fonte: <http://www.qualar.org>)

Como se observa no Quadro 9, a concentração de O<sub>3</sub> nunca ultrapassou o limiar de alerta.

**Quadro 10. Dados da concentração média anual de NO<sub>2</sub>, de base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no Decreto-Lei n.º 111/2002.**

Anos	Média	Máximo	VL+MT	N.º Excedências
	µg/m <sup>3</sup>			Hora
2005	4,9	31	250	0
2006	4,3	23	240	0
2007	6,8	32	230	0
2008	6,3	43	220	0
2009	6,6	72	210	0

(Fonte: <http://www.qualar.org>)

No período de referência da monitorização, a concentração de NO<sub>2</sub> nunca ultrapassou os valores limite estipulados pela legislação portuguesa (Quadro 10).

**Quadro 11. Dados da concentração média anual de SO<sub>2</sub>, base horária, na Estação de Terena, tendo como referenciais os valores limites definidos no Decreto-Lei n.º 111/2002.**

Anos	Média	Máximo	VL+MT	N.º Excedências
	µg/m <sup>3</sup>			Hora
2005	4,0	36	350	0
2006	4,1	9,0	350	0
2007	2,8	15,0	350	0
2008	2,9	7,0	350	0
2009	3,4	9	350	0

VL – Valor limite: 350 µg/m<sup>3</sup>.

MT – Margem de tolerância: variável de acordo com o ano (90 µg/m<sup>3</sup> no ano 2002 e 0 µg/m<sup>3</sup> no ano 2005).

(Fonte: <http://www.qualar.org>)

Relativamente ao SO<sub>2</sub>, como se pode observar no Quadro 11, a sua concentração nunca ultrapassou os valores limite estipulados pela legislação portuguesa.

### 3.1.3 Ambiente Sonoro

O aumento de fontes de ruído é a principal razão para a deterioração da qualidade do ambiente sonoro. Como é sabido, o ruído pode produzir diversos efeitos que limitam a qualidade de vida da população, a destacar:

- Deterioração da audição - efeito fisiológico;
- Perturbação na comunicação bem como no descanso e no sono – efeitos psicológicos.

O Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de Novembro, determina que na execução da política de ordenamento do território e urbanismo deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer. Nesse sentido, a Câmara Municipal do Alandroal, promoveu em 2005, a realização de Mapas de Ruído do Concelho, que são uma ferramenta de apoio à decisão no âmbito do planeamento e ordenamento do território.

O Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, que revoga o Decreto-Lei nº 292/2000, estabelece como valores limite de exposição em função da classificação de uma zona como mista<sup>1</sup> ou sensível<sup>2</sup> os seguintes:

- As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L (índice den<sup>3</sup>), e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L (índice n<sup>4</sup>);
- As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L (índice den), e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador L (índice n).

As principais fontes de ruído do concelho do Alandroal são:

- Indústrias transformadoras de mármore; e
- Tráfego rodoviário.

<sup>1</sup> Zona mista - a área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afecta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível, Decreto-lei n.º 9/2007.

<sup>2</sup> Zona sensível - a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período nocturno, Decreto-lei n.º 9/2007.

<sup>3</sup> Indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno.

<sup>4</sup> Indicador de ruído nocturno.

Pese embora algumas das indústrias transformadoras emitam níveis elevados de ruído, todas elas apenas laboram no período diurno pelo que a incomodidade destas fontes é limitada no tempo.

A caracterização acústica do Concelho permitiu identificar algumas áreas com níveis de ruído elevados, a saber: a EN 255, os eixos urbanos do centro da sede de concelho e as indústrias transformadoras de mármore (dBLab, 2005).

### **3.1.4 Solo**

O solo desempenha variadas funções ambientais, sociais e económicas, sendo reconhecida a sua importância para o desenvolvimento de actividades humanas. O seu conhecimento é, pois, uma condição essencial para a sustentabilidade do território.

No concelho do Alandroal, com base na Carta dos Solos de Portugal segundo o esquema de classificação da FAO-UNESCO (disponibilizada pelo Atlas do Ambiente no website da Agência Portuguesa do Ambiente), ocorrem as seguintes unidades pedológicas:

#### **I - Luvisolos:**

- Luvisolos órticos (Lo 1);
- Luvisolos rodocrómicos cálcicos (Lrk 2);
- Luvisolos rodocrómicos cálcicos vérticos (Lrv 2);
- Luvisolos férricos (Lf 3);

#### **II - Litossolos:**

- Litossolos éútricos associados a Luvisolos (Le 5 e Le 6).

Considerada a distribuição espacial destas unidades verifica-se que os Litossolos éútricos predominam no Concelho, com cerca de 97,2% da superfície total. Seguem-se os Luvisolos órticos com 2,3% (a Oeste), os Luvisolos férricos com 0,2% (também a Oeste), os Luvisolos rodocrómicos cálcicos vérticos com 0,2% (a Sul) e os Luvisolos rodocrómicos cálcicos com 0,1% (a Norte).

Os Luvisolos são solos caracterizados por um horizonte B argílico com grau de saturação em base de 50% ou mais. Os Litossolos, por sua vez, são solos incipientes, de espessura normal inferior a 10 cm. Do ponto de vista estrutural e de acordo com a classificação dos Solos de Portugal desenvolvida pelo Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário para os solos a Sul do Rio Tejo, os Luvisolos correspondem essencialmente aos Solos Argiluiados Pouco

Insaturados, mas também a alguns Solos Calcários. Os Litossolos correspondem aos Solos Incipientes.

Os Solos Argiluiados Pouco Insaturados são solos evoluídos que, no concelho do Alandroal, são genericamente representados pelos Solos Mediterrâneos Pardos e pelos Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos, através das seguintes famílias:

- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Calcários, Para-Barros, de margas ou calcários margosos (Pac);
- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Não Calcários, Normais, de gneisses ou rochas afins (Pgn), de quartzodioritos (Pmg) e de xistos ou grauvaques (Px);
- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Não Calcários, Para-Barros, de dioritos ou quartzodioritos ou rochas microfaneríticas ou cristalofílicas afins (Pm);
- Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Não Calcários, Para-Solos Hidromórficos, de arenitos ou conglomerados argilosos (Pag), de rochas detríticas arenáceas e xistos (Pagx), e de quartzodioritos ou dioritos (Pmh);
- Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Materiais Calcários, Normais, de calcários cristalinos ou mármorees ou rochas cristalofílicas cálcio-siliciosas (Vcc), e de material coluviado de solos da Família Vcc (Pvc);
- Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Materiais Calcários, Para-Barros, de margas ou calcários margosos (Vcm);
- Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Materiais Não Calcários, Normais, de gneisses ou rochas afins (Vgn), de rochas cristalofílicas básicas (Pv), de xistos (Vx), de material coluviado de solos derivados de xistos (Pvx), e de “rañas” ou depósitos afins (Sr);
- Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Materiais Não Calcários, Para-Barros, de dioritos ou quartzodioritos ou rochas microfaneríticas afins (Vm).

Os Solos Calcários são solos pouco evoluídos, de perfil A C, por vezes A Bc C, formados a partir de rochas calcárias, com percentagem variável de carbonatos ao longo de todo o seu perfil. No concelho são representados pelas seguintes famílias:

- Solos Calcários Pardos dos Climas Sub-húmidos e Semiáridos, Normais, de calcários não compactos (Pc), e de xistos associados a depósitos calcários (Pcx);
- Solos Calcários Vermelhos dos Climas Sub-húmidos e Semiáridos, Normais, de calcários (Vc), de conglomerados calcários (Vcr) e de xistos associados a depósitos calcários (Vcx).

Os Solos Incipientes, por sua vez, são solos não evoluídos, sem horizontes genéticos claramente diferenciados e praticamente reduzidos ao material originário, sendo representados pelos Litossolos dos Climas Sub-húmidos e Semiáridos, de xistos ou grauvaques (Ex).

De forma pontual surgem ainda os Solos Litólicos Não Húmicos e os Solos Hidromórficos. Os Solos Litólicos são representados pelos Solos Litólicos Não Húmicos dos Climas Sub-húmidos e Semiáridos, Normais, de materiais arenáceos pouco consolidados (Par), de granitos ou rochas afins (Pg), e de rochas microfíricas claras (Ppg). Os Solos Hidromórficos são representados pelas seguintes famílias:

- Solos Hidromórficos, Sem horizonte eluvial, Para-Aluviossolos, de aluviões ou coluviais de textura mediana (Ca), e de aluviões ou coluviais de textura pesada (Caa);
- Solos Hidromórficos, Sem horizonte eluvial, Para-Barros, de rochas eruptivas ou cristalofílicas básicas (Cd);
- Solos Hidromórficos, Sem horizonte eluvial, Para-Solos Argiluvitados Pouco Insaturados de xisto ou grauvaques ou materiais de ambos (Pb).

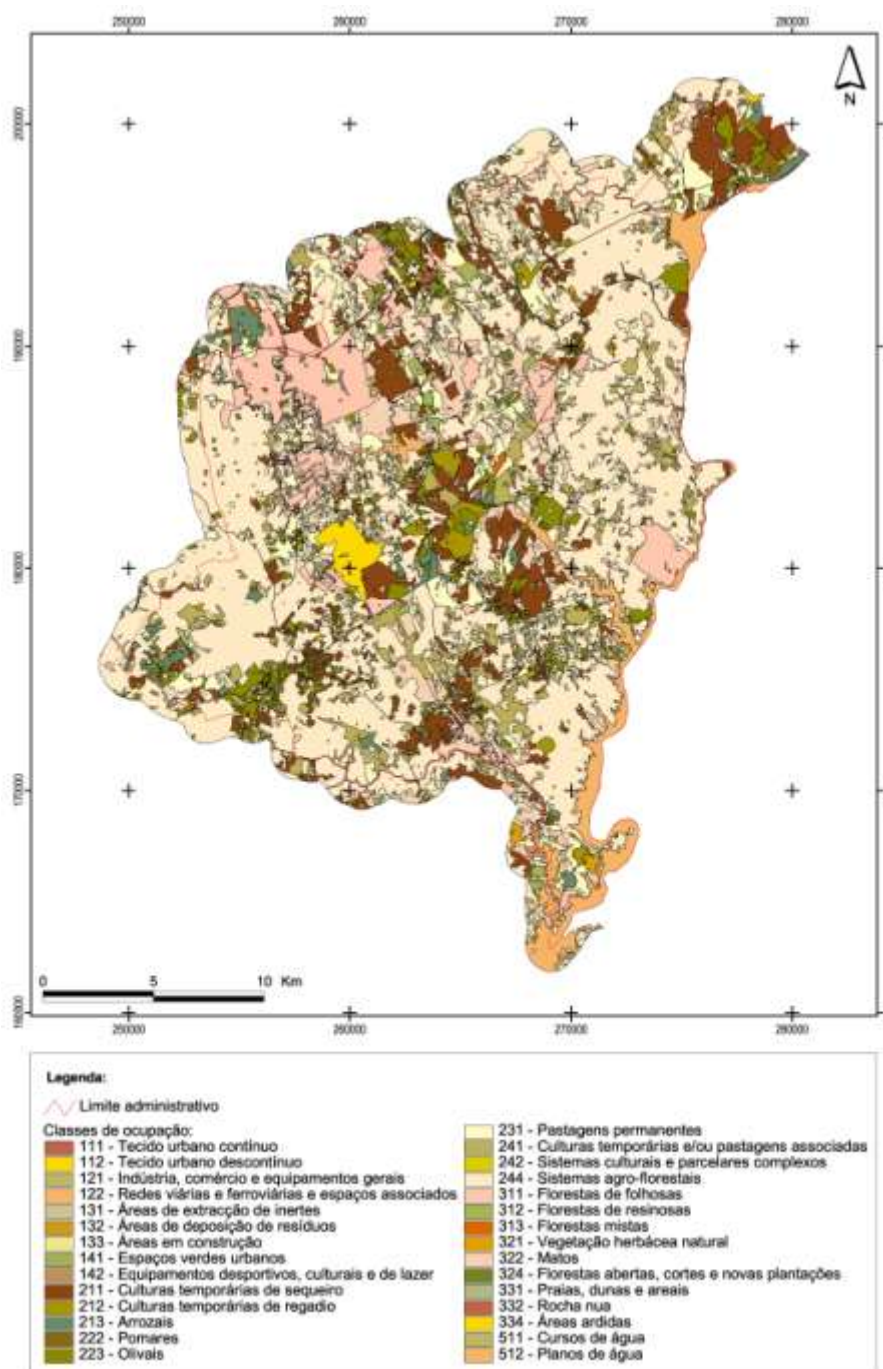
Junto às linhas de água e em zonas de relevo mais suave surgem os Aluviossolos e os Solos de Baixa (Coluviossolos), que se fazem representar pelas seguintes famílias:

- Aluviossolos Modernos, Não calcários, de textura ligeira (Al), mediana (A) e pesada (Aa);
- Aluviossolos Antigos, Não calcários, de textura ligeira (Atl), mediana (At) e pesada (Ata);
- Solos de Baixa (Coluviossolos), Não calcários, de textura ligeira (Sbl), mediana (Sb) e pesada (Sba).

A natureza dos solos reflecte-se, como seria de esperar, na sua capacidade de uso, nas potencialidades genéricas e na ocupação que lhe é efectivamente atribuída. Segundo a Carta de Capacidade de Uso do Atlas do Ambiente, os solos do concelho apresentam maioritariamente um baixo nível de fertilidade e limitações severas a muito severas para actividades agrícolas devido a elevados riscos de erosão, enquadrando-se por isso na classe E. Este cenário altera-se na proximidade das principais linhas de água, em particular a Norte, onde os solos apresentam poucas limitações e, como tal, uma boa capacidade de uso (classes A e B).

Perante estas limitações, o uso do solo é vocacionado para as áreas e actividades florestais. Com base na Carta do Uso do Solo do Concelho do Alandroal (Figura 6) verifica-se que estas áreas são constituídas por extensas manchas de sistemas agro-florestais compostos por montado com culturas anuais, pastagens ou matos no subcoberto, que ocorrem por todo o território mas com maior expressão nas freguesias de Terena, Santiago Maior, S. Brás dos Matos e Alandroal.

Outras áreas agrícolas, como as culturas temporárias de sequeiro e de regadio ou as pastagens permanentes surgem com maior incidência na zona central do Concelho, nas freguesias do Alandroal e de Terena. O olival, por sua vez, assume maior expressão territorial nas freguesias de Juromenha, Alandroal, Santiago Maior e Capelins.



(Fonte: CMA, 2008)

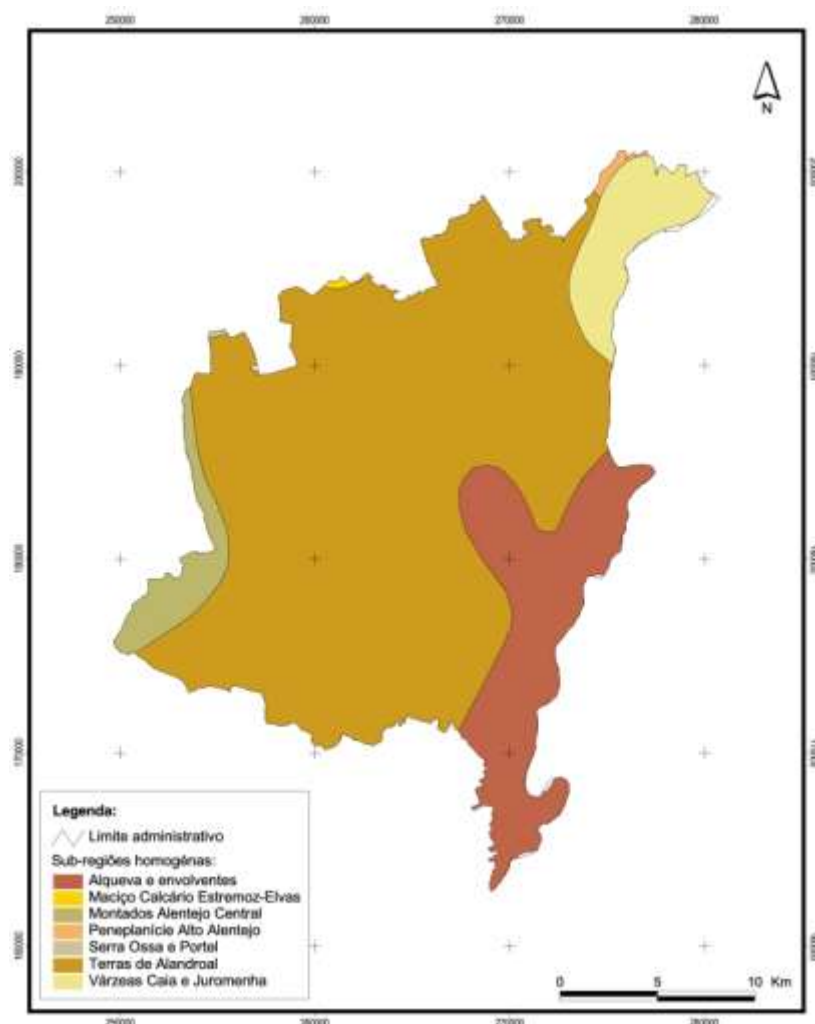
Figura 6. Ocupação do Solo no concelho do Alandroal.

### **3.1.5 Floresta e Outros Usos**

A floresta reúne uma grande biodiversidade e garante o necessário equilíbrio ecológico. É reconhecida como um espaço de importância fundamental para a manutenção dos valores naturais e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Os bens produzidos pelas diversas actividades florestais sustentam uma importante cadeia de serviços que fortalece o sector económico, contribuindo desse modo para a riqueza nacional.

Com a publicação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei nº 33/96, de 17 de Agosto), o sector ganhou novo ânimo. Com eles foram definidos modelos gerais de organização territorial e de silvicultura ajustados aos recursos disponíveis, previstos para uma ocupação sustentável a longo prazo, assentes em características estruturantes similares que determinaram a delimitação de sub-regiões homogéneas (SRH), as quais são unidades territoriais com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características.

O concelho do Alandroal é abrangido na sua totalidade pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Alentejo Central. Através da análise da sua carta de síntese verifica-se que o território concelhio está abrangido pelas seguintes SRH: *Terras de Alandroal* (74,1%), *Alqueva e Envoltentes* (15,9%), *Várzeas do Caia e Juromenha* (5,9%), *Montados do Alentejo Central* (3,7%), *Planície do Alto Alentejo* (0,3%), *Maciço Calcário Estremoz e Elvas* (0,1%) e *Serra de Ossa e Portel* (<0,1%) – Figura 7.



(Fonte: MADRP/DGRF, 2006)

**Figura 7. Abrangência das Sub-Regiões Homogéneas no concelho do Alandroal.**

De acordo com o PROF do Alentejo Central (MADRP/DGRF, 2006), a SRH *Terras de Alandroal* caracteriza-se por formas de relevo suaves e por uma ocupação do solo marcada pelas áreas abertas de culturas arvenses de sequeiro e culturas irrigadas onde a humanização é mais notória, áreas de pastagem, olival, vinha e montado de azinho. Nas áreas mais declivosas e com solos mais degradados é marcada pelas manchas de eucaliptal e áreas de matos. Pela natureza dos seus recursos trata-se de uma unidade com potencial para o desenvolvimento de actividades cinegéticas e silvopastoris, e para a consolidação dos espaços ocupados por povoamentos florestais, nomeadamente por azinhal.

A SRH *Alqueva e Envolventes* constitui um potencial pólo de atracção para o desenvolvimento de actividades de recreio e estética da paisagem, e para a implementação de equipamentos e serviços de carácter turístico. Apresenta também potencialidades para o desenvolvimento de





actividades cinegéticas e piscatórias em águas interiores, para o aproveitamento silvopastoril e para a produção de produtos não-lenhosos associados aos recursos florestais.

A SRH *Várzeas do Caia e Juromenha* caracteriza-se por uma paisagem relativamente artificializada devido à ocorrência de sistemas agrícolas intensivos, maioritariamente de regadio, e pela pouca arborização. Nela destaca-se a forte presença dos recursos hídricos, quer devido à albufeira do Caia quer devido ao Rio Guadiana, pelo que se reveste de grande importância para a conservação da natureza através de áreas integrantes da Rede Natura 2000 e de montados de azinho de elevada qualidade.

Na SRH *Montados do Alentejo Central* predomina a planície suavemente ondulada, onde o uso do solo é essencialmente constituído por sistemas arvenses de sequeiro e pastagens, acompanhadas de coberto vegetal disperso e de baixa densidade. A continuidade na paisagem é pontualmente interrompida por manchas de vegetação arbustiva em zonas de solos pobres e por afloramentos rochosos junto aos quais surgem oliveiras e azinheiras. O montado surge nesta SRH com maior expressividade na aproximação da Serra de Ossa. O edificado apresenta-se concentrado e por vezes rodeado por pequenas áreas de olival, pomar e hortas. Os recursos hídricos, mais uma vez, destacam-se na paisagem através do Rio Degebe e afluentes, os quais contribuem significativamente para a biodiversidade da região. Pelos seus vários recursos, esta SRH apresenta potencial para o aproveitamento silvopastoril e cinegético, e para a consolidação das áreas florestais de sobreiro e azinho.

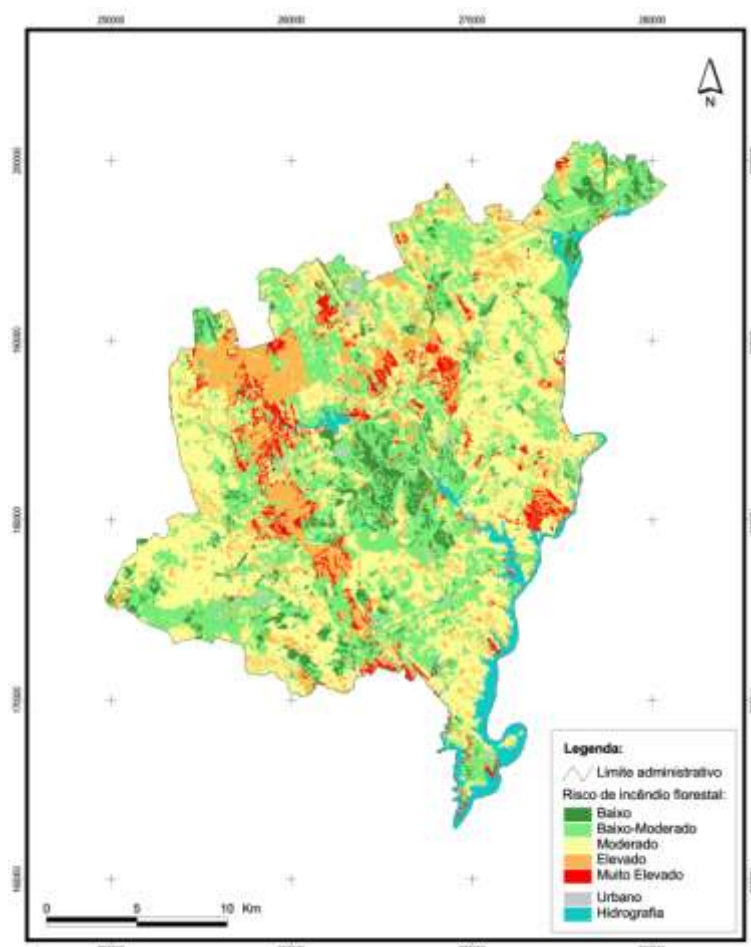
A SRH *Planície do Alto Alentejo* é dominada por montados de azinho geralmente bastante abertos e com densidade variável, por vezes acompanhado por olival, sistemas arvenses de sequeiro, pastagens e, ainda, povoamentos de eucalipto. Trata-se de uma unidade propícia para o desenvolvimento de actividades silvopastoris, cinegéticas e piscícolas de águas interiores, bem como para actividades de cariz florestal com sobreiro e azinheira.

Na SRH do *Maciço Calcário Estremoz-Elvas* a paisagem é marcada, directa e indirectamente, pela natureza calcária do subsolo. Os sistemas culturais dominantes são o olival, a vinha e os sistemas arvenses de sequeiro, que surgem intercalados com uma grande quantidade de pedreiras de extracção de mármore. Integra uma rede de centros urbanos muito densa, comparativamente ao que é comum no Alentejo, destacando-se a proximidade entre os aglomerados de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Apresenta potencialidades para o desenvolvimento de actividades florestais, silvopastoris e cinegéticas.

A SRH da *Serra de Ossa e Portel*, por sua vez, caracteriza-se por um coberto quase contínuo de eucaliptal e algumas manchas de montado de sobro e azinho. Como tal, apresenta uma grande representatividade para o fomento de actividades florestais e produtos derivados.

Muito embora o montado surja um pouco por todo o concelho do Alandroal, a área mais significativa em termos de arvoredo, sistemas agro-florestais e importância para a fauna local ocorre num mancha contínua desde a zona Sul de Juromenha, passando pela Mina do Bugalho, até ao limite Sul do Concelho. Esta mancha compreende um montado em bom estado de conservação, produtivo, com densidades adequadas para o pastoreio de espécies autóctones e para o tipo de sistemas agro-ambientais inseridos na Política Agrícola Comum.

De acordo com a análise da Carta de Risco de Incêndio Florestal 2010 (versão provisória), elaborada pelo Grupo CRISE, o concelho do Alandroal caracteriza-se pela predominância das classes com risco baixo-moderado a moderado (Figura 8).



(Fonte: Grupo CRISE, 2010)

**Figura 8. Cartografia do risco de incêndio florestal do concelho do Alandroal 2010 (versão provisória).**



As áreas com risco baixo a baixo-moderado surgem dispersas pelo concelho, estando associadas à presença de culturas irrigadas, seja de forma permanente ou temporária, a terras aráveis associadas a zonas naturais e a alguns mosaicos de policultura em pequenas parcelas agrícolas que originam descontinuidades no terreno que diminuem a probabilidade da ocorrência de incêndios. As áreas com risco moderado ocorrem fundamentalmente onde o uso do solo é agro-florestal devido à presença de culturas anuais ou pastagens associadas a árvores florestais (nomeadamente folhosas). As áreas de risco elevado a muito elevado ocorrem com maior expressão numa faixa com orientação Noroeste-Sudeste e na zona central do concelho, onde o uso do solo é marcado pela presença de espécies folhosas e arbustivas com elevada inflamabilidade (eucalipto e vegetação esclerófila), coníferas, matagais e vegetação arbustiva e herbácea de transição com árvores dispersas.

Do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, o concelho do Alandroal dispõe de uma rede viária florestal (RVF) bem distribuída e com uma extensão de 1 708,0 km, sendo que as maiores contribuições ocorrem nas freguesias do Alandroal e de Santiago Maior com 565,16 km e 387,35 km, respectivamente. É constituída por vias de domínio público e privado, designadamente as seguintes:

- Vias integradas no Plano Rodoviário Nacional - ER 373 e 255 e EM 511, 512, 513 e 541;
- Vias florestais (estradas e caminhos florestais, estradões florestais e trilhos florestais) e outras vias (caminhos privados de acesso).

No âmbito do combate aos incêndios destaca-se ainda a rede de pontos de água do Alandroal, os quais possibilitam o reabastecimento dos equipamentos de luta e garantem o funcionamento das faixas de humedecimento, além de contribuírem para a promoção da biodiversidade, da correcção torrencial, do regadio e do abastecimento de água potável, entre outros (CMA, 2008).

A partir de dados disponibilizados pela autarquia verifica-se as principais estruturas de armazenamento de água existentes no município são os planos de água artificiais, como as barragens. As freguesias do Alandroal e de Terena são as que apresentam maior número de pontos de água com 19 e 14, respectivamente. Seguem-se as freguesias de Santiago Maior, Capelins, S. Brás dos Matos e Juromenha com 10, 9, 7 e 2 pontos de água, respectivamente (idem).

### 3.1.6 Biodiversidade

O concelho do Alandroal apresenta 3% do seu território classificado nos termos do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, através da inclusão de uma área com 1.677 ha pertencente ao Sítio PTCON0032 – Guadiana/Juromenha.

O Sítio PTCON0032 Guadiana/Juromenha foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto, e abrange parte do troço transfronteiriço do Rio Guadiana. Nesta área, o Rio Guadiana é marginado por encostas com uma forte cobertura de azinhal de *Quercus rotundifolia* (habitat 9340) e por áreas de montado (habitat 6310) com elevado interesse conservacionista, que surgem acompanhados por matagais e matos baixos meso-xerófilos de características mediterrânicas (habitat 5330). Em zonas aluvionares e coluvionares surgem as formações ripícolas de *Securinega tinctoria* (tamujo) e *Nerium oleander* (loendro) (habitat 92D0), e de *Salix alba* (salgueiro-branco) e *Populus alba* (choupo-branco) (habitat 92A0).

Este Sítio evidencia-se também pela flora endémica, nomeadamente pela presença de espécies constantes do anexo B-II do Decreto-Lei nº 49/2005<sup>5</sup>, de 24 de Fevereiro, tais como *Marsilea batardae*, *Festuca duriotagana*, *Salix salvifolia* spp. *australis* e *Narcissus humilis*.

A fauna piscícola tem neste local um óptimo ecológico para a ocorrência das espécies *Barbus comiza* (cumba), *Rutilus lemmingii* (boga-de-boca-arqueada) e *Lutra lutra* (lontra), entre outros, igualmente constantes do Anexo B-II, daquele diploma. O mesmo sucede com a espécie *Myotis myotis* (morcego-rato-grande), a par de outras colónias de morcegos, que têm na zona de montado uma importante fonte de alimentação.

As áreas agro-silvo-pastoris, as áreas agrícolas arvenses e as áreas florestais são as principais ocupações do solo, mas não constituem factores de ameaça à conservação dos valores naturais existentes neste Sítio. A Barragem do Alqueva, pelo contrário, constituiu num primeiro momento o principal elemento de risco devido à destruição de vegetação e flora ripícola por submersão, sendo que actualmente esse risco está relacionado com a sua crescente procura para a prática de actividades de recreio e lazer.

A importância das linhas águas para a biodiversidade é também extensível à Ribeira do Luceférit, a qual apresenta uma galeria ripícola em bom estado de conservação e uma fauna piscícola de elevado interesse. Esta linha de água encontra-se inclusivamente classificada como águas

<sup>5</sup> Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril, que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (directiva aves) e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

piscícolas de ciprinedeos, na qual ocorrem ou podem vir a ocorrer espécies da família *Cyprinidae* como: *Leuciscus* spp. (escalo), *Chondrostoma* spp. (boga) e *Barbus* spp. (barbo).

Não obstante o seu valor ecológico, a albufeira do Lucefécit é frequentemente sujeita a contaminação orgânica devido a actividades urbanas, pecuárias e agrícolas (assentes em práticas de fertilização com efluentes pecuários), pelo que deverá ser objecto de recuperação ambiental. Ainda assim, a actividade agrícola, através dos sistemas de regadio, comporta alguns benefícios ambientais, como a manutenção de zonas húmidas durante todo o ano com relevância para a presença de espécies naturais e cinegéticas, e a afluência contínua de água a grande parte das linhas de água do Concelho com origem nas culturas do milho e das vinhas regadas.

### **3.1.7 Gestão de Resíduos**

O desenvolvimento sustentável local reflecte-se também na gestão dos resíduos, quer ao nível da sua produção, quer também nas estratégias implementadas de valorização dos mesmos.

Para este descritor, face à importância na economia local, seria importante analisar a evolução do consumo dos resíduos industriais e agrícolas, no entanto, tal não é possível, uma vez que não dispomos de dados para essa análise.

Relativamente ao sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU), a recolha indiferenciada deste resíduos é efectuada pela própria autarquia, que depois os encaminha para o aterro sanitário da GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos EIM.

A GESAMB é a empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos, criada pela Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE), responsável pela gestão e exploração do sistema intermunicipal de resíduos sólidos do distrito de Évora, onde se insere o concelho do Alandroal e procede à recolha selectiva, tratamento e valorização dos resíduos sólidos recepcionados.

Em termos nacionais, a capitação anual em 2006 foi de 459 kg/hab.ano, o que corresponde a uma produção diária de resíduos sólidos urbanos (RSU) de 1,26 kg por habitante. A capitação anual em 2006 no Concelho foi de cerca de 385 kg/hab.ano, ligeiramente inferior à média nacional.

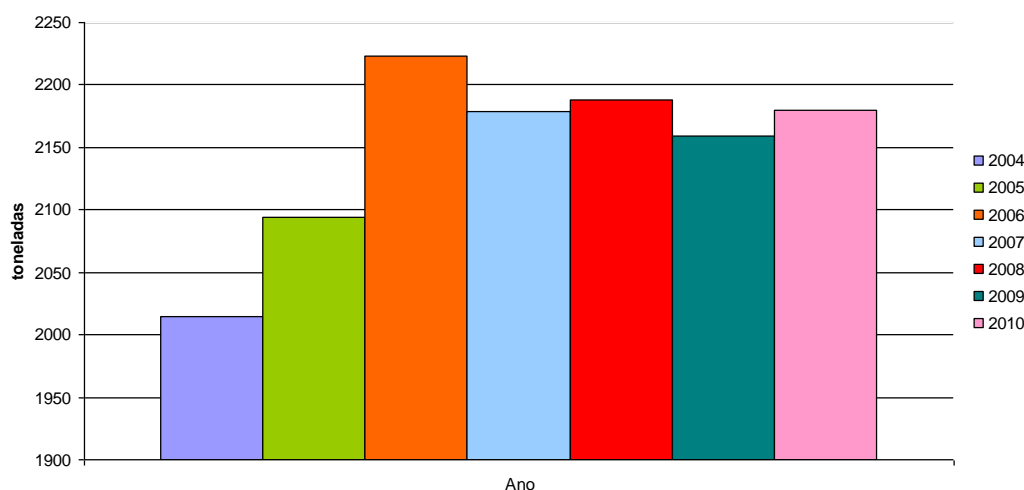
A produção de RSU tem vindo tendencialmente a aumentar (Quadro 12 e Gráfico 7), contrastando com a diminuição da população residente.

**Quadro 12. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados no concelho do Alandroal de 2004 a 2010.**

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2004	178	168	189	183	183	175	188	161	164	134	137	155
2005	157	137	175	182	186	178	188	197	169	183	165	177
2006	170	152	193	199	209	184	190	202	181	189	176	178
2007	177	167	177	193	195	179	191	204	172	188	161	175
2008	182	167,2	192,4	193,1	195,8	188,2	190,3	194,7	182	173,8	146,6	181,8
2009	182	168,1	176,8	183,1	174,3	187	186,5	197,9	173,8	178,4	166,2	184,8
2010	190,4	157,1	194,7	193,9	194,5	180,9	190,2	198	174,3	167	171	168

(Fonte: www.gesamb.pt)

**Gráfico 7. Evolução da produção dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados no concelho do Alandroal.**



Em termos de evolução da produção de RSU ao longo do ano, face aos dados disponíveis desde 2004 a 2010, verifica-se que a produção no Concelho é maior nos meses de Maio e Agosto.

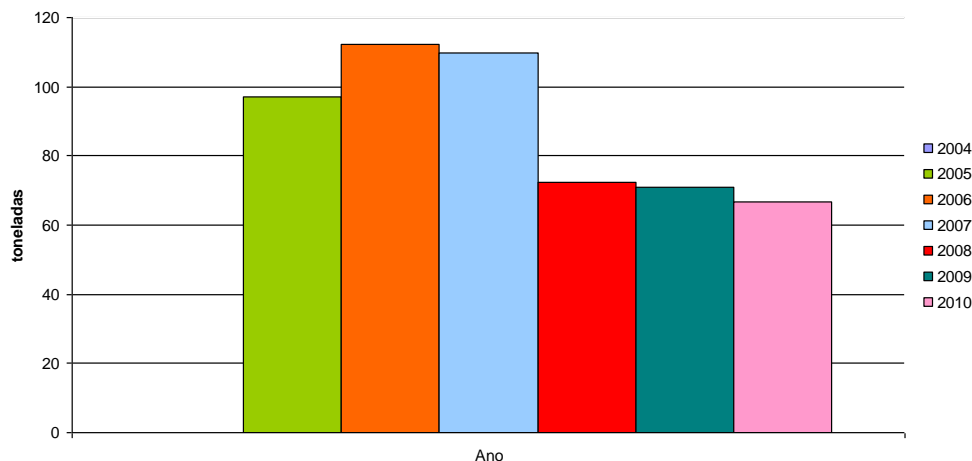
A produção de vidro tem vindo a declinar visivelmente (Quadro 13 e Gráfico 8). Crê-se que esta tendência se deve essencialmente à diminuição de produção de embalagens de vidro para acondicionamento de bens que se tem vindo a sentir no contexto nacional.

**Quadro 13. Evolução da produção de vidro proveniente da recolha selectiva no concelho do Alandroal de 2005 a 2010.**

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2005	6	6,3	7	7	7,8	9,2	11,5	12,3	7,4	7,9	6,8	7,7
2006	8	8,6	9,7	8	10,8	9,7	9,5	10,5	8,9	11,1	9,8	7,8
2007	9,9	6,8	9,9	6,7	9,7	9,7	9,2	11,1	11,1	8,9	8,2	8,4
2008	7,1	5,6	5,6	5,1	6	5,4	6,9	7,1	6,5	6,5	5,1	5,3
2009	6,3	4,4	6,3	5,6	6	6,2	6,2	7	7	6,1	4,8	5
2010	5,9	4,4	5,7	5,1	5,4	4,8	7,7	6,3	6,6	6,5	3,3	5

(Fonte: www.gesamb.pt)

**Gráfico 8. Evolução da produção de vidro proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no concelho do Alandroal.**



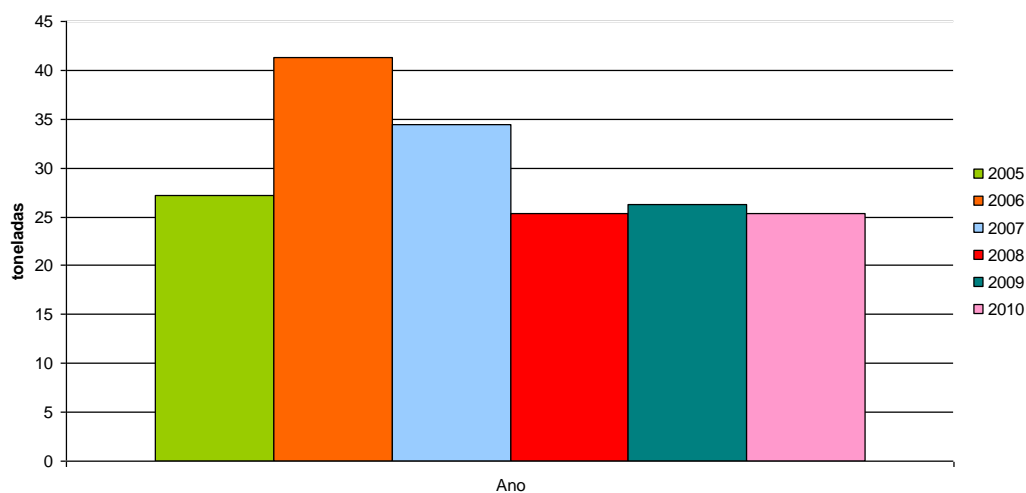
A produção de resíduos de papel e cartão registou um significativo aumento em 2006, no entanto, a partir desse ano a tendência tem sido decrescente (Quadro 14 e Gráfico 9).

**Quadro 14. Evolução da produção de papel e cartão proveniente da recolha selectiva no concelho do Alandroal de 2005 a 2010.**

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2005	2	1,7	2	2,3	2,2	2,1	2,5	2,5	2,5	2,6	2,3	2,5
2006	3,2	2,9	3,6	3,3	3,4	3,4	3,5	3,5	3,6	3,6	3,9	3,4
2007	2,8	2,4	2,7	2,9	2,8	2,9	3,1	2,9	2,9	3,1	3,1	2,8
2008	1,9	1,8	2	2,1	2,1	2	2,4	2,3	2,3	2,2	2	2,2
2009	2,1	2,1	2,6	2	2,1	2,1	2,4	2,1	2,3	2,2	2	2,2
2010	2,1	1,8	2,2	2,2	2,1	2,1	2,2	2,3	2,1	2	2,1	2,2

(Fonte: www.gesamb.pt)

**Gráfico 9. Evolução da produção de papel e cartão proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no concelho do Alandroal.**



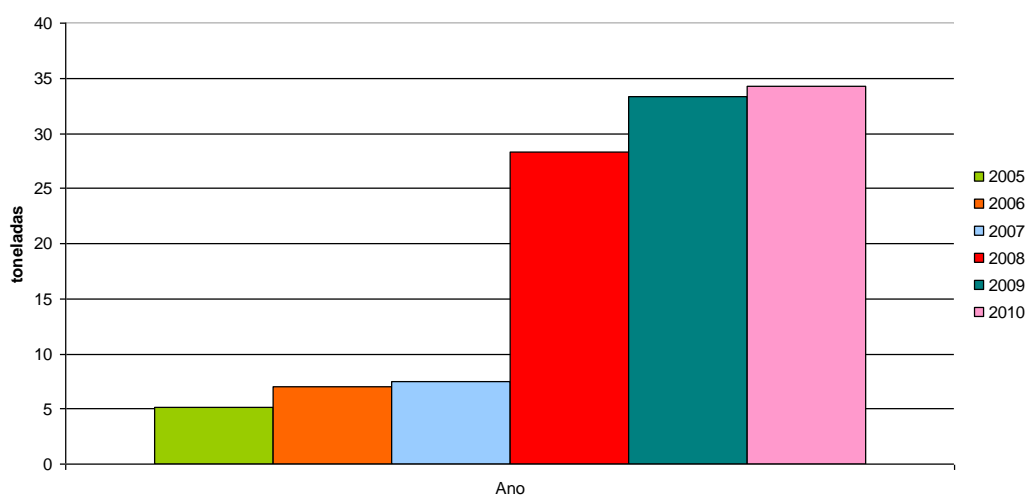
A produção de plástico e metal tem vindo a aumentar significativamente. Interpreta-se esta evolução, por um lado em complementaridade com a evolução da produção de vidro, ou seja, a opção dos fabricantes no embalamento de bens de consumo nos últimos anos tem sido em materiais mais leves como o plástico, e por outro lado, face ao aumento do número de ecopontos no Concelho a eficácia do sistema de recolha de selectiva também se faz sentir (Quadro 15 e Gráfico 10).

**Quadro 15. Evolução da produção de plástico e metal proveniente da recolha selectiva no concelho do Alandroal de 2005 a 2010.**

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2005	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
2006	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,7	0,6	0,7	0,6	0,6
2007	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7	0,6
2008	1,9	2	2,1	2,4	2,3	2,4	2,9	2,4	2,7	2,6	2,1	2,5
2009	2,3	2,3	3,6	2,6	2,5	3	3,1	2,9	3,1	2,9	2,5	2,5
2010	2,6	2,4	2,8	2,9	2,8	2,8	3,3	3,2	3,2	2,8	2,7	2,8

(Fonte: www.gesamb.pt)

**Gráfico 10. Evolução da produção de plástico e metal proveniente da recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos no concelho do Alandroal.**



No Concelho existem à data 19 ecopontos, correspondendo a um grau de cobertura adoptado de cerca de 1 ecoponto/400 habitantes.

É de referir ainda a conclusão e o início da exploração do Aterro de Resíduos Inertes do concelho de Alandroal. Esta infra-estrutura permitirá responder às necessidades da actividade da construção civil relativamente à deposição em local adequado dos resíduos produzidos e, complementarmente, contribuir para a eliminação dos depósitos ilegais que existem no Concelho.

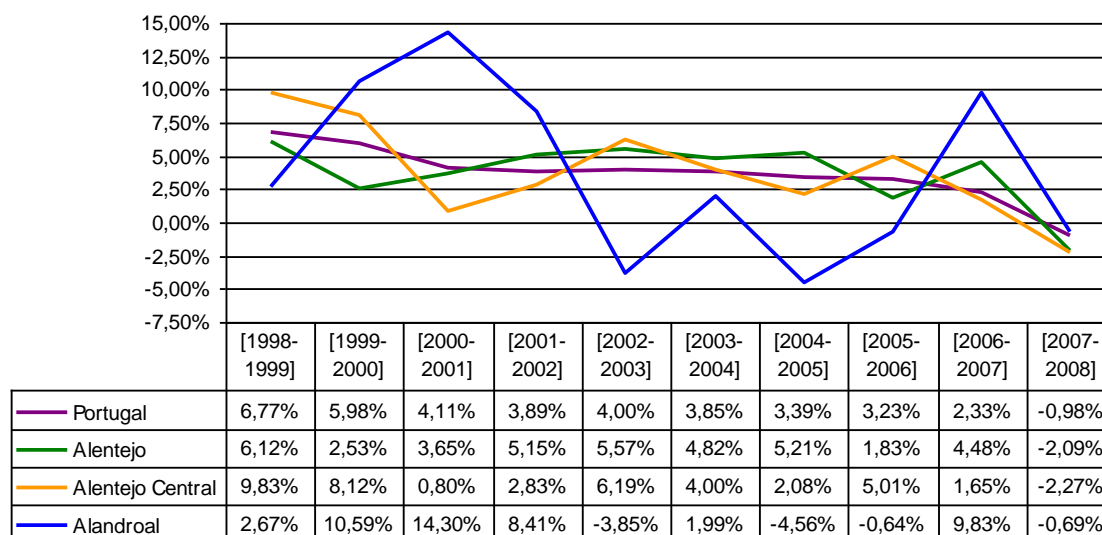


### 3.1.8 Consumo de Energia

A nível internacional, ao abrigo do Protocolo de Quioto e do compromisso comunitário de partilha de responsabilidades, Portugal assumiu limitar o aumento das suas emissões de gases de efeito de estufa (GEE) em 27% no período de 2008-2012 relativamente aos valores de 1990. Neste sentido, foi adoptado o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 119/2004, de 31 de Julho, e mais recentemente o PNAC de 2006, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto.

De um modo geral, entre 1994 e 2008, o consumo energético em Portugal e nas unidades territoriais do Alentejo (NUT II) e Alentejo Central (NUT III) tem aumentado anualmente, à excepção do período entre 2007 e 2008 (Gráfico 11). No panorama concelhio, o consumo total energético do Alandroal registou valores variáveis na década de 1998 a 2008. Nos intervalos de tempo entre 1998-1999 a 2000-2001 registou-se um aumento da variação do consumo de energia eléctrica. Nos intervalos entre 2000-2001 e 2002-2003, registou-se uma quebra acentuada para se assistir a um novo aumento significativo nos intervalos compreendidos entre 2004-2005 e 2006-2007, sendo que entre os intervalos 2006-2007 e 2007-2008 se assistiu a nova quebra de variação do consumo de energia eléctrica, a acompanhar as tendências das unidades territoriais.

**Gráfico 11. Variação do consumo total de energia eléctrica, por zona geográfica.**



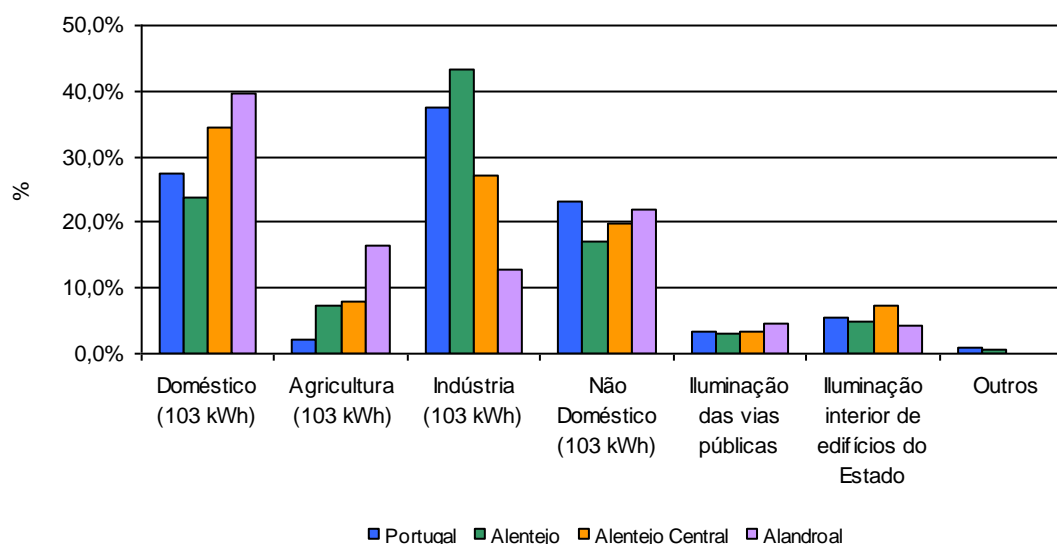
(Fonte: INE - Anuários Estatísticos de 1999 a 2009)

Em 2008, o consumo total de energia eléctrica por consumidor, no Concelho, era de 4.518 kWh/consumidor, sendo um valor inferior ao registado nas outras unidades territoriais (8.622,2 kWh/consumidor no Alentejo e 6.660,9 kWh/consumidor no Alentejo Central). Ainda no mesmo ano, o consumo doméstico de energia eléctrica por habitante no Alandroal (1.222,7 kWh/hab.)

revelou ser ligeiramente inferior ao verificado em Portugal (1.265,6 kWh/hab.). Já este consumo na região do Alentejo (1.303,1 kWh/hab.) foi superior ao valor médio por habitante verificado para Portugal e, por conseguinte, superior ao verificado para o concelho do Alandroal.

Analisando as diferenças de consumo energético, por sector de actividade, nas diferentes unidades territoriais, verifica-se que no concelho do Alandroal os sectores doméstico, não doméstico, agricultura, indústria, e de iluminação das vias públicas (Gráfico 12), apresentam um peso maior de consumo de energia eléctrica, relativamente às restantes unidades territoriais. Nos restantes sectores e relativamente a todas as outras unidades territoriais, apresenta percentagens mais baixas.

**Gráfico 12. Consumo de energia eléctrica em 2008, por sector de actividade.**



(Fonte: INE – Anuário Estatístico, 2009)

### 3.2 Recursos Sociais

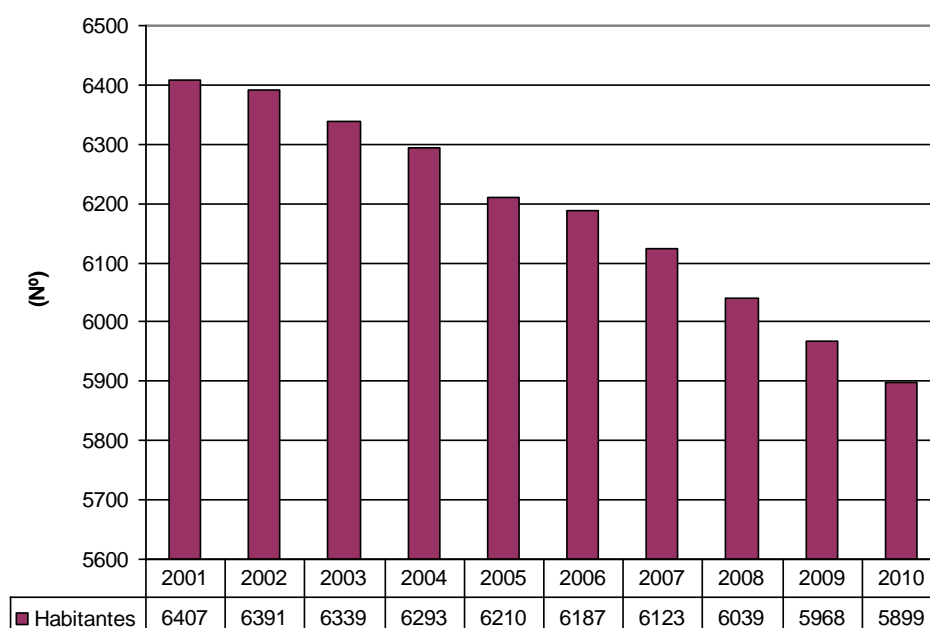
A sustentabilidade de um território vai para além da conservação e preservação do ambiente e utilização eficiente dos seus recursos naturais, debruçando-se também na vertente social que se apresenta ao mesmo nível na importância da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável. Desta forma, a análise destes recursos baseia-se, num primeiro momento, nos parâmetros demográficos para, posteriormente, ser elaborada sobre cinco pilares de uma sociedade sustentável: emprego, edificado, educação, saúde e acção social.

### 3.2.1 Demografia

Após o esvaziamento populacional verificado na década de 60, causado por um elevado fluxo migratório em direcção a outros centros urbanos nacionais e estrangeiros, assistiu-se a uma dinâmica de crescimento populacional cada vez menor. Entre 1970 e 2001, esta tendência manteve-se, embora de forma mais atenuada, apresentando repercussões muito negativas na estrutura populacional do concelho do Alandroal contando-se, em 2001, menos 10,7 % da população registada no ano censitário anterior.

De 2001 a 2010 a evolução da população residente manteve-se decrescente (Gráfico 13). Em 2001 foram registados 6 407 habitantes enquanto que em 2010 este número diminuiu para 5 899, numa variação de aproximadamente -8%. Dados preliminares dos Censos de 2011 permitem, no entanto, aferir uma ligeira alteração na evolução da população residente, tendo sido contabilizado um total de 5928 habitantes, do qual resultou um crescimento de 0,49% relativamente a 2010.

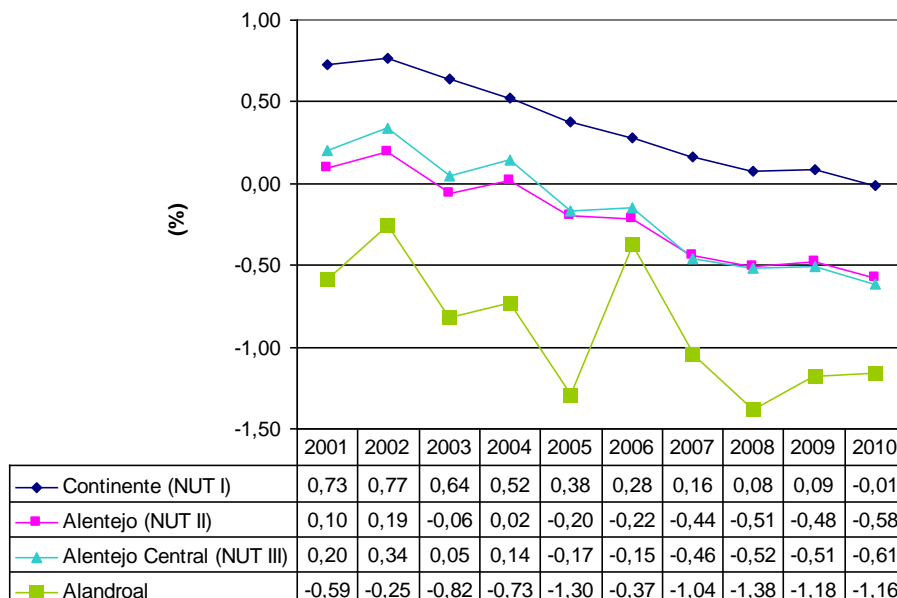
**Gráfico 13. Evolução da população residente (2001-2010).**



(Fonte: Website INE)

Pela observação do Gráfico 14 podemos concluir que no período que decorreu entre 2001 e 2010, se registou um decréscimo geral da taxa de crescimento efectivo. O concelho do Alandroal, em proporção com as regiões, assinalou os valores negativos mais elevados, reflectindo uma variação populacional decrescente resultante do saldo natural e migratório. Do período analisado verifica-se que o ano de 2002 foi o que apresentou o menor decréscimo para taxa de crescimento.

Gráfico 14. Taxa de crescimento efectivo nas NUTS I, II e III e no concelho do Alandroal (2001-2010).

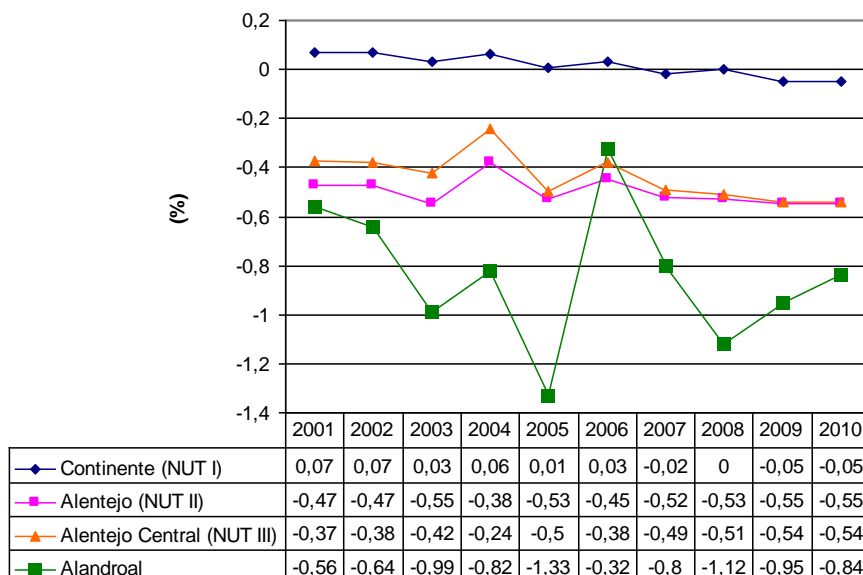


(Fonte: Website INE)

O declínio da actividade agrícola e o aumento dos serviços que se concentram nos lugares de maior dimensão, conduziu à redução do efectivo populacional que se tem vindo a tornar cada vez mais envelhecido.

Para o mesmo intervalo de tempo, a taxa de crescimento natural tem assinalado uma tendência decrescente em todas as regiões analisadas. Uma vez que a taxa de crescimento natural representa o saldo natural observado durante um determinado período de tempo, esta diminuição torna-se preocupante, dado que reflecte um saldo negativo entre os nascimentos e os óbitos registados em 2001 e 2010 (Gráfico 15). Do período considerado, o ano de 2006 foi o que apresentou o menor decréscimo na taxa de crescimento natural.

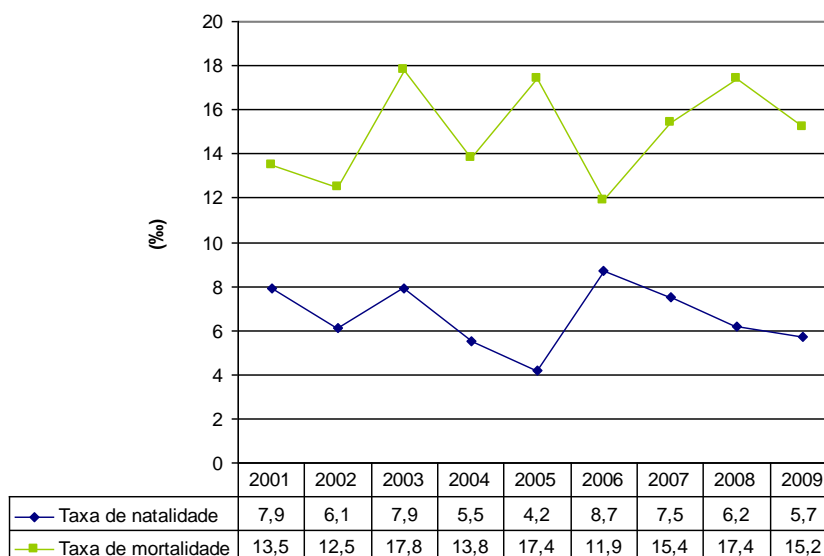
**Gráfico 15. Taxa de crescimento natural nas NUTS I, II e III e no concelho do Alandroal.**



(Fonte: Website INE)

Tal como se pode analisar no Gráfico 16, a taxa bruta de mortalidade foi sempre bastante superior à taxa bruta de natalidade entre 2001 e 2009. A população do concelho do Alandroal segue assim a tendência do Alentejo e, de uma forma geral, a realidade do país, assistindo-se ao abrandamento do crescimento populacional e à tendência de envelhecimento demográfico resultante da diminuição do número de nascimentos e do aumento da esperança média de vida.

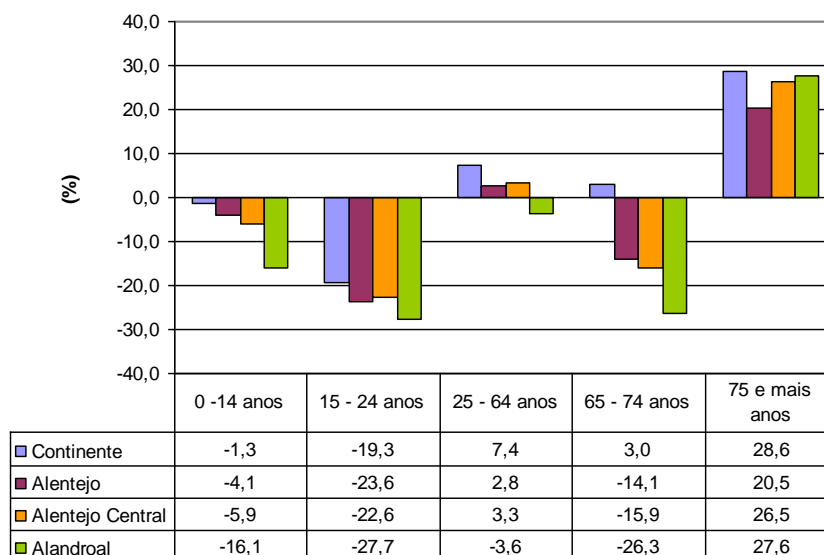
**Gráfico 16. Evolução das taxas de natalidade e de mortalidade no concelho do Alandroal (2001 e 2009).**



(Fonte: Website INE)

No período que decorreu entre 2001 e 2010, o concelho do Alandroal, em proporção com as regiões, foi o que registou uma variação negativa mais acentuada, no que respeita às faixas etárias de 0-14 anos (-16,1%), 15-24 anos (-27,7%), 25-64 anos (-3,6%) e 65-74 anos (-26,3) (Gráfico 17). Por seu lado, a faixa etária correspondente aos habitantes com idade superior a 75 anos de idade registou no Concelho uma variação positiva de 27,6%, semelhante à verificada em Portugal Continental (28,6%) e superior à verificada na região do Alentejo e sub-região Alentejo Central (20,5% e 26,5% respectivamente).

**Gráfico 17. Variação média populacional nas NUTS I, II e III e no concelho do Alandroal, entre 2001 e 2010.**



(Fonte: Website INE)

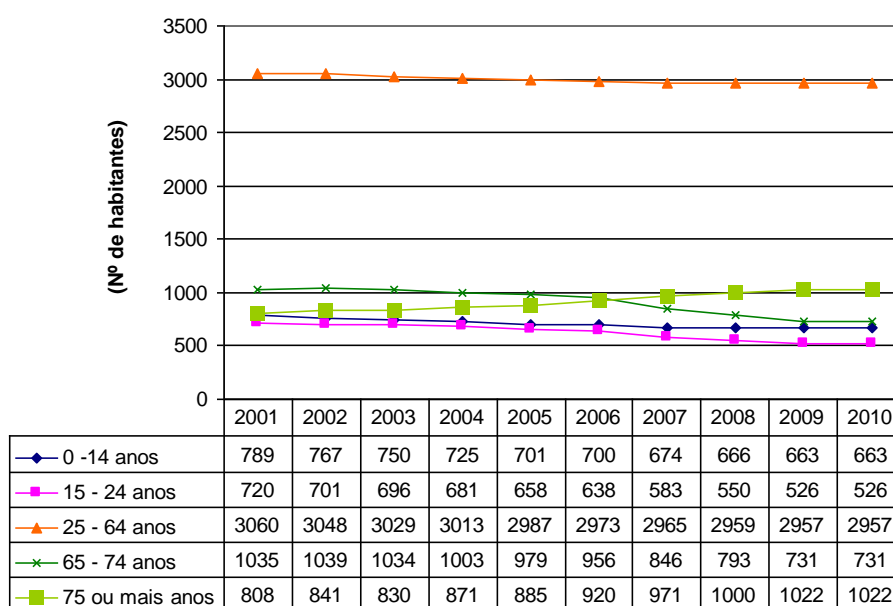
Analisando a evolução populacional do concelho do Alandroal, entre 2001 e 2010 e distribuída pelos vários grupos etários (Gráfico 18), constata-se que se manteve a mesma tendência evolutiva. O número de habitantes com idades compreendidas entre os 25 aos 64 anos, tem-se mantido na mesma ordem de valores, tendo registado ainda assim um decréscimo de 3,4% correspondente a 103 habitantes, no período considerado.

A faixa etária da população com mais de 75 anos de idade foi a única que apresentou um crescimento gradual, registando valores sempre superiores aos da população com 0 a 14 anos e 15 a 24 anos de idade. Este comportamento demográfico teve como resultado um aumento de 26,5 % (214 indivíduos) do número de habitantes idosos nesta faixa etária, ao passo que o número de residentes com idade inferior a 24 anos de idade sofreu um decréscimo de 21,2%, correspondente a 320 indivíduos, 126 dos quais pertencem à população com idade inferior a 15 anos. Estes dados evidenciam que o concelho do Alandroal se encontra perante uma situação de

duplo envelhecimento da população, observando-se assim um envelhecimento de base e um envelhecimento de topo.

O grupo etário dos 75 anos ou mais tem registado um aumento tanto a nível do concelho como a nível nacional, facto preocupante na medida em que este grupo apresenta valores muito acima da média do país. O aumento da esperança média de vida e a diminuição da natalidade teriam necessariamente de levar a esta realidade. As suas causas são uma multiplicidade de factores sociais, económicos e culturais. A melhoria da qualidade de vida associada ao acesso generalizado a serviços sociais promovidos por novos direitos de cidadania contribuiu de forma fundamental para o aumento da esperança média de vida (Diagnóstico Social do concelho do Alandroal, 2004).

**Gráfico 18. Variação da população residente no concelho do Alandroal, por faixa etária (2001-2010).**



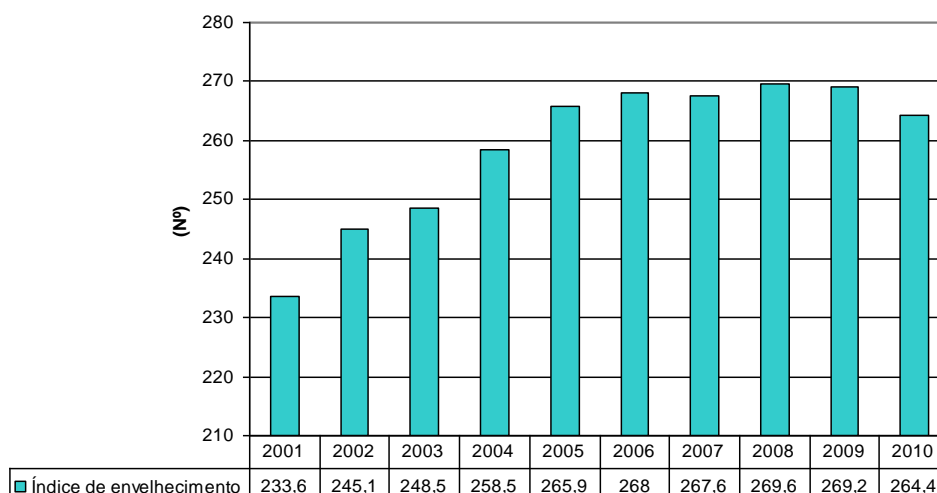
(Fonte: Website INE)

De notar que tanto o decréscimo como o envelhecimento da população podem também estar interligados com a migração interna. Dado que o tecido económico da região se encontra debilitado, devido à fraca industrialização, os jovens e desempregados do sector agrícola, não sendo absorvidos pelo mercado de trabalho regional procuram melhores condições de vida e trabalho noutras regiões mais desenvolvidas.

Esta conjuntura reflecte-se no índice de envelhecimento, isto é, o quociente entre o número de idosos (idade superior a 75 anos) e a população jovem (idade inferior a 14 anos). Os registos indicam que desde o ano 2001 o índice do concelho do Alandroal tem vindo a aumentar, apesar de em 2010 se ter registado um ligeiro decréscimo relativamente a 2009 (Gráfico 19). Ainda

assim, o valor obtido (264,4) encontra-se muito acima da média nacional (122,9), regional (173,4) e sub-regional (180,3), indicando um marcado envelhecimento da população.

**Gráfico 19. Índice de envelhecimento no concelho do Alandroal (2001-2010).**



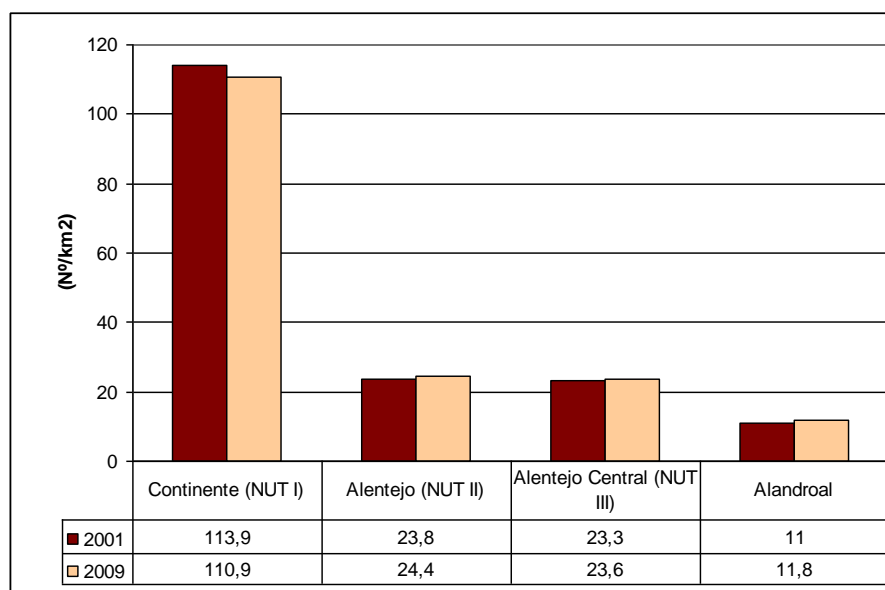
(Fonte: Website INE)

A densidade populacional constitui-se também um indicador pertinente para a análise e monitorização da situação demográfica de um concelho. O facto de descrever, em simultâneo, os quantitativos da população e a respectiva distribuição pelo território, permite avaliar questões relacionadas com a distribuição de equipamentos e infra-estruturas básicas, entre outros, importantes para a atractividade da qualidade de vida do município, incentivando à permanência da população e mobilizando imigrantes provenientes de outros concelhos e países.

Pela observação do Gráfico 20, constata-se que em 2001 e 2009 a densidade populacional do concelho do Alandroal sofreu um ligeiro acréscimo, de 11 para 11,8 habitantes/km<sup>2</sup> (variação de 7,3%). Este aumento acompanhou a tendência registada na região Alentejo (variação de 2,5%) e na sub-região do Alentejo Central (variação de 1,3%), invertendo a tendência nacional (variação de -2,6%).



**Gráfico 20. Densidade populacional para diferentes regiões (2001-2009).**



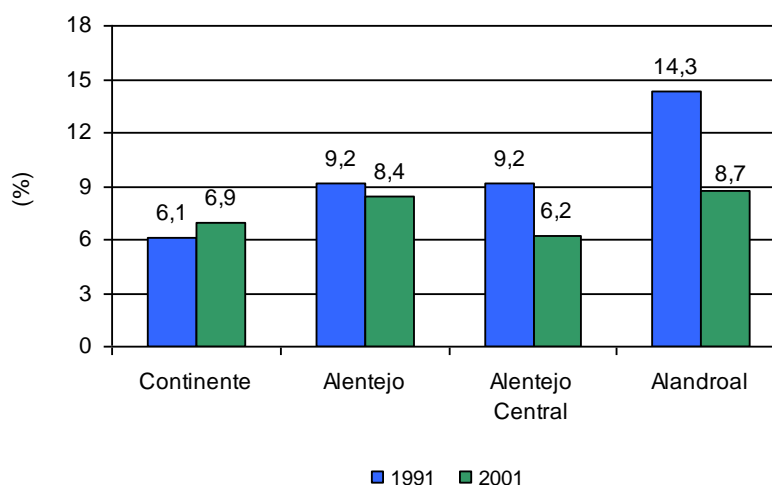
(Fonte: Website INE)

### 3.2.2 Emprego

O emprego é um dos factores mais influentes nas condições económicas, sociais e de qualidade de vida da população, constituindo um factor crítico para a mobilidade populacional.

No período de uma década, verificou-se que a taxa de desemprego no município do Alandroal decresceu de 14,3 % em 1991 para 8,7% em 2001, pelo que o seu valor, apesar de superior ao registado na sub-região e região em 1991, continuou a ser também superior ao observado em Portugal Continental (6,9%) em 2001 (Gráfico 21).

**Gráfico 21. Taxa de Desemprego nas NUTS I, II e III e no concelho do Alandroal (1991 e 2001).**

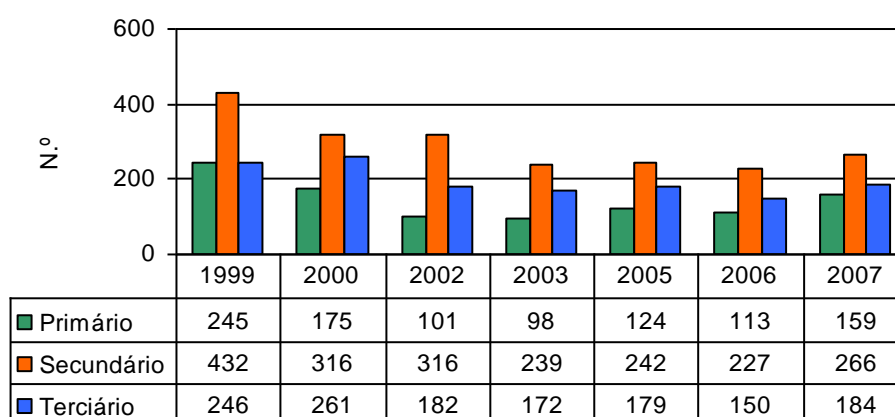


(Fonte: Website INE)

Apesar de, na década de 1991 a 2001, se ter assistido à desaceleração do sector secundário no concelho do Alandroal, a população continuou a estar maioritariamente inserida neste sector devido ao elevado número de empresas de longa tradição, ligadas à transformação do mármore e sector vinícola que caracterizam a zona geográfica em que se situa.

No período que decorreu entre 1999 e 2007, a tendência evolutiva manteve-se, isto é, o número de trabalhadores por conta de outrem sofreu um decréscimo acentuado de 34%, correspondente à perda de 314 trabalhadores. Esta tendência verificou-se em todos os sectores de actividade (Gráfico 22). Os dados estatísticos mais recentes revelam que o sector secundário, em 2007, continuava a ser aquele que detinha maior número de trabalhadores por conta de outrem (51%), seguido do sector terciário (36%) e primário (13%). Esta dinâmica é bastante diferente à verificada na sub-região Alentejo Central e região do Alentejo, onde o sector terciário apresentou o maior número de trabalhadores, 54% e 56%, respectivamente, seguido do sector secundário.

**Gráfico 22. Trabalhadores por conta de outrem, por sector de actividade, no concelho do Alandroal.**

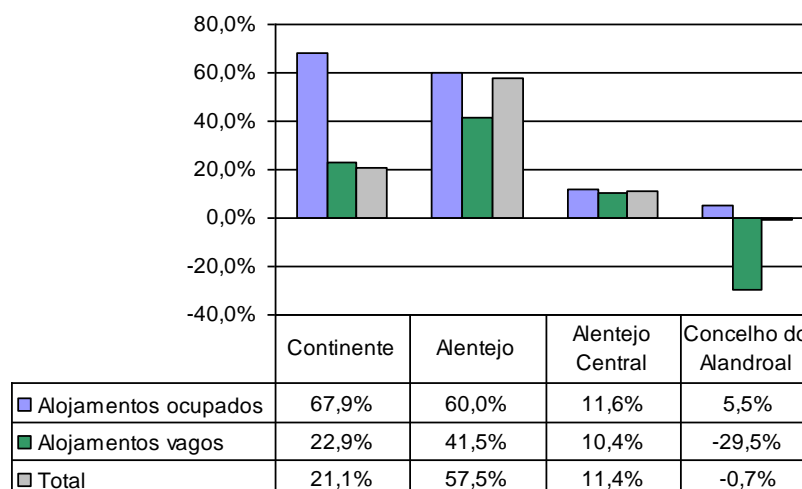


(Fonte: Website INE)

### 3.2.3 Edificado

De acordo com os dados censitários de 1991 e 2001, verificou-se que, ao contrário das outras regiões geográficas em análise, o número de alojamentos familiares clássicos no concelho do Alandroal diminuiu 0,7%, correspondendo a uma diminuição total de 54 alojamentos (Gráfico 23). Esta evolução deveu-se ao crescimento de apenas 5,5% dos alojamentos ocupados (186 unidades), dado que os alojamentos vagos sofreram um decréscimo de 29,5% (-213 unidades). Em 2001, os alojamentos ocupados correspondiam a 87% dos alojamentos familiares clássicos no Alandroal.

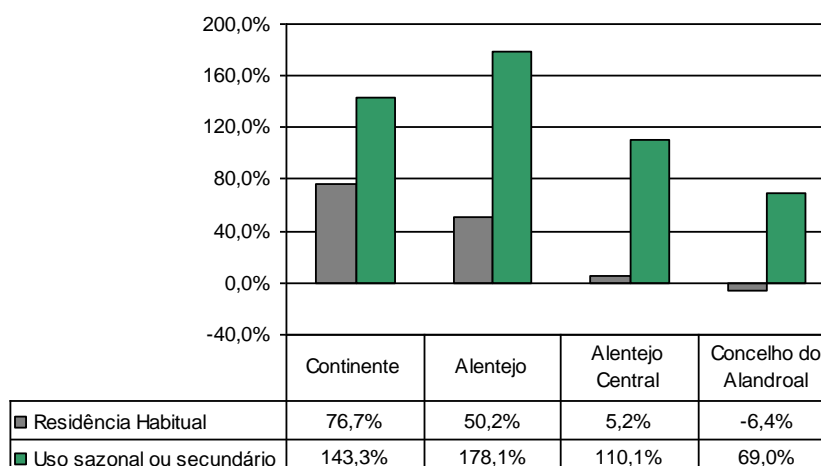
**Gráfico 23. Variação dos alojamentos familiares clássicos ocupados e vagos, entre 1991 e 2001.**



(Fonte: INE, 1991 e 2001)

Importa também analisar as características dos alojamentos ocupados, isto é, se são residências habituais ou residências secundárias/sazonais. De acordo com o Gráfico 24, verifica-se que, no concelho do Alandroal, o número de alojamentos ocupados como residência habitual diminuiu 6,9 % (-176 alojamentos), ao passo que o número de alojamentos com uso sazonal ou secundário aumentou 69,0% (418 unidades). Assim se infere que o aumento dos alojamentos ocupados se deveu essencialmente ao incremento de alojamentos com propósito secundário. Esta dinâmica verificou-se em todas as regiões analisadas, onde os valores mais elevados se verificaram em Portugal Continental, no que respeita aos alojamentos com residências habituais (76,7%), e na região do Alentejo para os alojamentos com uso sazonal/secundário (178,1%). Em 2001 as residências habituais do concelho do Alandroal correspondiam a 62,5% do total de alojamentos ocupados.

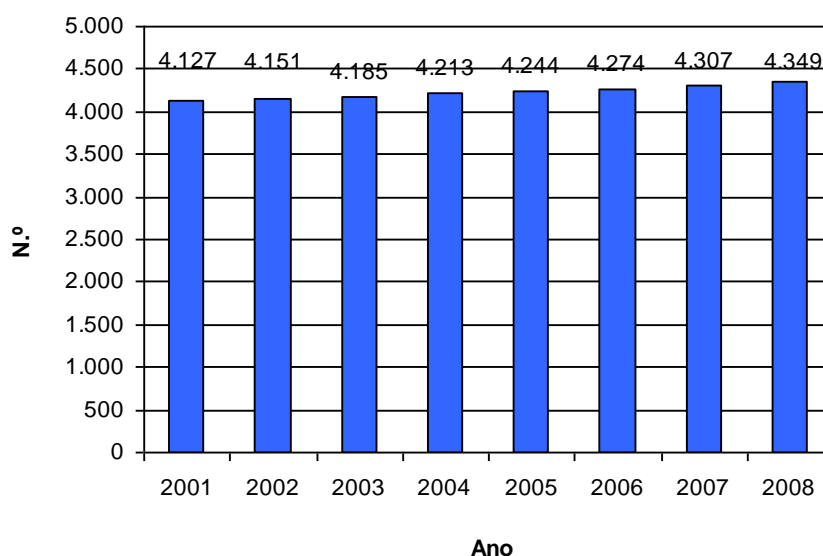
**Gráfico 24. Variação dos alojamentos familiares clássicos ocupados, entre 1991 e 2001.**



(Fonte: INE, 1991 e 2001)

No período que decorreu entre 2001 e 2008 (Gráfico 25), os registos para o concelho do Alandroal demonstraram uma dinâmica semelhante à década anterior, revelando um acréscimo total de 222 alojamentos familiares clássicos (5%). No que respeita à forma<sup>6</sup> e tipo<sup>7</sup> de ocupação destes alojamentos, não foi possível aferir os seus valores para o mesmo período com os dados disponíveis.

**Gráfico 25. Evolução dos alojamentos familiares clássicos no concelho do Alandroal, entre 2001 e 2008.**



(Fonte: Website INE)

### 3.2.4 Educação

A educação constitui-se como um dos direitos sociais fundamentais dos cidadãos. De modo a que a oferta educativa seja possível é necessário um conjunto variado de condições objectivas que assentam numa multiplicidade de equipamentos educativos e recursos humanos, tanto os auxiliares de acção educativa como os docentes. Uma vasta gama de recursos sociais complementa, normalmente as infra-estruturas educativas, como é o exemplo dos transportes escolares e o fornecimento de refeições (Diagnóstico Social do Concelho do Alandroal, 2004).

No concelho do Alandroal existe actualmente apenas um agrupamento de escolas, o Agrupamento Vertical do Alandroal, o qual é constituído por estabelecimentos de educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico (Quadro 16). O nível de ensino secundário é frequentado nos concelhos vizinhos de Vila Viçosa e de Reguengos de Monsaraz.

<sup>6</sup> Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos: Ocupados ou vagos.

<sup>7</sup> Tipo de alojamentos familiares clássicos ocupados: Residência habitual ou de uso sazonal/secundário.



**Quadro 16. Estabelecimentos de educação do Agrupamento Vertical do Alandroal, presentes no concelho do Alandroal.**

Designação da Escola	Localização	Grau de Ensino
Jardim-de-Infância (JI) de Alandroal	N.º Sr.ª da Conceição (Alandroal)	Pré-escolar
JI de Pias	Santiago Maior	Pré-escolar
Escola Básica (EB) Diogo Lopes de Sequeira	Alandroal	Básico
EB1 com Jardim-de-Infância de Terena	S. Pedro	Pré-escolar / Básico
EB1 com Jardim-de-Infância de Montejuntos	Capelins	Pré-escolar / Básico
EB1 de Venda	Santiago Maior	Básico
EB1 de Casas Novas de Mares	Santiago Maior	Básico

(Fonte: Agrupamento Vertical do Alandroal)

Em consonância com o determinado pelo Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, os equipamentos educativos do Concelho encontram-se sujeitos a reestruturação. Esta reestruturação visa a reordenação dos equipamentos educativos municipais numa lógica de *Centro Escolar*, centrada na construção de raiz de uma ou mais escolas com 1º ciclo ou na requalificação de escolas já existentes em áreas geograficamente centrais em relação a outras escolas do 1º ciclo de pequenas dimensões ([http://www.centroescolar.min-edu.pt/np4/file/9/programa\\_ii.pdf](http://www.centroescolar.min-edu.pt/np4/file/9/programa_ii.pdf)). Neste contexto, encontram-se actualmente em fase de construção os Centros Escolares de Santiago Maior (Pias) e do Alandroal, e em fase de projecto o Centro Escolar de Terena, segundo informações disponibilizadas pelo Agrupamento Vertical do Alandroal.

Após a conclusão do Centro Escolar do Alandroal, da qual resultará a reconversão da EB Diogo Lopes de Sequeira, será efectuado o encerramento do Jardim-de-Infância do Alandroal. Já com a conclusão do Centro Escolar de Santiago Maior será efectuado o encerramento das EB1 de Montejuntos, de Venda e de Casas Novas de Mares. Estas infra-estruturas, que após o encerramento passarão para a posse administrativa do município, serão dinamizadas pelo Pólo do Alandroal da Escola Popular da Universidade de Évora/Universidade Sénior Túlio Espanca (EP UÉ/USTE).

O Pólo do Alandroal da EPUÉ/USTE foi inaugurado a 21 de Novembro de 2010 e constitui-se, à semelhança da restante Universidade, como uma unidade científico-pedagógica que tem por objectivos fundamentais garantir aos cidadãos oportunidades diversificadas de formação ao longo da vida. Para o efeito, privilegia o estabelecimento de protocolos com instituições da comunidade local e regional com vista à concretização de actividades de formação promovidas pela sociedade civil em regime de voluntariado.

A EPUÉ/USTE desenvolve a sua actividade através de abordagens educacionais de âmbito não-formal, de acesso livre, que, como tal, não são conducentes a certificação formal com

reconhecimento escolar e/ou profissional, segundo cinco grupos de ofertas: i) Janelas curriculares de aprendizagem livre, assentes em actividades de aprendizagem formal previamente definidas pelos docentes responsáveis; ii) Cursos breves concebidos de acordo com os interesses e necessidades individuais ou institucionais, e adaptados aos recursos existentes; iii) Acções singulares, de cariz pontual e sob vários formatos (palestras, conferências, seminários, mesas-redondas, entre outros); iv) Visitas de estudo dentro da Universidade de Évora ou no seu exterior; v) Outros formatos, sempre que as circunstâncias o aconselhem e as condições existentes o permitam (<http://www.utulioespanca.uevora.pt>).

Para a aprendizagem formal dos munícipes, o Concelho dispõe também de um Centro de Novas Oportunidades (CNO) integrado no Agrupamento Vertical do Alandroal. O CNO trata-se de uma secção de ensino recorrente destinado à alfabetização e/ou formação profissional da população não escolarizada, com idade superior a 15 anos.

No que se refere à distribuição da população escolar pelos estabelecimentos existentes no ano lectivo 2010/2011, a mesma consta do quadro seguinte.

**Quadro 17. Distribuição da população escolar no concelho do Alandroal.**

Designação da Escola	Número de alunos												Total	
	Pré-escolar	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º (*)	12º (*)		
Jl de Alandroal	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Jl de Pias	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45
EB Diogo Lopes de Sequeira	-	20	20	22	18	43	59	45	52	37	13	10	339	
EB1/Jl de Terena	13	9	7	7	3	-	-	-	-	-	-	-	39	
EB1/Jl de Montejuntos	9	3	4	1	4	-	-	-	-	-	-	-	21	
EB1 de Venda	-	1	-	8	17	-	-	-	-	-	-	-	26	
EB1 de Casas Novas de Mares	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	
<b>Total</b>	117	33	52	38	42	43	59	45	52	37	13	10	541	

(\*) – Ensino profissionalizante

(Fonte: Agrupamento Vertical do Alandroal)

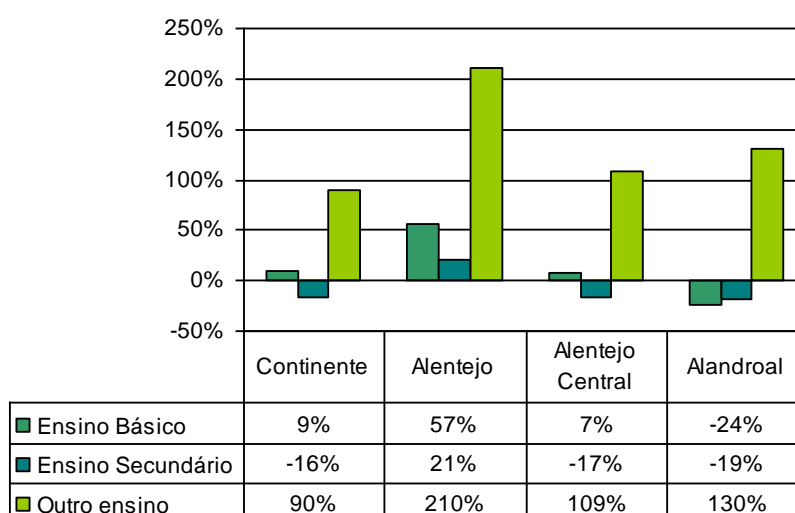
Da análise do quadro anterior verifica-se que a população escolar correspondeu a 8,8% (541 alunos) da população residente no concelho (6123 habitantes). Por nível de ensino face ao total escolar verifica-se que o pré-escolar acolheu 21,6% do número de alunos, enquanto que o 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico acolheram 30,5%, 18,9% e 24,8%, respectivamente. O ensino secundário profissionalizante, por sua vez, acolheu no 10º e 12º ano o total de 2,4% e 1,8%, respectivamente.

Dada a situação geográfica particular do concelho do Alandroal, um dos concelhos de maior área mas também um dos menos povoados (apresentando um povoamento tipo disperso, não muito comum na zona do Alentejo), ocorre um isolamento humano e cultural que afasta as pessoas da

vivência global das convivialidades e sociabilidades inerentes a espaços mais densamente concentrados, afastando as populações nas suas aldeias e criando-se estereótipos e demarcações entre a população do Concelho.

A variação da população por nível de ensino, no último período inter-censitário (1991-2001), revela que a percentagem de população com o nível de ensino básico no Concelho diminuiu cerca de 24,0%, ao passo que o número de habitantes com o ensino secundário decresceu 19,0%. À semelhança das unidades territoriais Alentejo, Alentejo Central e Portugal Continental, a população do Alandroal com outros níveis de ensino<sup>8</sup> registou um acréscimo notável de 130%, correspondente a 138 residentes, assinalando um aumento de população com mais qualificação (Gráfico 26).

**Gráfico 26. Variação do nível de ensino, entre 1991 e 2001.**



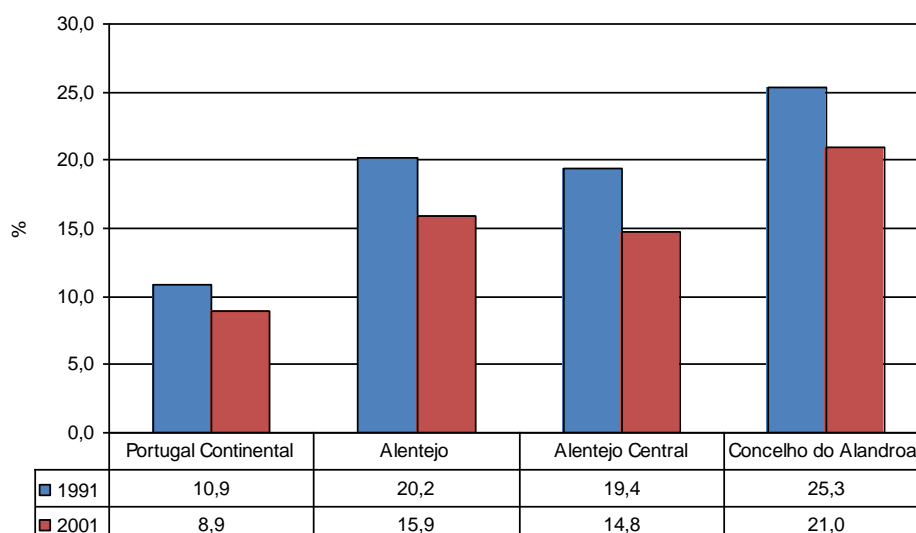
(Fonte: INE, 1991 e 2001)

Em 2001, o ensino básico detinha 76% da população com ensino, sendo seguido pelo ensino secundário (18%) e outros ensinos (7%). Saliente-se que existe um número maior de pessoas com o primeiro Ciclo, por este ser o ensino obrigatório para a maioria das pessoas, já que a população apresenta característica de envelhecimento, aspectos relevantes em termos de estrutura económica e emprego e formação profissional.

De modo a se proceder à análise do estado da educação no município considerou-se ainda a evolução da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2001 (Gráfico 27).

<sup>8</sup> Bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

**Gráfico 27. Taxa de analfabetismo em diferentes regiões, em 1991 e 2001.**



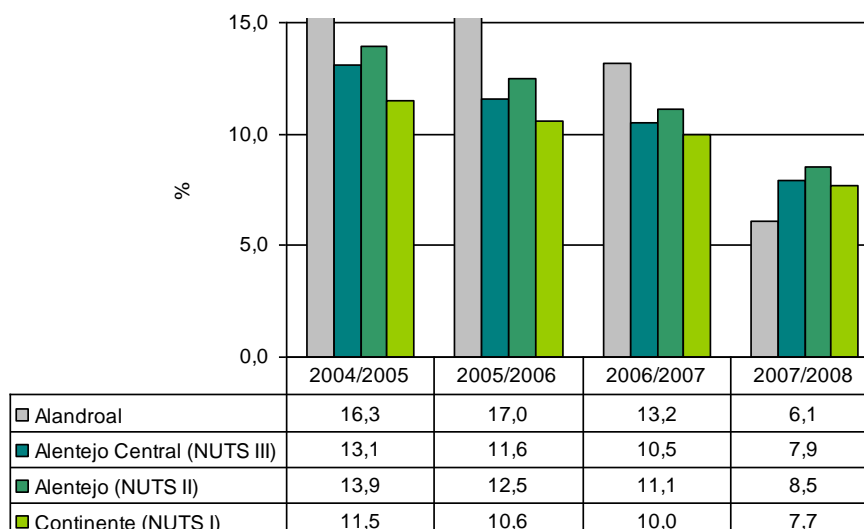
(Fonte: INE, 1991 e 2001)

De acordo com o Gráfico 27, verifica-se que, em todas as regiões consideradas, a taxa de analfabetismo diminuiu no período que decorreu entre 1991 e 2001. No entanto, o Concelho continuava a apresentar, em 2001, uma percentagem (21,0%) superior à das respectivas sub-região (14,8%) e região (15,9%), e bastante díspar da verificada em Portugal Continental (8,9%). Nesse ano, o concelho do Alandroal apresentava ainda 1 273 analfabetos com 10 ou mais anos de idade, num total de 7 347 residentes, ou seja, cerca de 22,8 % da população residente, o que se deve em grande parte a uma estrutura etária da população caracteristicamente envelhecida como também à imigração que se faz sentir no concelho e que condicionam, à partida o desenvolvimento da região.

Por outro lado, a taxa de retenção e desistência de alunos no ensino básico no Concelho tem demonstrado um decréscimo gradual semelhante ao das NUTS I, II e III (Gráfico 28). Nos anos lectivos analisados, o concelho do Alandroal apresentou valores continuamente superiores aos das unidades territoriais II e III, sendo que a partir do ano lectivo 2007/2008, começou a registar uma taxa inferior às destas zonas geográficas e inclusivé da registada no território continental.



**Gráfico 28. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nas NUTS I, II, III e no concelho do Alandroal, por ano lectivo.**



(Fonte: Website INE)

Verifica-se que apesar de ocorrer a melhoria das habilitações da população nas últimas décadas, o concelho do Alandroal ainda não alcançou o nível de escolaridade desejado, dada a sua estrutura populacional envelhecida e à migração para outros concelhos.

### 3.2.5 Saúde

A Saúde, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. O acesso a cuidados de saúde é um direito de cidadania consagrado pela constituição portuguesa e de acordo com o artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa *todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover*”. Para além disso, é um factor fundamental para o desenvolvimento e atractividade de uma localidade, de um município ou de uma região.

O Centro de Saúde do Alandroal é a principal unidade de saúde concelhia, estando integrada no Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central I (ACES I) do qual fazem parte os Centros de Saúde de Arraiolos, Borba, Estremoz, Mora, Redondo e Vila Viçosa.

Define-se como uma unidade integrada, polivalente e dinâmica, prestadora de cuidados de saúde primários que visam a promoção e vigilância da saúde, o diagnóstico, o tratamento da doença. Dirige a sua acção para o indivíduo, a família e a comunidade da sua área geográfica, sendo constituído pela sede e por dez extensões de saúde (Quadro 18).



**Quadro 18. Centro e Extensões de Saúde no concelho do Alandroal.**

<b>Rede de Saúde</b>	<b>Atividades prestadas</b>
Centro de Saúde do Alandroal	Consultas de Saúde de Adultos; Consultas de Saúde Infantil; Consultas de Saúde Materna; Consultas de Planeamento Familiar; Consultas de Telemedicina; Consultas de Psiquiatria; Consultas de Psicologia; Serviços de Enfermagem – Ambulatório; Serviços de Enfermagem – Domicílios; Serviços de Enfermagem – Vacinação; Fisioterapia (a iniciar brevemente).
Extensão de Saúde da Cabeça de Carneiro	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde de Ferreira de Capelins	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde de Hortinhas	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde de Juromenha	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde da Mina do Bugalho	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde de Montejuntos	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde de Orvalhos	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde do Rosário	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde de Santiago Maior	Consultas de Saúde de Adultos; Consultas de Saúde Infantil; Consultas de Saúde Materna; Serviço de Enfermagem.
Extensão de Saúde Terena	Consultas de Saúde de Adultos; Serviço de Enfermagem.

(Fonte: ACES I)

Pela análise do quadro anterior verifica-se que o Centro de Saúde proporciona um conjunto diversificado de serviços, desde o ambulatório a actividades de prevenção, e a teleconsultas com o Hospital de Elvas e Évora, nas áreas de Cirurgia, Dermatologia, Cardiologia, Neurologia e Ortopedia. (Diagnóstico Social do concelho do Alandroal, 2004).

A introdução da telemedicina valeu ao concelho do Alandroal, em 2005/2006, o prémio de melhor iniciativa na categoria e-medicina, atribuído pelo “Fórum Hospitais do Futuro”, sob gestão da empresa *GroupVision Education Services*. Este galardão veio destacar as inúmeras vantagens deste tipo de serviço, nomeadamente as melhorias no acesso às diferentes unidades de saúde,

com diagnósticos médicos em tempo real, que evitam deslocações físicas de doentes e de profissionais de saúde, possibilitam a utilização de meios complementares de diagnóstico e, ainda, a usufruição de cuidados de saúde de forma mais cómoda e menos dispendiosa.

Segundo dados cedidos pelo ACES I, o número total de utentes inscritos no Centro de Saúde do Alandroal em Setembro de 2011 era de 6040, com a distribuição constante do Quadro 19.

**Quadro 19: Número de utentes inscritos.**

Rede de Saúde	Nº de utentes inscritos	%
Centro de Saúde do Alandroal	1888	31,3
Extensão de Saúde da Cabeça de Carneiro	270	4,5
Extensão de Saúde de Ferreira de Capelins	243	4,0
Extensão de Saúde de Hortinhas	244	4,0
Extensão de Saúde de Juromenha	88	1,5
Extensão de Saúde da Mina do Bugalho	363	6,0
Extensão de Saúde de Montejuntos	325	5,4
Extensão de Saúde de Orvalhos	178	2,9
Extensão de Saúde do Rosário	355	5,9
Extensão de Saúde de Santiago Maior	1578	26,1
Extensão de Saúde Terena	508	8,4
<b>TOTAL</b>	<b>6040</b>	<b>100,0</b>

(Fonte: ACES I)

O Centro de Saúde do Alandroal e a Extensão de Saúde de Santiago Maior concentram o maior número de utentes, representando 31,3% e 26,1% do total do Concelho. A Extensão de Saúde de Juromenha, inversamente, concentra o menor número de utentes com 1,5%, traduzindo a baixa densidade populacional da freguesia de Nossa Senhora do Loreto. Em termos globais verifica-se que o número de utentes inscritos é inferior ao total da população residente (6391 habitantes), o que poderá ser justificado pela dinâmica migratória dos últimos anos.

No que respeita a cuidados de saúde, durante o 1º semestre de 2011 foram realizados 29 649 actos médicos e de enfermagem com a distribuição apresentada no Quadro 20.

**Quadro 20: Prestação de cuidados de saúde no 1º semestre de 2011.**

Cuidados de Saúde	Quantidade	%
Consultas médicas	17381	58,6
Consultas domiciliárias	53	0,2
Atendimentos de enfermagem	11645	39,3
Domicílios de enfermagem	570	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>29649</b>	<b>100,0</b>

(Fonte: ACES I)



Segundo dados do INE, no período compreendido entre 2007 e 2010 o número de médicos por cada 1000 habitantes manteve-se constante, correspondendo a uma média anual de 0,8 médicos. Nas condições actuais, o Centro de Saúde do Alandroal (sede) dispõe de um quadro com capacidade para 5 médicos, porém, em Setembro de 2011 apenas duas dessas vagas estão preenchidas (ACES I).

No mesmo período, o número de enfermeiros sofreu algumas oscilações. Em 2007 e 2008 a média anual de enfermeiros para cada 1000 habitantes correspondeu a 3,3 profissionais. Em 2009 este número descreveu para 3,2 e em 2010 voltou a subir, fixando-se em 3,4 enfermeiros por cada 1000 habitantes.

Apesar desta subida, o quadro de profissionais de enfermagem, e também de profissionais médicos, está incompleto há vários anos. Esta realidade é indicativa de que os recursos humanos nesta área são escassos e que dela resulta uma marcada dificuldade em prestar cuidados com a continuidade necessária e adequada, pese embora se tenham verificado algumas melhorias com a introdução da telemedicina. Os cuidados de saúde diferenciados são facilitados pelo Hospital Espírito Santo de Évora, que fica a cerca de 50 km de distância ou pelo Hospital de Santa Luzia em Elvas, que se situa a 35 km de distância.

No que respeita ao transporte de utentes das extensões à sede do Centro de Saúde do Alandroal verifica-se que o mesmo comporta algumas carências devido à falta de meios rodoviários. Em alternativa é utilizado o transporte em táxi ou em ambulância para percorrer distâncias variáveis entre os 5 e os 25 km. De forma a suprimir esta carência foram adquiridas duas novas ambulâncias nos últimos anos.

### **3.2.6 Acção Social**

O acompanhamento da evolução da proporção da população residente que usufrui de subsídios de desemprego ou rendimento social de inserção revela-se de extrema importância, uma vez que nos permite avaliar o peso que este grupo exerce sobre as despesas no âmbito da acção social e conhecer o número de indivíduos com carências sociais.

Relativamente à população que usufrui de subsídios de desemprego, o concelho do Alandroal tem apresentado valores superiores aos verificados nas unidades territoriais, ao longo dos anos. Em 2009, 6,5 % da população do concelho beneficiava de subsídio de desemprego (Quadro 21), valor ligeiramente superior ao verificado nas respectivas sub-região e região.

**Quadro 21. Percentagem de beneficiários de subsídio de desemprego no concelho do Alandroal, Alentejo Central e Alentejo, em 2009.**

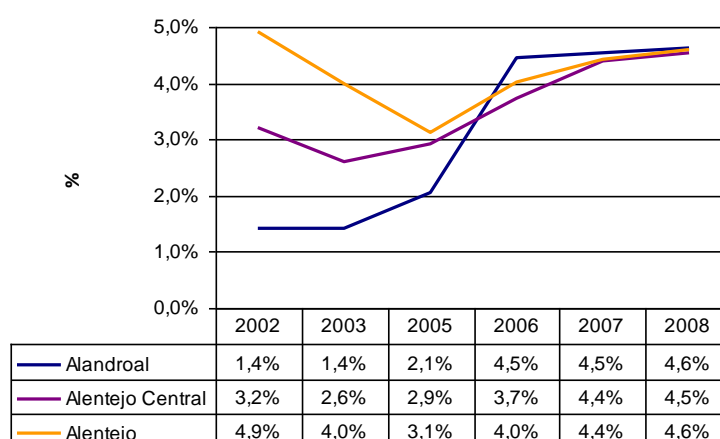
Zona Geográfica	% Beneficiários de subsídio de desemprego
Alandroal	6,5 %
Alentejo Central	5,1 %
Alentejo	5,2 %

(Fonte: Website INE)

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste na prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação dos suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária (INE, 2008).

Pela análise do Gráfico 29, verifica-se que apesar da percentagem de beneficiários de RSI no Alandroal se ter mantido constante entre 2002 e 2003, tem seguido uma tendência crescente desde então, acompanhando em termos gerais o comportamento verificado na sub-região do Alentejo Central. Em 2008, os beneficiários de RSI do Alandroal representavam cerca de 4,6% da população, totalizando 279 indivíduos. O escalão etário entre os 0 e os 25 anos era o que incluía maior número de beneficiários.

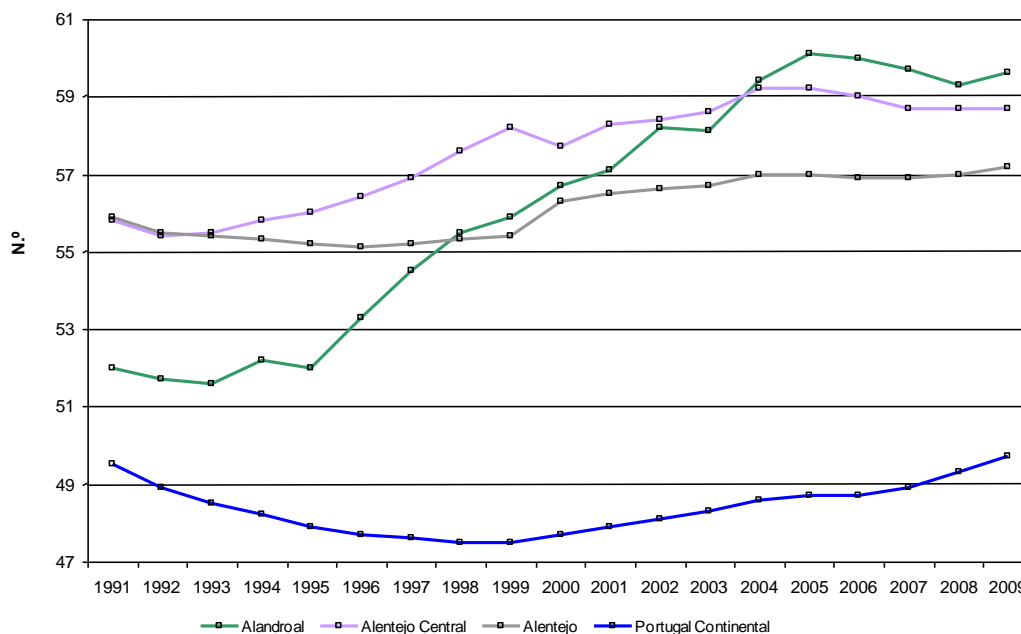
**Gráfico 29. Percentagem de beneficiários do rendimento social de inserção no município do Alandroal e nas NUTS II e III, de 2002 a 2008.**



(Fonte: Website INE)

Outro indicador integrado na Acção Social, e que constitui o reflexo da variação demográfica, diz respeito à dependência de determinados grupos etários perante a população activa. No que se refere ao índice de dependência total (Jovens + Idosos), o concelho do Alandroal tem apresentado valores crescentes no período que decorreu entre 1991 e 2009, ultrapassando a partir de 2004 os verificados nas outras regiões analisadas (Gráfico 30).

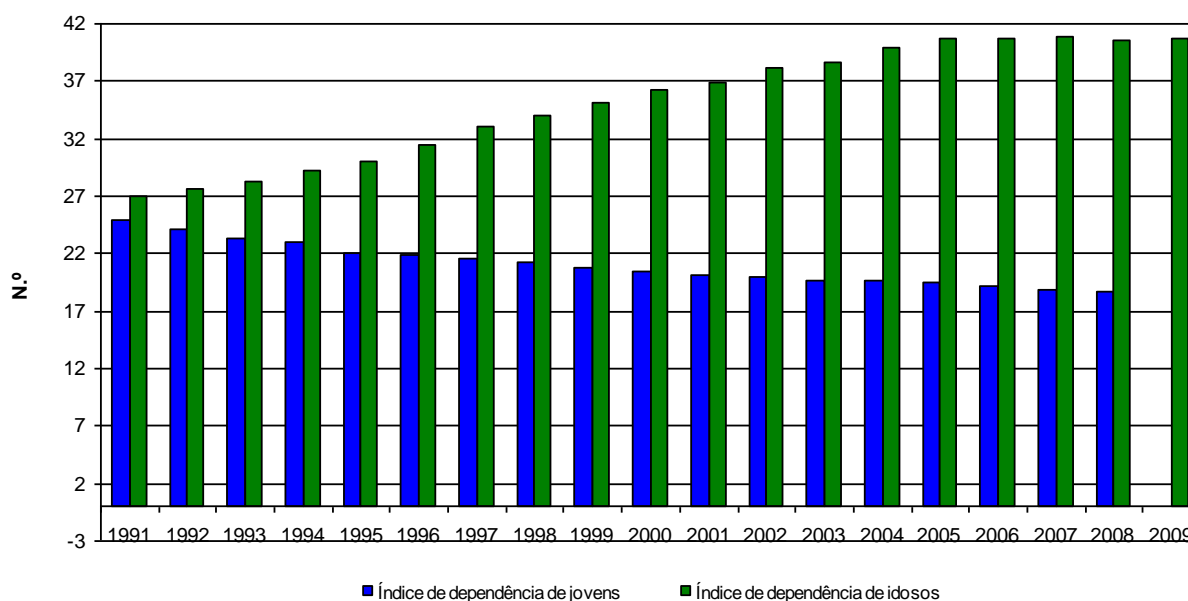
**Gráfico 30. Índice de dependência total no concelho do Alandroal e nas NUTS I, II e III, de 1991 a 2009.**



(Fonte: Website INE)

Através de uma análise mais detalhada (Gráfico 31), conclui-se que a dinâmica verificada no Alandroal se deve à tendência também ela crescente do índice de dependência de idosos, até meados do ano 2005. Pelo contrário, o índice de dependência de jovens decresceu continuamente no mesmo período.

**Gráfico 31. Relação entre ao Índice de dependência de jovens e o índice de dependência de idosos, no concelho do Alandroal, entre 1991 e 2009.**



(Fonte: Website INE)

Por sua vez, estas variações poderão advir de vários factores, nomeadamente pelo crescimento gradual que o índice de envelhecimento do Alandroal registou no mesmo período.

Nesta análise importa também identificar o tipo de apoio social prestado aos munícipes. Nesse sentido, podem considerar-se três públicos-alvo: as crianças e jovens, a família e a comunidade e a terceira idade (Quadro 22).

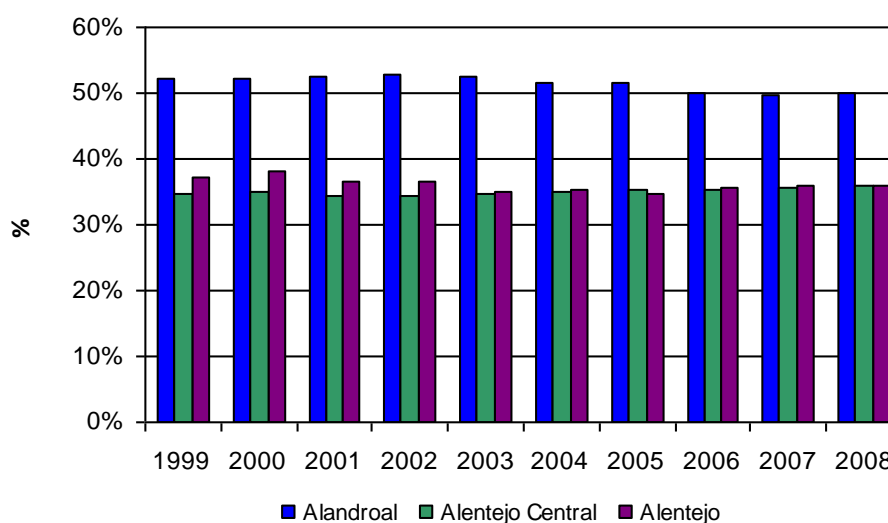
**Quadro 22. Instituições de apoio social prestado aos munícipes.**

Público-Alvo	Instituição
Crianças e Jovens	Santa Casa da Misericórdia do Alandroal
	CHOUPANA - Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho do Alandroal
	Casa do Povo de Capelins
Família e Comunidade	Santa Casa da Misericórdia do Alandroal
	Centro Social e Paroquial do Alandroal
	CHOUPANA - Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Concelho do Alandroal
	Casa do Povo de Capelins
Idosos	Santa Casa da Misericórdia do Alandroal
	Associação de Solidariedade Social de Capelins - IPSS
	“O CANTINHO AMIGO” de Santiago Maior
	Associação de Protecção aos Idosos da Freguesia de Terena

(Fonte: Diagnóstico social do concelho do Alandroal, 2004)

A proporção de população residente pensionista<sup>9</sup> no concelho do Alandroal manteve valores semelhantes ao longo do período que decorreu entre 1999 e 2008, excedendo sempre os registos das regiões Alentejo e Alentejo Central (Gráfico 32).

**Gráfico 32. Evolução da percentagem de pensionistas no concelho do Alandroal, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Central, entre 1999 e 2008.**



(Fonte: Website INE)

<sup>9</sup> Pensão por invalidez, velhice e de sobrevivência.



Estes valores explicam-se pelo facto do número de pensionistas ter acompanhado a mesma dinâmica da população, diminuindo cerca de 3% no mesmo período. Em 2008, os pensionistas representavam cerca de 50% da população residente no Alandroal.

Ainda segundo os dados do INE, em 2008, 68% dos pensionistas do Alandroal tinham pensões por velhice, ao passo que os pensionistas por invalidez e sobrevivência, correspondiam a 8% e 23% do total de pensionistas, respectivamente.

No que diz respeito à acção social de apoio à infância, foi criada uma creche com capacidade para 25 crianças na sede do Concelho, que veio suprimir uma carência há muito evidenciada. Para a ocupação dos tempos livres foram criadas duas unidades de Actividades de Tempos Livres (ATL) com capacidade para 25 crianças, uma no Alandroal e outra em Terena nas instalações da Associação de Protecção aos Idosos da Freguesia de Terena (APIT).

Para o apoio à Terceira Idade, o Concelho disponha de um Lar e de um Centro de Dia, com capacidade para 32 e para 15 utentes, localizados na Vila do Alandroal, que se manifestaram insuficientes para as necessidades demonstradas. Para suprimir as carências identificadas, a autarquia propôs no âmbito do seu Plano Director Municipal: i) a criação de três novos centros de dia, com capacidade para 40 utentes, com localização prevista para Terena, Pias e outro local a seleccionar na zona Este do Concelho; ii) a criação de um novo lar com capacidade para 30 utentes; iii) a ampliação da capacidade do Centro de Dia do Alandroal para 40 utentes. Das acções prevista, foi efectivada a criação de dois dos três novos centros de dia, em Terena e em Pias (neste último caso, a capacidade encontra-se repartida por 20 utentes no centro de dia e por 10 utentes com apoio domiciliário), e a criação do novo lar em Pias, mas com capacidade para 20 utentes (CMA, s.d.).

A ajuda a estratos sociais mais desfavorecidos pela autarquia é também prestada através de um conjunto de medidas constantes do Regulamento de Intervenção Social no Município de Alandroal que visam: i) O apoio a idosos e jovens de acordo com regulamentação municipal específica; ii) O apoio em géneros alimentares em caso de necessidade de utilização de dietas especiais, nomeadamente para os idosos, doentes crónicos e crianças, prescritas por um médico de especialidade ou de família; iii) A atribuição de “Vales de Compras Alimentares”; iv) O apoio a melhorias habitacionais conforme o estabelecido em regulamento municipal específico; v) O apoio ao arrendamento de habitação; vi) A atribuição de apoios eventuais e pertinentes para a melhoria da qualidade de vida do munícipe e/ou do agregado familiar, em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas (Artigo 3º do Regulamento).





Para o apoio a idosos foi criado em 2003 o Cartão Social do Múncipe Idoso, cujo regulamento consta do Aviso nº 9204/2003, de 4 de Dezembro (Apêndice nº 181 do Diário da República nº 280, 2ª Série), posteriormente sujeito a alterações. Trata-se de um apoio dirigido a todos os cidadãos recenseados e com residência permanente no concelho do Alandroal, em situação comprovada de carência económica<sup>10</sup>, permitindo-lhes os seguintes benefícios: i) Redução de 50% no pagamento de taxas e tarifas devidas pelos serviços prestados pelo município; ii) Comparticipação pelo município em 50% das despesas suportadas pelo benefício na parte não comparticipada, com a aquisição de medicamentos sempre que estes considerados pelo médico competente como indispensáveis; iii) Quaisquer outros benefícios expressamente reconhecidos por deliberação da Câmara Municipal (Artigo 7º do Regulamento).

O apoio a jovens é proporcionado através do Cartão Jovem do Múncipe e da atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior.

O Cartão Jovem do Múncipe foi criado em 2005 e o seu regulamento publicado no Edital nº 499/2005, de 30 de Agosto, constante do Apêndice nº 181 do Diário da República nº 166 (2ª Série). Este apoio visa contribuir para a fixação e a atracção dos jovens ao concelho do Alandroal mediante a atribuição de benefícios concretos para a melhoria das condições necessárias à sua realização pessoal e a participação cívica mais activa. Destina-se aos cidadãos residentes no Concelho há mais de um ano e com idades compreendidas entre os 12 e os 30 anos, aos quais são proporcionados os seguintes benefícios: i) Descontos em ramais de ligação de água e esgoto (25%), taxas de construção de habitação própria (50%), aquisição de lote em zona industrial ou zona oficial (10%), custos do processo de licenciamento industrial (25%), iniciativas culturais e recreativas promovidas pela Câmara Municipal do Alandroal (50%), entrada nas piscinas municipais (25%) e entrada no Fórum Cultural Transfronteiriço (25%); ii) Apoio à recuperação de casas degradadas destinadas a habitação própria, através de projectos de arquitectura e especialidade, demolições e remoção de entulho; iii) Atribuição de um apoio financeiro por nascimento de cada filho com vista à inversão da tendência demográfica negativa, consistente em 500 euros pelo primeiro filho, 1000 euros pelo segundo filho e 1500 euros pelo terceiro filho e seguintes (Artigo 8º do Regulamento). O Cartão Jovem do Múncipe conta com a participação de entidades locais e externas protocoladas com a autarquia, as quais concedem os descontos previstos sobre os bens e/ou serviços comercializados ou não na área do concelho do Alandroal.

A atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior visa o apoio à continuação dos estudos de jovens carenciados e à formação de quadros técnicos superiores, cujo regulamento consta actualmente do Edital nº 498-B/2007, de 15 de Junho, publicado no Diário da República nº 114 (2ª

<sup>10</sup> São considerados economicamente carenciados os cidadãos com rendimento mensal inferior a 300 euros.

Série). Este incentivo é dirigido aos jovens que: i) Tenham bom aproveitamento escolar nos anos lectivos que antecederam a concessão da bolsa; ii) Sejam residentes há pelo menos dois anos no Município do Alandroal; iii) Frequentem ou pretendam ingressar no ensino superior; iv) Não possuam habilitação equivalente àquela que pretendem adquirir; v) Tenham um rendimento *per capita* mensal igual ou inferior ao salário mínimo nacional em vigor no início do ano lectivo (Artigo 3º do Regulamento). Nos termos do regulamento aplicável, a autarquia concede anualmente 50 bolsas de estudo.

O apoio social a melhorias habitacionais é dirigido ao estrato da população que por motivos de ordem socioeconómica não dispõe de condições mínimas de salubridade habitacional. Consiste num apoio financeiro não reembolsável, que não poderá exceder o equivalente a sete vezes o valor do salário mínimo nacional em vigor por projecto de intervenção, destinado à realização de obras de construção, conservação, ampliação ou alteração das habitações de agregados desfavorecidos, ou, ainda, na atribuição de isenções no pagamento de taxas municipais. Engloba também o apoio técnico na elaboração de projectos de arquitectura e projectos de especialidade, no acompanhamento da elaboração de projectos de melhoria/beneficiação das habitações e no acompanhamento da execução da obra. Com este incentivo, a autarquia procura apoiar os cidadãos que: i) Sejam residentes no Concelho há pelo menos dois anos; ii) Habitem em permanência a habitação inscrita para o apoio; iii) Sejam proprietários ou co-proprietários da habitação, ou excepcionalmente, arrendatários; iv) Não possuam outra habitação em condições de habitabilidade ou sejam titulares de rendimentos prediais a qualquer título; v) Não disponham, por si ou através do agregado familiar, de um rendimento mensal *per capita* que não exceda os valores da pensão social (Artigo 3º do Regulamento).

Com vista a incentivar a fixação da população no Concelho do Alandroal e a inverter a tendência demográfica negativa registada nas últimas décadas, a autarquia criou o Programa *Alandroal Convida*, o qual está orientado para as pessoas singulares ou inseridas em agregados familiares que: i) Residam ou venham a residir no Concelho; ii) Não usufruam de outro tipo de apoio semelhante; iii) Forneçam todos os meios legais de prova actualizados solicitados. Este Programa encontra-se estruturado nas seguintes modalidades:

- Incentivo à Fixação e Atracção de População:

Esta modalidade consiste no apoio financeiro à fixação de residência em habitação própria dos agregados familiares que não possuam outra habitação no concelho do Alandroal ou dos agregados familiares oriundos de outros concelhos que fixem residência no Concelho por um período superior a 12 meses. É concretizado através da atribuição de uma prestação fixa no valor de 500 euros (Artigo 4º do Regulamento).



- **Incentivo à Natalidade:**

O incentivo à natalidade traduz-se na atribuição de um apoio financeiro por nascimento/adopção que ocorra nos agregados familiares residentes do concelho do Alandroal. Consiste numa prestação única, com montante variável entre os 500 euros (para o primeiro filho) e os 1500 euros (para o terceiro filho e seguintes) - (Artigo 6º do Regulamento).

- **Incentivos Municipais:**

Os incentivos municipais, por sua vez, são concretizados através da redução de 25% no custo de ramais de ligação de água e esgotos, e na redução de 50% na taxa de construção de habitação própria (Artigo 7º do Regulamento).

Para a detecção de problemáticas sociais e a protecção de crianças e jovens em risco e/ou perigo nos termos da legislação em vigor<sup>11</sup> foi criado em 19 de Março de 2008, no âmbito da Rede Social do Concelho de Alandroal, o Grupo de Intervenção Psicossocial de Alandroal (GIPSA). De acordo com o Regulamento aplicável, o GIPSA visa aferir metodologias e procedimentos de intervenção conjunta e mais eficazes sobre a sua área geográfica de incidência, bem como a discussão e avaliação dos resultados no sentido de alargar e melhorar as respostas locais e de dar continuidade à detecção de problemáticas sociais. Visa também a sensibilização/formação de crianças, jovens e agentes educativos (pais, professores e auxiliares de acção educativa) para a temática da promoção e protecção dos direitos da criança e do jovem em perigo.

Para este efeito conta com a participação de todos os parceiros sociais com competência em matéria de infância e juventude, designadamente a Câmara Municipal do Alandroal, o Agrupamento Vertical de Escolas de Alandroal, o Centro Distrital de Évora do Instituto da Segurança Social, I.P. (Serviço Local do Alandroal), o Centro de Saúde do Alandroal, o Centro Social e Paroquial do Alandroal, a Santa Casa da Misericórdia do Alandroal (Projecto de Intervenção Precoce), a Guarda Nacional Republicana do Alandroal e de Santiago Maior. A sua acção é ainda dirigida a situações excepcionais de colaboração com os Serviços do Ministério Público junto dos Tribunais das Comarcas do Redondo e de Vila Viçosa.

No que se refere à Acção Social Escolar, a autarquia tem uma actuação relevante e activa através dos seguintes apoios: i) Fornecimento de manuais, de transporte e de refeições escolares a crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico; ii) Comparticipação económica no pagamento de mensalidades de crianças em creches e no pagamento de honorários de professores em actividades extra-curriculares; iii) Atribuição de subsídios escolares a alunos de famílias com

---

<sup>11</sup> Lei de protecção de crianças e jovens em perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro) e Regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de protecção de crianças e jovens em perigo (Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro e Decreto-Lei nº 12/2008, de 17 de Janeiro).

situação económica desfavorecida para a aquisição de material escolar e livros; iv) Atribuição de subsídios a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Em matéria de equipamentos de apoio social, a autarquia promove ainda a iniciativa “Ludoteca de Verão”, direccionada para crianças e jovens, a qual constitui um espaço de actividade lúdica e criativa que contribui para o desenvolvimento educativo, cultural, e social da comunidade durante o período das férias escolares.

No panorama social do Concelho há ainda a registar a implementação e desenvolvimento do Projecto “Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) da Zona dos Mármore”. Os CLDS foram criados pela Portaria nº 396/2007, de 2 de Abril, com a finalidade de promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

O CLDS da Zona dos Mármore abrange, além do Alandroal, os concelhos de Borba, Estremoz, Sousel e Vila Viçosa, e é coordenado pela Associação de Desenvolvimento Montes Claros localizada em Borba. Teve início a 29 de Abril de 2009 e conta com uma programação financeira global de 2 024 963,81 euros, que cessará após o ano de 2012 (<http://clds.seg-social.pt/LoadFile.ashx?type=projecto&id=32>).

O Projecto desenvolve-se segundo quatro eixos de intervenção, aos quais estão associadas as seguintes acções:

- Eixo 1: Emprego, Formação e Qualificação:
  - Acção 1: Criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo;
- Eixo 2: Intervenção Familiar e Parental:
  - Acção 2: Centro de Recursos e Qualificação;
- Eixo 3: Capacitação da Comunidade e das Instituições:
  - Acção 3: Desenvolvimento Comunitário;
- Eixo 4: Informação e Acessibilidades:
  - Acção 4: Inclusão Digital para Todos;
  - Acção 5: Plano de Acção.

No concelho do Alandroal, o CLDS da Zona dos Mármore tem como entidades executoras a Santa Casa da Misericórdia do Alandroal, o Centro Social e Paroquial do Alandroal e o Lar e



Centro de Dia “O Cantinho Amigo” em Santiago Maior. Conta ainda com a colaboração da Câmara Municipal do Alandroal, das várias juntas de freguesia e de entidades com competência e relevância no contexto do Projecto.

No âmbito do CLDS da Zona dos Mármoreos foram desenvolvidas várias intervenções no Concelho do Alandroal destacando-se as seguintes:

- “Criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo”, destinado a prestar apoio aos cidadãos que pretendam iniciar o seu próprio negócio, bem como a estimular a reinserção de trabalhadores em situação de desemprego no mercado de trabalho;
- “Acção de Sensibilização para a Importância da Certificação”, destinada a sensibilizar para a importância do desenvolvimento das competências nos adultos que em idade própria não usufruíram ou completaram um plano de estudos do ensino básico ou do secundário, de forma a melhorar as suas certificações e qualificações escolares, profissionais e pessoais;
- “Acção de Sensibilização dirigida a Idosos para o Combate e Prevenção de Burlas e Assaltos”, destinada a transmitir informação preventiva, a criar uma maior aproximação às forças de segurança e a implementar redes sociais de apoio e estratégias de combate ao isolamento de idosos;
- “Acções de Sensibilização no âmbito da Semana de Maus Tratos Infantis”, destinadas à sensibilização do público infantil e população em geral;
- “Tertúlia Cantigas de Prevenção da Toxicodependência”, destinada à sensibilização e prevenção desta problemática;
- “Tardes de Partilha de Saberes”, destinadas à partilha de conhecimentos entre artesãos e idosos, valorizando ambos os saberes e desenvolvendo novas técnicas em conjunto;
- “Sessão de Educação para a Saúde”, destinada a consciencializar a população idosa para a necessidade de novos hábitos alimentares;
- “Criação da Eco-Loja”, a qual constitui um equipamento de resposta social enquadrado num sistema de parcerias, coordenação de esforços e rentabilização dos recursos existentes, que permite à população mais desfavorecida o acesso a determinados bens, nomeadamente roupa, de forma gratuita, consoante as suas necessidades imediatas;
- “Criação da Oficina Móvel”, constitui um equipamento de resposta social direccionado para os idosos mais carenciados do concelho, que permite o acesso facilitado e gratuito a um conjunto de serviços domésticos, nomeadamente pequenas reparações e bricolage.

### **3.2.7 Acessibilidades**

O sistema de acessibilidades do concelho do Alandroal caracteriza-se pela extensão considerável da rede viária municipal (0,24 km/km<sup>2</sup>), face à baixa cobertura de vias integrantes da rede de estradas nacionais (0,10 km/km<sup>2</sup>). No total, a rede rodoviária possui uma extensão de 183,7 km, dos quais 54,8 km são correspondentes a estradas nacionais, 48,8 km a estradas municipais e 80,1 km a caminhos municipais.

A sua distribuição é razoavelmente homogénea pelo território concelhio, apresentando uma estrutura que dá resposta às necessidades existentes, não sendo, por isso, imperiosa a construção de novas vias. Não obstante, foram detectadas graves deficiências do ponto de vista estrutural, uma vez que:

- Cerca de 60% da rede municipal tem faixas de rodagem inferiores a 4 m, que impedem o cruzamento simultâneo de dois veículos pesados e, em alguns casos, de um pesado e um ligeiro;
- Apenas 73% das rodovias possuem pavimento betuminoso, sendo a restante parte em terra batida.
- Ainda assim, 35% das vias estão em bom estado de conservação face a 20% em mau estado (CMA, 2006).

Nos últimos anos, a autarquia iniciou esforços no sentido de reabilitar pavimentos e corrigir traçados, através de acções de rectificação, beneficiação e repavimentação de vias. As intervenções incidentes sobre vias da rede nacional (EN 255 e EN 373) foram todas executadas, pelo que actualmente o Concelho dispõe de boas condições de acesso a outras vias estruturantes, designadamente à A6/IP7, que estabelece a ligação entre Lisboa e Badajoz/Sevilha/Madrid, passando por Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz e Elvas.

Todas as intervenções sobre as estradas municipais foram igualmente concluídas, sendo as condições de circulação bastante satisfatórias. Ainda assim, o concelho do Alandroal sofre com a concorrência dos concelhos vizinhos Vila Viçosa a Norte e Reguengos de Monsaraz a Sul), os quais dispõem de mais equipamentos e melhores acessibilidades. Já as intervenções previstas para os caminhos municipais encontram-se parcialmente executadas.

No que respeita aos transportes públicos, o concelho do Alandroal dispõe de ligações regulares aos concelhos de Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz, Elvas, Redondo e Évora. A circulação dos transportes ocorre maioritariamente no eixo longitudinal Reguengos de Monsaraz / Alandroal / Vila Viçosa e no “rectângulo” formado por Pias / Cabeça de Carneiro / Montes Juntos / Terena /



Hortinha / Pias. O número de ligações é, contudo, reduzido, traduzindo assim a baixa mobilidade da população. Para esta situação muito contribui a fraca densidade populacional do município e o baixo nível de rendimentos familiares. Assim e segundo dados da Câmara Municipal do Alandroal, mais de metade da população efectua a suas deslocações a pé ou em transporte privado individual, o qual representa um peso superior ao dobro do peso dos transportes públicos (CMA, 2006).

Os serviços de transporte público individual, vulgo “táxi”, surgem no Concelho como complemento ou substituto dos transportes públicos colectivos, quer nos intervalos de frequência das ligações existentes, quer no acesso a áreas não convenientemente servidas pelos meios ao dispor da população. Como tal, o serviço de táxis é frequentemente utilizado para o transporte de idosos e/ou doentes para centros de saúde ou hospitais para a realização de consultas, tratamentos ou exames médicos (idem).

O transporte escolar é assegurado por um sistema misto, composto por meios da Câmara Municipal e de algumas Juntas de Freguesia, e por meios da empresa Rodoviária do Alentejo. Assim:

- Os aglomerados de Juromenha, Mina do Bugalho e Rosário são servidos por uma ligação assegurada pela Rodoviária do Alentejo;
- As freguesias de Capelins, Terena e Santiago Maior são servidas por ligações de transporte público colectivo da Rodoviária do Alentejo, com destino a Vila Viçosa, onde se encontra a estudar a maioria dos alunos do ensino secundário do concelho do Alandroal;
- O transporte de alunos nas freguesias de Mina do Bugalho e de Santiago Maior é assegurado por veículos das respectivas Juntas, com financiamento da Câmara Municipal;
- Nos locais mais remotos e montes isolados, o transporte de alunos é efectuado por veículos da Câmara Municipal (serviço do tipo *porta-a-porta*);
- Dentro do aglomerado do Alandroal e bairros limítrofes, o transporte de alunos é assegurado pela Câmara Municipal.

De salientar que a maioria destas modalidades de transporte incide no ensino pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.

### 3.3 Recursos Económicos

Os recursos económicos constituem factores fundamentais de suporte ao desenvolvimento do concelho, uma vez que, conjuntamente com o capital humano, deixam marcas no território. Como tal serão analisados os recursos do tecido empresarial, a agricultura, pecuária e floresta, a actividade extractiva, indústria transformadora, bem como a componente turística que exercem pressões de variadas ordens sobre os recursos ambientais, sociais e culturais.

#### 3.3.1 Tecido Empresarial

O sector empresarial é um indicador fundamental das capacidades económicas de uma dada região. A sua diversidade permite ampliar o potencial gerador de recursos económicos e, simultaneamente, a fixação de pessoas, aumentando a qualidade de vida da população residente.

Actualmente, tem-se verificado uma tendência de desaceleração do empreendedorismo em Portugal. Com o mesmo comportamento, o concelho do Alandroal tem também apresentado uma dinâmica económico-social algo desacelerada com as dificuldades inerentes a um concelho do interior do País, onde o tecido empresarial se caracteriza por um esmagador número de empresas de pequena dimensão<sup>12</sup> (98% em 2007).

A dinâmica empresarial constitui um factor importante na avaliação da situação económica local. Se se comparar os concelhos pertencentes à *Zona dos Mármore*s (Quadro 23) verifica-se que de todos os concelhos, o concelho do Alandroal apresenta a maior taxa de ocupação no sector primário e a mais baixa no sector terciário:

**Quadro 23. Taxa de ocupação por sector de actividade (%).**

Concelhos	Sector de Actividade		
	Primário	Secundário	Terceário
Alandroal	23,0	37,7	39,3
Borba	15,0	37,9	47,1
Estremoz	13,6	25,0	61,4
Vila Viçosa	7,3	39,9	52,8

(Fonte: INE in Diagnostico Social do Concelho do Alandroal, 2004)

De salientar a importância do peso da actividade extractiva na região, resultante da jazida de mármore aqui existente, ao longo do anticlinal calcário que liga o Alandroal a Sousel, numa extensão de cerca de 40 Km e cerca de 8 Km de largura. Nesta região encontramos 128 empresas de exploração de mármore que ocupam 1 282 trabalhadores. No entanto, o concelho

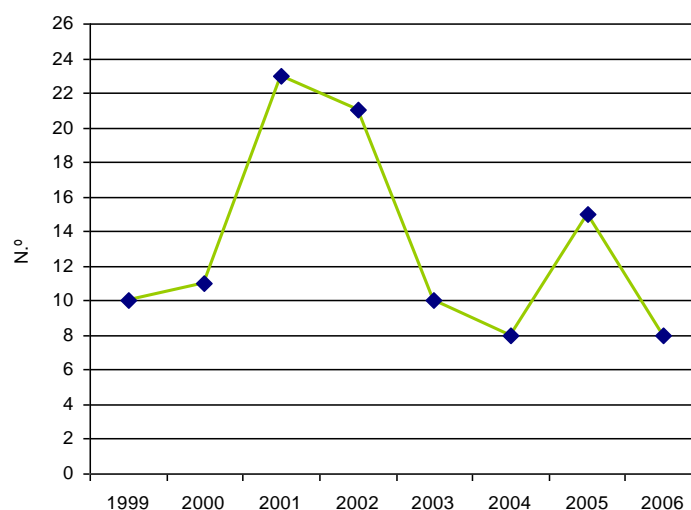
<sup>12</sup> Empresas sediadas no concelho do Alandroal cujo escalão de pessoal ao serviço é inferior a 10 trabalhadores.



de Alandroal apresenta um número muito baixo de empresas sediadas, com ligação a esta actividade. (Diagnóstico Social do Concelho do Alandroal, 2004).

Ainda em termos de dinâmica empresarial, tendo em conta a constituição de novas sociedades, de acordo com os dados estatísticos disponíveis, apesar destas sociedades terem registado, no município do Alandroal, um acréscimo de 81% (13 sociedades) entre 2000 e 2001, verificou-se um decréscimo muito acentuado de 90% apenas no espaço de dois anos (entre 2001 e 2003), para recuperar um pouco no período seguinte (Gráfico 33). Em 2006, as novas sociedades do Concelho representavam apenas 3% das constituídas no Alentejo Central, indicando um fraco contributo para a região.

**Gráfico 33. Evolução do número de sociedades constituídas no município do Alandroal, entre 1999 e 2006.**

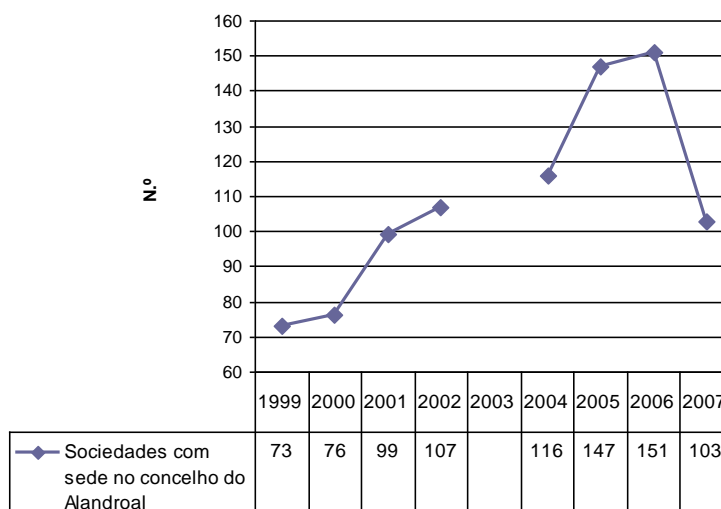


(Fonte: Website INE)

No que respeita às sociedades dissolvidas, em 2006, o Concelho apresentava uma taxa de dissolução de 2,2%, valor idêntico à da média de Portugal Continental, também de 2,2%, e próximo à das regiões do Alentejo e Alentejo Central, com percentagens na ordem dos 2,0% e 2,3%, respectivamente.

Relativamente ao número de sociedades com sede no Alandroal, verificou-se um aumento gradual de 52%, no período que decorreu entre 1999 e 2006, correspondendo em termos quantitativos ao aumento de 74 sociedades. No entanto, de 2006 a 2007 verificou-se uma diminuição de 48 sociedades (Gráfico 34).

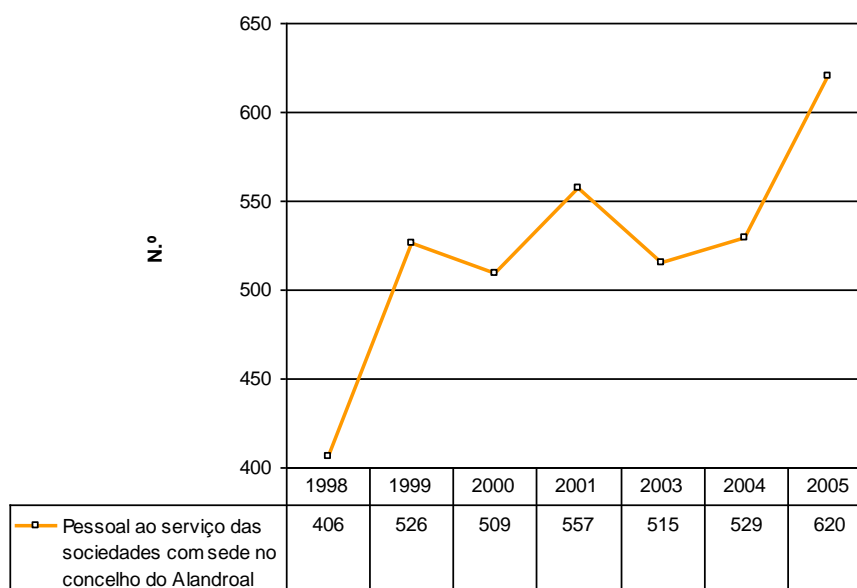
**Gráfico 34. Evolução do número de sociedades com sede no concelho do Alandroal, entre 1999 e 2007.**



(Fonte: Website INE)

Por outro lado, o número de pessoal ao serviço das sociedades sediadas no Concelho registou valores tendencialmente crescentes (Gráfico 35), decrescendo, no entanto, 3,3% (17 trabalhadores, em termos quantitativos), entre 1999 e 2000, e 8,1% entre 2001 e 2003 (42 trabalhadores, em termos quantitativos) para atingir em 2007 o registo de 320 trabalhadores ao serviço das sociedades.

**Gráfico 35. Evolução do número de pessoal ao serviço das sociedades com sede no concelho do Alandroal, entre 1998 e 2005.**



(Fonte: Website INE)

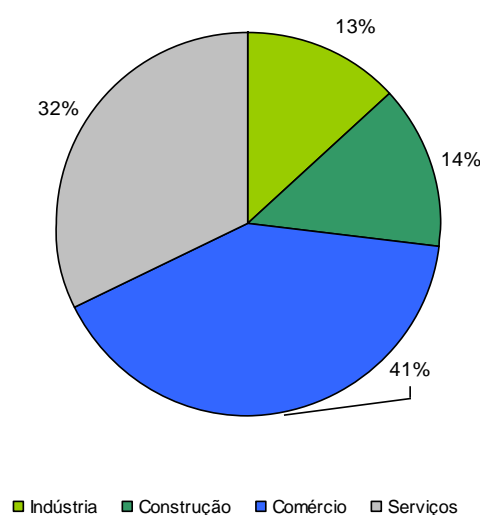
A agricultura no concelho baseia-se numa estrutura de propriedade com dimensões ligeiramente inferiores à média do Alentejo. A área irrigável apresenta valores consideravelmente inferiores à

média regional, no entanto, praticamente  $\frac{3}{4}$  da área irrigável é aproveitada, valor que é francamente superior ao da região. Caracteriza-se pela cultura de trigo, aveia, cevada, de oliveira da vinha e algumas leguminosas, em regime de regadio o milho e girassol. A pecuária, com a criação de gado bovino, ovino, caprino e suíno, representa uma significativa fonte de rendimento, onde as vacas leiteiras e aleitantes têm um maior significado na vida económica da Freguesia de Santiago Maior. (Diagnóstico Social do Concelho do Alandroal, 2004)

O comércio por grosso e a retalho é o sector de actividade que apresenta maior número de empresas do concelho do Alandroal, caracteriza-se por pequenos comércios diversificados, relacionados com a área agro-alimentar, como minimercados, mercearias e padarias, cooperativas de consumo, cooperativas agrícolas, postos de combustíveis, funcionando ainda dois dias por semana o Mercado Municipal.

No entanto, é a indústria transformadora que emprega um maior número de pessoas. As empresas sediadas no concelho do Alandroal distribuem-se pelas seguintes actividades económicas: serviços, indústria, construção e comércio. Em 2007, a actividade com maior representatividade era o comércio (41%), seguido dos serviços (32%), indústria (13%) e construção (14%) (Gráfico 36).

**Gráfico 36. Representação das actividades económicas presentes no município do Alandroal, em 2007.**



(Fonte: INE, 2007)

O Alandroal não é, no entanto, considerado um pólo do terciário a nível regional, uma vez que a sua estrutura de comércio e serviços está pouco desenvolvida e dinamizada para o potencial que apresenta.



Em 2008, a densidade de empresas por concelho era de 0,9 empresas/km<sup>2</sup> no município do Alandroal. Este valor fica muito aquém do registado em Portugal Continental (11,9 emp./km<sup>2</sup>) no mesmo período, revelando ainda ser também inferior ao verificado nas unidades territoriais do Alentejo Central (2,3 emp./km<sup>2</sup>) e Alentejo (2,1 emp./km<sup>2</sup>). Não obstante é essencial continuar a apostar em novas estruturas e incentivos facilitadores da fixação de potenciais investidores privados, de forma a permitir a dinamização e manutenção do tecido empresarial.

### **3.3.2 Agricultura, Florestas e Produção Animal**

#### **3.3.2.1 Agricultura e Florestas**

Segundo dados do Recenseamento Geral da Agricultura de 1999, a superfície agrícola do concelho do Alandroal era de 44 604 ha, cerca de 82% da sua superfície total (54 410 ha) e 7,3% da superfície agrícola total da sub-região do Alentejo Central (613 649 ha). Em 2009 e com base em dados constantes do último Recenseamento Agrícola, a superfície agrícola do Concelho aumentou para 46 426 ha, cerca de 85,3% da sua superfície total e 7,4% da superfície agrícola total do Alentejo Central (629 824 ha). Da superfície agrícola total do Concelho, 94,2% correspondiam em 1999 à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), tendo aumentado para 94,3% em 2009.

A superfície da SAU registou na última década uma evolução positiva (4,1%). No que respeita à sua composição verificou-se um decréscimo nas utilizações agrícolas hortícolas e terras aráveis, e uma maior aposta nas culturas e pastagens permanentes (Quadro 24), as quais reflectem a natureza dos solos existentes e o tipo de agricultura praticada.

**Quadro 24. Repartição do uso do solo.**

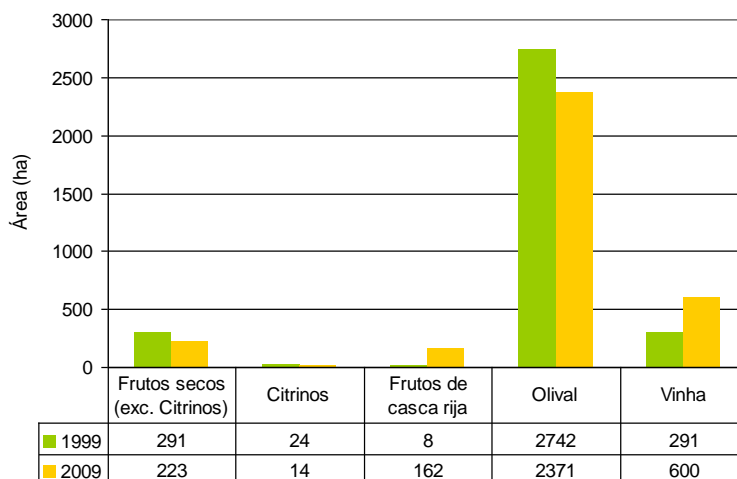
Uso do solo	Período de referência		Variação (%)
	Área (ha)		
	1999	2009	
Superfície Agrícola Total	44604	46426	4,1%
Superfície Agrícola Utilizada	42026	43794	4,2%
Terras aráveis	26005	10068	- 61,3%
Hortas familiares	22	19	- 13,6%
Culturas permanentes	3357	3369	0,4%
Pastagens permanentes	12642	30338	140,0%

(Fonte: INE, 2001; 2010)

Nas culturas permanentes incluem-se a produção de frutos secos e frutos de casca rija, de citrinos, de olival e de vinha, sendo que estas duas últimas são as de maior expressividade no Concelho (Gráfico 37). Não obstante, de 1999 a 2009 a área de olival sofreu um decréscimo de 13,5%, enquanto que a área vinícola sofreu um aumento de 106%. A superfície de prados e

pastagens permanentes também cresceu de forma significativa, passando de 13 197 ha em 1999 para 30 783 ha em 2009 (variação de 133%).

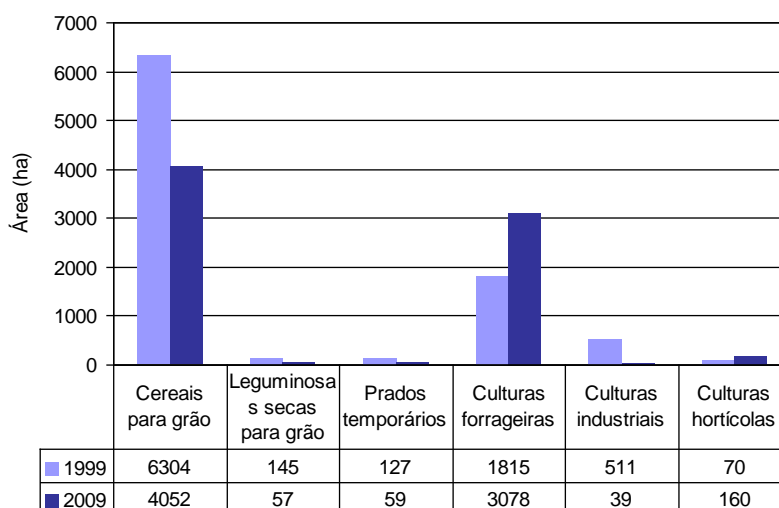
**Gráfico 37. Evolução da superfície das culturas permanentes no concelho do Alandroal.**



(Fonte: INE, 2001; 2010)

Destas culturas resultam produtos de importância regional, salientando-se o azeite produzido pela Cooperativa Agrícola do Alandroal e pela Cooperativa Agrícola de Santiago Maior, bem como o vinho produzido pela PLC - Companhia de Vinhos do Alandroal, Lda. (Vinhos “Boa Nova” e “Pontual”) e pela Herdade de Santa Clara. Nas culturas temporárias, por sua vez, integram-se a produção de cereais e leguminosas secas para grão, de culturas forrageiras, industriais e hortícolas, e, ainda, a ocorrência de prados temporários. Os cereais para grão ocupam a maior área agrícola, muito embora esta tenha diminuído 36% no período de 1999 a 2009 (Gráfico 38).

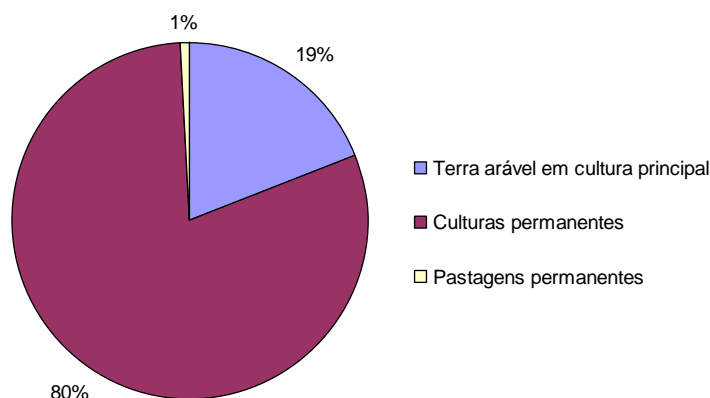
**Gráfico 38. Evolução da superfície das culturas temporárias no concelho do Alandroal.**



(Fonte: INE, 2001; 2010)

Pese embora as alterações introduzidas no território pela construção da Barragem do Alqueva, e a inundação de solos com potencial agrícola, o padrão de ocupação do solo face àquela infraestrutura não sofreu alterações significativas. Ao invés, a superfície agrícola irrigada que totalizava 2 187 ha em 1999, aumentou para 2 524 ha em 2009 (variação de 15,4%). A partir da informação constante do último recenseamento agrícola (INE, 2010), verifica-se que 80% da superfície irrigada do Concelho destinou-se à instalação de culturas permanentes, 19% à instalação de uma cultura principal e apenas 1% a pastagens permanentes (Gráfico 39).

**Gráfico 39. Distribuição da superfície irrigada e respectiva utilização.**



(Fonte: INE, 2010)

### **3.3.2.2 Produção Animal**

Em 1999 existiam no concelho do Alandroal 1260 explorações pecuárias (INE, 2001), tendo este número decrescido para 908, segundo dados do Recenseamento Agrícola de 2009, a que corresponde uma variação negativa de 27,9%. Não obstante, analisada a evolução do número de explorações por tipo de produção animal verifica-se que as explorações de coelhos aumentaram 160,0% (Quadro 25).



**Quadro 25. Variação do nº de explorações pecuárias no concelho do Alandroal (1999-2009).**

Tipo de exploração	Período de referência		Variação (%)
	1999	2009	
Suínos	183	75	- 59,0
Ovinos	280	263	- 6,1
Caprinos	211	135	- 36,0
Bovinos	119	100	- 16,0
Aves	328	253	- 22,9
Equídeos	101	57	- 43,6
Coelhos	5	13	160,0
Abelhas	33	12	- 63,6
<b>Total</b>	<b>1260</b>	<b>908</b>	<b>- 27,9</b>

(Fonte: INE, 2001; 2010)

Para o mesmo período verifica-se que os efectivos animais diminuíram na sua generalidade, com excepção para a produção de bovinos, equídeos e coelhos, com variações de 55,6%, 1,0% e 831,6%, respectivamente (Quadro 26).

**Quadro 26. Variação do efectivo animal no concelho do Alandroal (1999-2009).**

Efectivo animal	Período de referência		Variação (%)
	1999	2009	
Suínos	6 120	4 923	- 19,6
Ovinos	29 718	22 130	- 25,5
Caprinos	8 354	7 411	- 11,3
Bovinos	9 103	14 167	55,6
Aves	30 219	5 330	- 82,4
Equídeos	299	302	1,0
Coelhos	19	177	831,6
Abelhas	1 279	328	- 74,4
<b>Total</b>	<b>85 111</b>	<b>54 768</b>	<b>- 35,7</b>

(Fonte: INE, 2001; 2010)

Dados disponibilizados pela CMA respeitantes ao número de explorações e efectivos suínos, ovinos, caprinos e bovinos, contabilizados até Agosto de 2011, permitem desde já aferir alterações à evolução tendencial da última década. Com efeito, regista-se um acréscimo no número de explorações de bovinos e respectivos efectivos (variação de 39,0% e 0,7%, respectivamente). Outra alteração ocorre no efectivo suíno que regista um acréscimo de 80,6%, muito embora o número de explorações continue a diminuir (Quadro 27).



**Quadro 27. Variação do efectivo animal no concelho do Alandroal (2009-Agosto de 2011).**

Efectivo animal	Período de referência		Variação (%)
	2009	2011	
Suínos	4 923	8 892	80,6%
Ovinos	22 130	20 581	- 7,0%
Caprinos	7 411	5 248	- 29,2%
Bovinos	14 167	14 261	0,7%
<b>Total</b>	<b>48 631</b>	<b>48 982</b>	<b>0,7%</b>

(Fonte: INE, 2001; 2010)

A produção animal surge no Concelho como base para alguns dos principais produtos tradicionais, designadamente os enchidos, o mel e o queijo, cujos principais produtores são representados no quadro seguinte.

**Quadro 28. Principais produtores no concelho do Alandroal.**

Produtos	Produtores	Localização	
Enchidos	Salsicharia Sacaia - Fabrico de Enchidos, Lda	Santiago Maior	
	Salsicharia de Francisco Grazina Rainho		
	Salsicharia Alandroalense, Lda.	Alandroal	
Mel	José Inácio Silva Nina	Santiago Maior	
	Manuel António Conchinha Piteira		
	Francisco José Calisto Pais		
	António Joaquim da Costa Rodrigues		
	Manuel Rainho		
	Inácio João Marmou	Terena	
	Manuel Joaquim Soares Dias		
	João Falé Nunes		
	Inácio J. Falé Coelho		
	José António Cabaço		
	Queijos	Miguel Silva	Alandroal
		Manuel Coelho	Mina do Bugalho
		Vicente Cocó Caritas	
		João José Tátá Gonçalves	Alandroal
Alandroqueijo - Queijaria Tradicional de Alandroal, Lda.		Alandroal	
Fátima e Filhos - Indústria de Lacticínios, Lda.		Santiago Maior	
Inácio Joaquim Carraça			
Joaquim Manuel Freire			
José Joaquim Flores Germano			
José Rodrigues Calisto			
João António Serra Lica			

(Fonte: www.cm-alandroal.pt)





### 3.3.3 Indústria Transformadora

A actividade industrial no concelho do Alandroal assenta, essencialmente, na indústria transformadora que em 2007 correspondia a cerca de 92% do total de empresas no sector da indústria com sede no Concelho. A indústria transformadora, com sede no Alandroal, é bastante diversificada como se pode verificar pelo Quadro 29.

**Quadro 29. Representatividade de cada tipo de indústria transformadora com sede no concelho do Alandroal, em 2007.**

<b>Indústria Transformadora com sede no Alandroal</b>	<b>N.º empresas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	30	46,2
Indústria Têxtil	3	4,6
Indústria do couro e dos produtos do couro	1	1,5
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	7	10,8
Indústria da pasta de papel, cartão e seus artigos	2	3,1
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	5	7,7
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	12	18,5
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	1	1,5
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	1	1,5
Fabricação de material de transporte	1	1,5
Indústrias transformadoras, n.e.	2	3,1
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>

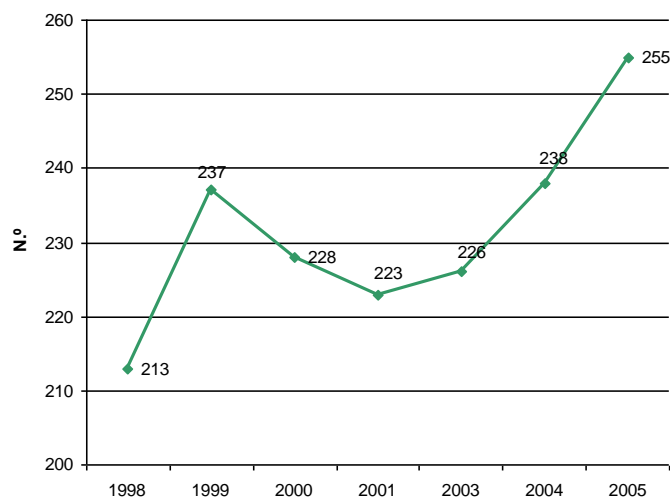
(Fonte: Website INE)

A indústria transformadora é o sector de actividade que mais emprega pessoal, essencialmente a indústria alimentar. Com efeito, verifica-se que em 2007 a principal indústria transformadora sediada no Concelho era a alimentar/bebidas (46,2%), seguida da metalúrgica de base e produtos metálicos (18,5%).

Na indústria alimentar destaca-se a produção de azeite, a produção de queijos, a produção de enchidos e ainda a produção de vinho.

No que respeita ao pessoal ao serviço da indústria transformadora (Gráfico 40) constatou-se que houve um acréscimo de 24 postos de trabalho entre 1998 e 1999, ocorrendo no entanto uma inflexão com um decréscimo de 14 postos de trabalho entre 1999 e 2001. De 2001 a 2005 registou-se novo acréscimo de pessoal afecto, havendo uma variação positiva de 32 postos de trabalho.

**Gráfico 40. Evolução do pessoal ao serviço das sociedades da indústria transformadora com sede no Concelho do Alandroal, entre 1998 e 2005.**



(Fonte: Website INE)

### 3.3.4 Turismo

O turismo representa um sector importante da actividade económica, sendo um impulsionador essencial da economia local e regional, estimulando não só o aumento de postos de trabalho, mas também a valorização do património natural e cultural, resultando numa melhoria significativa da qualidade de vida das populações locais.

O concelho do Alandroal caracteriza-se principalmente pela grande riqueza turística que reside não só individualmente no património ou na riqueza natural, mas sim na variedade de oferta turística. Quer sejam os registos pré-históricos e arqueológicos, quer seja da História de Portugal, que teve também como palco principal o Alandroal, a riqueza cultural e etnográfica, o campo, a fauna e agora mais recentemente o metamorfosar do Guadiana em Alqueva, vieram contribuir para a criação de um património fluvial mais amplo e mais consistente.

No que respeita à ruralidade e tradição do Concelho, ainda sem um produto que defina e que o caracterize, o Alandroal é também um concelho onde se respira a tradição gastronómica, onde o azeite produzido e engarrafado no concelho tem vindo a ganhar espaço no mercado, caracterizando-se como um azeite de elevada qualidade. O queijo, mel, tapeçarias e doçaria figuram também da lista de produtos tradicionais ainda produzidos no concelho (Diagnóstico Social do Alandroal, 2004).

A oferta hoteleira, de acordo com os dados apurados, em 2011, era composta sobretudo por unidades de alojamento turístico enquadradas em ambientes rurais, de forma a proporcionar ao visitante o melhor acolhimento e maior conforto junto à natureza.



O concelho tem também alguns alojamentos locais, bem como um Parque de Campismo Rural, que localizado na Aldeia de Rosário.

Os estabelecimentos de alojamento turístico discriminam-se no quadro que se segue:

**Quadro 30. Estabelecimentos de alojamento turístico.**

<b>Alojamento</b>	<b>Classificação</b>	<b>Localidade</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Site</b>
Hospedaria Pêro Rodrigues	Alojamento Local	Alandroal	Alandroal	<a href="http://www.hosperorodrigues.com.sapo.pt">www.hosperorodrigues.com.sapo.pt</a>
Landroal Residencial, Lda.	Alojamento Local	Alandroal	Alandroal	<a href="http://www.landroalresidencial.com">www.landroalresidencial.com</a>
Monte das Galhanas	Turismo Rural	Rosário	Alandroal	<a href="http://www.montedasgalhas.com">www.montedasgalhas.com</a>
Monte do Peral	Casa de Campo	Montejuntos	Capelins	<a href="http://www.montedoperal.com">www.montedoperal.com</a>
Monte da Courela do Pombal	Casa de Campo	Montejuntos	Capelins	-
Nave Terra – Hotel Rural	Hotel Rural	Mina do Bugalho	S. Brás dos Matos	<a href="http://www.hotelnaveterra.com">www.hotelnaveterra.com</a>
Casa da São	Casa de Campo	Aldeia da Venda	Santiago Maior	<a href="http://www.casadasao.com">www.casadasao.com</a>
Quinta Dias em Sonho	Casa de Campo	Aldeia dos Marmelos	Santiago Maior	<a href="http://www.quintadiasemsonho.com">www.quintadiasemsonho.com</a>
Casa Quintal do Rossio	Turismo Rural	Aldeia da Venda	Santiago Maior	<a href="http://www.casaquintaldorossio.pt">www.casaquintaldorossio.pt</a>
Herdade do Monte Outeiro	Turismo Rural	Herdade do Monte Outeiro	Santiago Maior	<a href="http://www.herdadedomonteouteiro.com">www.herdadedomonteouteiro.com</a>
Herdade D. Pedro	Agro-turismo	Terena	Terena	<a href="http://montedompredo.no.sapo.pt">http://montedompredo.no.sapo.pt</a>
Monte dos Vicentes	Agro-turismo	Terena	Terena	<a href="http://www.montevicentes.com">www.montevicentes.com</a>
Herdade dos Barros	Casa de Campo	Terena	Terena	<a href="http://www.herdadedosbarros.com">www.herdadedosbarros.com</a>
Casa da Tapada da D'Aldeia	Casa de Campo	Hortinhas	Terena	-
Casa de Terena	Turismo Rural	Terena	Terena	<a href="http://www.casadeterena.com">www.casadeterena.com</a>
Parque de Campismo Rural	Parque de Campismo Rural	Rosário	Alandroal	<a href="http://www.campingrosario.com">www.campingrosario.com</a>

A situação geográfica do concelho, privilegiado pela sua proximidade à auto-estrada Lisboa – Madrid, a poucos quilómetros de Badajoz (cidade com cerca de 160.000 habitantes) cria no Alandroal um potencial capaz de atrair empresas e desenvolver turismo. A proximidade a Badajoz e ao seu aeroporto, que conta com voos diários Internacionais, traduz-se também num factor de potencial turístico para o Concelho.



Nos quadros que se seguem, apresentam-se os mapas de visitantes do posto de turismo do Alandroal, e do posto de turismo de Terena, referentes ao ano de 2010. É de referir que o posto de turismo de Terena se encontrava encerrado a meados de Novembro de 2010.

**Quadro 31. Mapa de visitantes dos Postos de Turismo do Alandroal em 2010.**

Meses	Nacionalidades							Totais
	Portugal	Espanha	Holanda	França	Inglaterra	Alemanha	Outras	
Janeiro	145	38	4	-	4	-	-	191
Fevereiro	309	45		-	2	-	-	356
Março	281	79	10	10	22	-	4	406
Abril	287	57	10	8	15	8	10	395
Maiο	93	20	13	6	11	4	11	158
Junho	209	18	8	10	21	-	3	269
Julho	205	20	10	15	10	1	14	275
Agosto	525	33	2	16	9	6	3	594
Setembro	424	29	7	12	15	-	6	493
Outubro	222	43	1	5	13	2	3	289
Novembro	123	20	1	2	8	-	6	160
Dezembro	79	39	-	1	2	-	5	126
<b>Total</b>	<b>2902</b>	<b>441</b>	<b>66</b>	<b>85</b>	<b>132</b>	<b>21</b>	<b>65</b>	<b>3712</b>

(Fonte: Posto de Turismo do Alandroal)

**Quadro 32. Mapa de visitantes do Posto de Turismo de Terena em 2010.**

Meses	Nacionalidades							Totais
	Portugal	Espanha	Holanda	França	Inglaterra	Alemanha	Outras	
Janeiro	55	1	-	-	2	2	-	60
Fevereiro	63	7	-	-	4	-	-	74
Março	133	7	-	4	2	-	7	153
Abril	91	12	4	-	10	-	3	120
Maiο	29	5	14	8	25	4	6	91
Junho	29	7	-	-	4	-	-	40
Julho	28	9	2	-	2	-	2	43
Agosto	110	13	1	10	10	-	2	146
Setembro	52	10	4	4	7	-	4	81
Outubro	62	22	-	13	18	1	-	116
Novembro	30	-	-	-	-	-	-	30
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>Total</b>	<b>682</b>	<b>93</b>	<b>25</b>	<b>39</b>	<b>84</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>954</b>

(Fonte: Posto de Turismo do Alandroal)

Tal como consta nos mapas de visitantes, a procura turística é dominada pelos visitantes portugueses, seguida dos visitantes de idioma Espanhol e Inglês com taxas de visita significativamente mais baixas. No ano de 2010 registou-se, deste modo, um total de 3 712 visitas ao Posto de Turismo do Alandroal, um valor superior ao registado no ano de 2009, quando se contabilizaram 3 436 visitas. Esta observação permite-nos aferir de uma procura turística em

crescimento, sobretudo se atender a todo o desenvolvimento inerente à construção da barragem de Alqueva, que gradualmente criará a necessidade da existência de mais infra-estruturas para um melhor turismo.

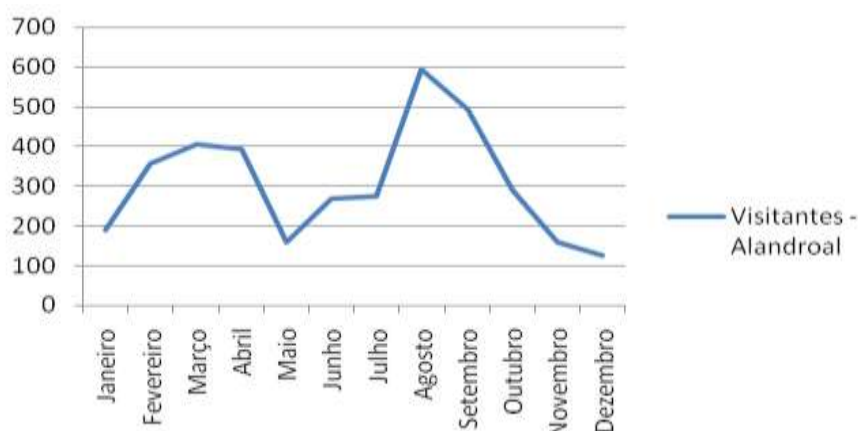
Em termos de frequência mensal, o pico de maior procura no Posto de Turismo de Alandroal foi em Agosto, com 594 visitas, sendo que os meses que têm menor procura são: Dezembro (126), Janeiro (191) e Maio (158). Na altura da Páscoa e pela festa da vila de Alandroal em Setembro regista-se sempre um aumento de visitantes ao concelho.

No Posto de Turismo de Terena registou-se no ano de 2010, um total de 954 visitantes. O mês de maior procura coincidiu com o mês do período festivo da Páscoa, altura em que se realiza na vila, a Romaria a N<sup>a</sup> Sra. da Boa Nova. Agosto é também um dos meses mais procurados pelos visitantes, à semelhança do Alandroal, pois coincide com o período de férias de Verão.

Em termos de frequência mensal, o pico de maior procura registado no Posto de Turismo do Alandroal, foi em Agosto, com 594 visitas (Gráfico 41), sendo o mês de Dezembro aquele que registou uma menor visitação, com 126 visitantes. Em relação ao Posto de Turismo de Terena, o mês de maior afluência foi em Março, com 153 visitas registando-se também um pico de visitantes em Agosto (com 146 visitas). Excluindo os meses em que este Posto de Turismo encerrou, o mês que registou menos visitas terá sido em Junho, com 40 visitantes (Gráfico 42).

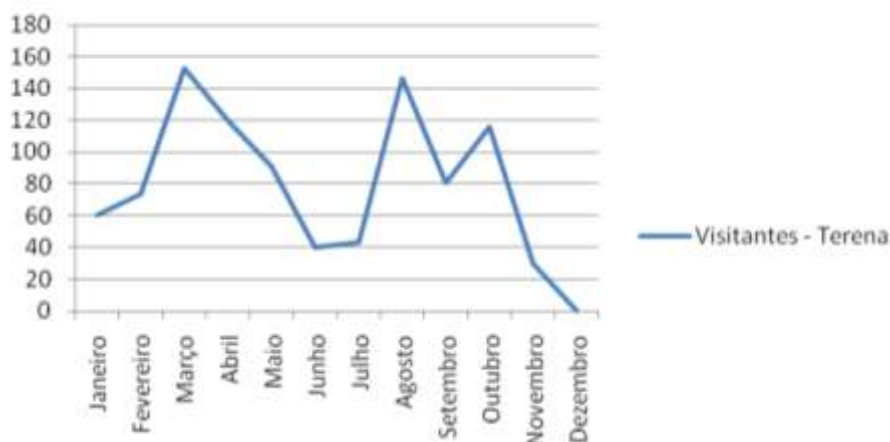
Nos restantes meses a procura oscila sazonalmente. A altura da Páscoa e o mês de Setembro, épocas da festa da vila do Alandroal, tratam-se de meses com afluência turística considerável em ambos os Postos de Turismo.

**Gráfico 41. Frequência mensal das visitas ao Posto de Turismo do Alandroal em 2010.**



(Fonte: Posto de Turismo do Alandroal)

**Gráfico 42. Frequência mensal das visitas ao Posto de Turismo de Terena em 2010.**



(Fonte: Posto de Turismo de Terena)

É conveniente notar que estes dados são os disponíveis nos dois Postos de Turismo do concelho, não tendo em atenção os dados dos visitantes dos Castelos de Alandroal, Terena e Juromenha, assim como os do Santuário de Nossa Senhora da Boa Nova, e todos os outros visitantes que se deslocaram para a prática de pesca, caça ou outro tipo de visitas.

De destacar também o trabalho que o município tem vindo a desenvolver na área da promoção através da participação em Feira de carácter turístico, quer seja a título individual, quer seja em conjunto com entidades como o Turismo Terras do Grande Lago Alqueva.

De forma a desenvolver a oferta turística existente e incluindo como agentes activos quer a restauração, quer seja o alojamento, o município desenvolveu no ano de 2010 duas actividades dentro da área da promoção, sendo elas a Mostra Gastronómica do Peixe do Rio, e o Evento “Por Terras de Endovélico”.

### **3.4 Recursos Culturais**

A cultura, o desporto e o lazer revestem-se de uma importância significativa, na medida em que são geradores de uma dinâmica social, necessária ao bem-estar das populações. São por isso factores relevantes para a qualidade de vida dos munícipes, contribuindo deste modo para a fixação da população e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da economia local.

#### **3.4.1 Cultura**

O concelho do Alandroal, à semelhança de outros municípios na região do Alentejo, apresenta uma importante riqueza cultural e etnográfica que permite diferenciá-lo e apresentá-lo com uma forte imagem exterior.

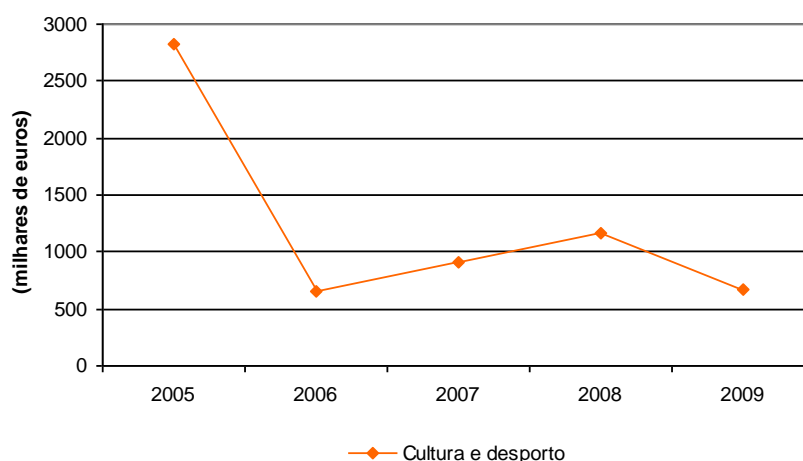
Para dinamizar este sector, o concelho dispõe de vários espaços culturais e de outra natureza, que não sendo a cultura a sua principal vocação, apresentam valências nesse âmbito. As infra-estruturas de cariz cultural são as que a seguir se enunciam:

- Fórum Cultural Transfronteiriço (1);
- Centros Culturais, Desportivos e de Recreio (11);
- Biblioteca Municipal (1) – em construção;
- Auditório - Cineteatro (1);
- Parque de Feiras e Exposições (1).

A construção de algumas destas infra-estruturas, nomeadamente do Fórum Cultural, do Auditório e do Parque de Feiras e Exposições, vieram colmatar as lacunas já identificadas pela autarquia e contribuir para a dinamização do sector.

Não obstante este investimento e segundo dados do INE, a despesa pública em matéria cultural para o período de 2005 a 2009 sofreu algumas oscilações (Gráfico 43).

**Gráfico 43. Variação da despesa municipal em cultura e desporto (2005-2009).**



(Fonte: Website INE)

Nos anos 2008 e 2009, a evolução da despesa revela uma tendência decrescente. O valor gasto em actividades culturais e de desporto no total da despesa sofreu um desaceleramento, de 12,9% para 7,1%, enquanto que as despesas culturais por habitante sofreram uma variação de - 42,3%.

Esta tendência foi extensível a 2010 em resultado da implementação do Plano de Intervenção e Combate à Crise e Medidas de Redução da Despesa do Município, elaborado no âmbito do contexto actual de crescente austeridade económica e financeira. De entre as medidas adoptadas destaca-se: i) *Encerramento do fórum café concerto e redução das despesas com espectáculos*



da programação cultural do fórum; ii) Redução em 90% das despesas com espectáculos culturais e recreativos; iii) Eliminação de 90% das horas extras de trabalhadores destacados para espectáculos culturais e recreativos; iv) Eliminação dos custos com aluguer de tendas para a festa de natal dos funcionários e festa do idoso; v) Redução para 1/3 das despesas associadas ao festival da juventude e festas de Setembro em 2010; vi) Redução em 2/3 no valor dispendido pelo Município em corridas de touros através do recurso à concessão dos espectáculos; vii) Suspensão de participação em feiras e certames, no país e no estrangeiro, com stand promocional próprio (CMA, s.d.).

Para 2011 e anos futuros, é expectável a manutenção desta tendência, fundamentada pela aplicação das seguintes medidas: i) Redução em 40% das actividades, e correspondente orçamento anual, nos sectores do desporto, lazer e cultura; ii) Redução da despesa com aquisição de jornais e revistas, incentivando a consulta on-line; iii) Redução em 40% nas despesas com festividades e celebrações da responsabilidade da autarquia, por exemplo, Dia da Mulher, comemorações do 25 de Abril, festival da juventude e festas de Setembro; iv) Redução no apoio às associações desportivas, sociais, culturais e recreativas do concelho com fixação de apoios financeiros máximos e através da criação de um Regulamento de Apoio que contribua e incentive a auto-sustentabilidade das associações e suas actividades; v) Redução no apoio às comissões de festas/associações para a realização das festividades do concelho. Apoio a apenas uma festa por localidade/ano. O apoio a atribuir será traduzido em apoio logístico (cedência de equipamentos sem montagem e desmontagem dos mesmos) ou apoio financeiro, que nunca poderá ser superior a 750€ (...) (idem).

No âmbito deste plano é, todavia, salientada a necessidade de reforço da cooperação com as colectividades, através da concretização de protocolos de cooperação com as várias associações do concelho em observância ao papel que cada uma desempenha na dinamização de actividades culturais, recreativas e desportivas.

A dinamização cultural conta também com o trabalho desenvolvido por associações e outras colectividades, quer na sede do concelho, quer nas diferentes freguesias. No Quadro 33 são identificadas as colectividades que actuam neste sector. A sua cobertura territorial é significativa, todavia, denota-se alguma necessidade de maior dinamismo e articulação entre si.



**Quadro 33. Colectividades de âmbito cultural e recreativo.**

<b>Colectividades</b>	<b>Localização</b>
Associação de Beneficiários do Lucefécit	Terena
Associação dos Bombeiros Voluntários de Alandroal	Alandroal
Associação Cultural "Amigos de Terena"	Terena
Associação Confraria da Rosa e do Templo	Alandroal
Associação Cultural e Desportiva da Mina do Bugalho	Bugalho
Associação Cultural e Recreativa Casanovense	Casa Novas de Mares (Santiago Maior)
Associação de Defesa do Património de Alandroal (ARREQUIZ)	Terena
Associação do Grupo de Forcados Aposento de Alandroal	Alandroal
Associação Juventude Sport Alandroalense	Alandroal
Associação de Protecção aos Idosos da Freguesia de Terena	Terena
Associação de Solidariedade Social de Capelins	Capelins
Casa do Povo de Santiago Maior	Santiago Maior
Centro Cultural de Alandroal	Alandroal
Centro Cultural e Desportivo de Cabeço de Carneiro	Santiago Maior
Centro Cultural e Desportivo de Ferreira de Capelins	Ferreira de Capelins
Centro Cultural e Desportivo de Hortinhas	Hortinhas
Centro Cultural e Desportivo de Marmelos	Marmelos
Centro Cultural e Desportivo de Montejunhtos	Montejuntos
Centro Cultural Orvalhense	Alandroal
Centro de Cultura e Convívio de Rosário	Rosário
Centro de Cultura e Desporto de Terena	Terena
Centro de Cultura e Recreio da Aldeia da Venda	Aldeia da Venda (Santiago Maior)
Choupana - Associação para o Desenvolvimento do Concelho do Alandroal	Alandroal
Clube Cultural, Desportivo, Recreativo e Comunicativo de Alandroal	Alandroal
Clube " Os Amigos do Tiro"	Alandroal
Comissão de Festas de Ferreira de Capelins	Ferreira de Capelins
Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário	Rosário
Confraria do Pão (Alentejo)	Terena
Grupo Amigos do Alandroal	Alandroal
Grupo Desportivo e Recreativo do Rosário	Rosário
Grupo "Não Há Machado Que Corte"	Terena
Sociedade Columbófila Alandroalense	Alandroal

(Fonte: [www.gov-civil-evora.gov.pt](http://www.gov-civil-evora.gov.pt); <http://www.cm-alandroal.pt>)

No panorama cultural do concelho está incluída a realização de festas e feiras, as quais envolvem a maioria da população local e criam grande afluência por parte de visitantes e turistas. Neste âmbito destacam-se no Quadro 34 as principais festividades.

**Quadro 34. Festividades no concelho do Alandroal.**

<b>Festividades</b>	<b>Localização</b>
Romaria de Nossa Senhora da Boa Nova	Terena
Festa da Santa Cruz	Aldeia da Venda
Festas Populares de Orvalhos	Santiago Maior
Baile da Pinha	Aldeia da Venda
Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição	Alandroal
Festas em Aldeia de Marmelos	Marmelos
Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição	Montejuntos
Festas em Mina do Bugalho	S. Brás de Matos
Festa Jovem	Santiago Maior
Festival da concertina-acordeão	Hortinhas
Festival da Juventude	Alandroal

(Fonte: <http://www.cm-alandroal.pt>; <http://u-plasma.com/evora/>)

### **3.4.2 Desporto e Lazer**

A Organização Mundial de Saúde reconhece a grande importância da actividade física para a saúde física, mental e social, capacidade funcional e bem-estar de indivíduos e comunidades. Como tal, almeja a implementação de políticas e programas que levem em conta as necessidades e possibilidades da população, de modo a integrar a actividade física no dia-a-dia dos habitantes, abrangendo todas as faixas etárias e sectores sociais, especialmente na escola, no local de trabalho e nas comunidades.

A evolução da despesa com as actividades de desporto e lazer reflecte a tendência decrescente já referida no ponto 3.4.1., através do Gráfico 43.

Em matéria de infra-estruturas e equipamentos desportivos, o concelho do Alandroal dispõe de:

- Campos de futebol (9);
- Polidesportivos (6);
- Campo de jogos (1);
- Pavilhão gimnodesportivo (1);
- Pista de pesca desportiva (1);
- Piscinas Municipais – coberta e descoberta (1).

No Quadro 35 é apresentada a localização destas infra-estruturas.



**Quadro 35. Infra-estruturas desportivas.**

<b>Infra-estruturas</b>	<b>Localização</b>
Campos de futebol	Mina do Bugalho
	Rosário
	Terena
	Hortinhas
	Juromenha
	Alandroal
	Montes Juntos
	Cabeça de Carneiro
	Santiago Maior
Polidesportivos	Aldeia da Venda
	Terena
	Ferreira de Capelins
	Casas Novas de Mares
	Cabeça de Carneiro
	Alandroal
Campo de jogos	EBI Alandroal
Pavilhão gimnodesportivo	Alandroal
Pista de pesca desportiva	Juromenha
Piscinas municipais	Alandroal

(Fonte: <http://www.cm-alandroal.pt>)

Os recursos naturais revestem-se de particular importância na oferta desportiva, nomeadamente para o desenvolvimento de actividade cinegéticas, piscícolas e, mais recentemente, náuticas, devido à construção da Barragem do Alqueva. As actividades ao ar livre assumem também importância na valorização do concelho e do seu território, destacando-se a prática de BTT. A prática desportiva estende-se ainda a modalidades comuns, tais como o futebol de 7 (inter-freguesias) e o futebol de praia (masculino e feminino).

A oferta de actividades desportivas reflecte-se num número significativo de colectividades, identificadas no Quadro 36.

**Quadro 36. Colectividades desportivas.**

<b>Colectividades</b>	<b>Localização</b>
Associação de Caçadores de S. Brás dos Matos	Mina do Bugalho
Associação de Caçadores do Lucefécit	Terena
Associação de Caçadores, Pescadores e Defesa do Ambiente de Santiago Maior (ACPDASM)	Santiago Maior
Associação de Caça e Pesca da Aldeia da Venda	Aldeia da Venda (Santiago Maior)
Associação de Caça e Pesca de Ferreira de Capelins	Capelins
Associação de Caça e Pescadores de Cabeça de Carneiro	Cabeça de Carneiro (Santiago Maior)
Associação de Pescadores da Herdade de Santa Clara	Terena
Clube de Caça Bombeiros do Alandroal	Alandroal



<b>Colectividades</b>	<b>Localização</b>
Clube de Caçadores do Alandroal	Alandroal
Clube de Caçadores do Alcaide	Mina do Bugalho
Clube de Caçadores do Rosário	Rosário
Clube de Caçadores dos Orvalhos	Orvalhos (Santiago Maior)
Clube de Caça e Pesca de Juromenha	Juromenha
Clube de Caça e Pesca de Terena	Terena
Clube de Caça, Pesca e Campo da Eira das Lebres	Rosário
Clube de Râguebi de Juromenha	Juromenha
Clube de Tiro, Caça e Pesca da Herdade de Calvinos	Alandroal
Clube de Tiro, Caça e Pesca da Herdade do Pêro Galego	Alandroal
Clube Naval do Grande Lago - Alqueva	Alandroal
Grupo Desportivo e Recreativo do Rosário	Rosário
Grupo Desportivo Carneirense	Cabeça de Carneiro
Núcleo de Fuzileiros de Juromenha	Juromenha
União dos Caçadores da Freguesia de Terena	Terena

(Fonte: <http://www.cm-alandroal.pt>; <http://u-plasma.com/evora/>)

### **3.5 Gestão do Território**

A forma como o território é gerido e como são consideradas as suas dinâmicas são requisitos essenciais para a sua sustentabilidade. Mais do que um espaço físico, o território é “a entidade de suporte, de integração e de síntese, de toda a actividade humana, com particular realce para as actividades produtivas, o habitat, os recursos naturais e ambientais, as identidades, bem como os agentes desses processos” (Fonseca Ferreira, 2005).

Na gestão do concelho do Alandroal incidem vários instrumentos de natureza estratégica e de ordenamento do território e urbanismo, que visam assegurar um desenvolvimento equilibrado e equitativo, em consonância com as suas potencialidades. No Quadro 37 sintetizam-se esses instrumentos.

**Quadro 37. Instrumentos de referência na gestão do concelho do Alandroal.**

<b>Designação</b>
<b>Enquadramento Estratégico Nacional:</b>
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
Programa Nacional Para as Alterações Climáticas
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
Estratégia Nacional para as Florestas
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
Estratégia para a Energia



<b>Designação</b>
Plano Nacional da Água
Plano Rodoviário Nacional
Plano Portugal Logístico
Plano Estratégico Para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II) 2007-2016
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) 2007-2013
Plano Estratégico Para os Resíduos Industriais
Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas
Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares
Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013
Plano Nacional de Acção Para a Eficiência Energética (Portugal Eficiência 2015)
Plano Estratégico Nacional do Turismo
Plano Sectorial da Rede Natura 2000
<b>Enquadramento Estratégico Regional:</b>
Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão
Plano de Bacia Hidrográfica do Guadiana
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
Plano Operacional da Região Alentejo
<b>Enquadramento de Referência Municipal:</b>
Plano Director Municipal do Alandroal
Plano Geral de Urbanização do Alandroal
Plano de Pormenor da Instalação de Equipamentos Colectivos em Aldeia das Pias
Plano de Pormenor do Parque de Feiras e Exposições do Alandroal
Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico do Alandroal (em elaboração)
Plano de Pormenor das Morenas (em elaboração)
Plano de Pormenor de Juromenha (em elaboração)
Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação da Vila de Juromenha (em elaboração)
Plano Municipal da Defesa da Florestal Contra Incêndios
Plano Operacional Municipal

Não obstante o conteúdo do quadro acima, com este capítulo não se pretende discriminar exaustivamente esses instrumentos mas, sim, evidenciar aqueles que assumem maior expressividade na gestão do território face aos seus objectivos e tendências prospectivas. Neste sentido, destacam-se os seguintes instrumentos:

**a) Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão**

O Plano de Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão foi publicado em 2002 e sujeito a revisão, cuja aprovação consta da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 94/2006, de 4 de Agosto.

Este Plano visa estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais existentes na área de intervenção, fixando os usos e os regimes de gestão compatíveis com a utilização



sustentável do território. Como tal, propõe um modelo assente nos seguintes princípios: i) *A sustentabilidade e solidariedade intergeracional, promovendo a compatibilização entre a conservação da natureza e da biodiversidade e o desenvolvimento socio-económico, num quadro de vida das populações actuais e vindouras;* ii) *A qualificação e valorização ambiental e paisagística das albufeiras e das respectivas envolventes;* iii) *A coesão e equidade social, assegurando o equilíbrio social e territorial e uma distribuição equilibrada dos recursos e das oportunidades, pelos diversos grupos sociais, classes geracionais, territórios e lugares;* iv) *A prevenção e precaução, prevenindo e antecipando os problemas e adoptando uma atitude cautelosa face ao défice de conhecimento ou à capacidade de intervenção, de forma a eliminar ou a minimizar riscos ou impactes negativos;* v) *A co-responsabilização, assumindo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão com a comunidade, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, não apenas pela aplicação do princípio do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, mas também apela a promoção de formas institucionais que propiciem uma gestão mais próxima dos cidadãos e dos utentes das albufeiras (RCM nº 94/2006).*

Com o seu desenvolvimento é pretendido assegurar a preservação e utilização sustentável dos recursos e valores existentes, pelo que incide sobre os planos de água propriamente ditos e à sua zona envolvente, isto é, à zona terrestre de protecção às albufeiras, aos quais estão associados regimes específicos de uso. Desta forma, este Plano promove a utilização harmoniosa dos recursos hídricos com a valorização dos recursos e valores específicos que integram as áreas de conservação ecológica, e com as áreas de utilização recreativa e de lazer, sendo um elemento estruturante na gestão do território.

#### **b) Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo**

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), aprovado a 16 de Julho de 2010, defende que a *região do Alentejo deve afirmar-se como território sustentável e de forte identidade regional, apoiado por um sistema urbano policêntrico, garantindo adequados níveis de coesão territorial e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu posicionamento geo-estratégico e os seus activos naturais e patrimoniais, devendo a sustentabilidade territorial assentar no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional, capazes de gerar novas oportunidades e de responder eficazmente aos potenciais riscos ambientais e sociais (CCDRA, 2008).*

Neste sentido, prospectiva nove grandes desafios para a região: i) *Promover o crescimento económico e o emprego;* ii) *Suster a perda demográfica e qualificar os recursos humanos;* iii) *Consolidar o sistema urbano e desenvolver um novo relacionamento urbano-rural;* iv) *Garantir*

*níveis adequados de coesão territorial; v) Valorizar e preservar o património natural e cultural; vi) Implementar um modelo de turismo sustentável; vii) Potenciar o efeito das grandes infra-estruturas (regionais e nacionais); viii) Criar escala e reforçar as relações com o exterior; ix) Combater os processos de desertificação (idem).*

Para o concelho do Alandroal este instrumento reforça a necessidade de criar e desenvolver o pólo turístico de Alqueva, previsto no Plano Estratégico Nacional do Turismo, envolvendo o aproveitamento paisagístico e ambiental dos valores existentes, a proximidade à capital do distrito e à sua dimensão patrimonial e cultural, bem como a proximidade e natureza transfronteiriça do seu território que permitirão definir o mercado espanhol como um *target* prioritário. Este Plano reforça também a necessidade de afirmar o valor patrimonial da sede de concelho como imagem e paisagem urbana singular. Através da definição da Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, evidencia a necessidade de privilegiar a manutenção dos sistemas ecológicos ribeirinhos de forma a assegurar a conectividade de todo o Vale do Guadiana e de mitigar o impacte provocado pela albufeira do Alqueva. No âmbito desta conectividade, é salientada a necessidade de garantir o enquadramento das áreas de matos e de quercíneas ou povoamentos explorados em sistemas de montado na envolvente desta albufeira e áreas a montante.

### **c) Plano Director Municipal do Alandroal**

O PDM do Alandroal entrou em vigor através da Resolução de Concelho de Ministros n.º 150/97, de 15 de Setembro, da qual consta o modelo de estrutura espacial do território municipal e a estratégia de desenvolvimento e ordenamento pretendidos para o concelho.

Nos termos da legislação em vigor, a Câmara Municipal do Alandroal decidiu em reunião ordinária de 30 de Abril de 2008 determinar a elaboração da revisão do PDM, de forma a actualizar as perspectivas de desenvolvimento que se adivinham para o concelho e de harmonizar o previsto neste instrumento com a realidade física, social, cultural e ambiental do território.

Neste sentido, a proposta de revisão incidirá nos seguintes níveis de execução: i) Ocupação do solo, compromissos urbanísticos e reservas de solo urbano, com implicações ao nível da quantificação dos solos urbanos; ii) Sistema de infra-estruturas, com incidência no abastecimento de água, tratamento de águas residuais, resíduos sólidos, sistema de equipamentos colectivos (educação, segurança social, terceira idade, saúde, desporto, cultura e recreio) e acessibilidades; iii) Condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes, com vista à actualização das áreas integrantes da Reserva Ecológica Nacional e à aplicação dos regimes decorrentes do Plano de

Ordenamento das Albufeiras do Alqueva e Pedrógão e do Aproveitamento Hidroeléctrico da Barragem do Alqueva.

Esta revisão assegurará também a compatibilização das normas regulamentares do PDM com o modelo do PROTA, para que seja possível assegurar o cumprimento das metas de sustentabilidade territorial pretendidas.

#### **d) Plano Geral de Urbanização do Alandroal**

O Plano Geral de Urbanização (PGU) do Alandroal foi ratificado pelo Governo, em Despacho de 22 de Setembro de 1988. Este plano encontra-se actualmente suspenso devido à vigoração de medidas preventivas, estabelecidas nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 146/2006, de 2 de Novembro. Esta suspensão tem por objectivo a verificação das circunstâncias excepcionais que resultaram da alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local, derivadas da implementação do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, as quais se revelaram incompatíveis com as opções estabelecidas por este plano, cuja revisão já foi determinada.

A par do acima exposto, a esta revisão fundamenta-se ainda nos seguintes aspectos: i) *A necessidade de adequação à evolução a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração;* ii) *A alteração e novas dinâmicas do quadro económico, social e cultural, com expressão territorial e que já ocorrem no Concelho e na Vila;* iii) *A análise da natureza das sugestões que resultaram (e que resultarem) da auscultação da população* ([www.cm-alandroal.pt](http://www.cm-alandroal.pt)).

#### **e) Plano de Pormenor da Instalação de Equipamentos Colectivos em Aldeia das Pias**

O Plano de Pormenor da Instalação de Equipamentos Colectivos em Aldeia das Pias foi ratificado pela Portaria nº 80/97, de 3 de Fevereiro.

Este plano visa definir e regular a ocupação da área abrangida, a qual se encontra dividida em quatro zonas: zona desportiva, zona de infra-estruturas, zona de equipamentos de apoio à 3ª idade e zona de arruamentos.

#### **f) Plano de Pormenor do Parque de Feiras e Exposições do Alandroal**

O Plano de Pormenor do Parque de Feiras e Exposições de Alandroal foi ratificado pelo Aviso nº 4166/2008, de 19 de Fevereiro. Este instrumento desenvolve e concretiza a proposta de organização espacial nesta parcela de território do Município do Alandroal. Define, também, a ocupação daquele espaço e fundamenta os projectos de execução das infra-estruturas, da





arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo, com as prioridades estabelecidas no respectivo programa de execução.

Tem como principais objectivos: i) *A concretização de uma área destinada a parque de feiras e exposições que cumule tal função com a de área verde de recreio e lazer com carácter permanente;* ii) *A adequação dos níveis de ocupação urbana com o equilíbrio ambiental da área de intervenção. Através de uma adequada distribuição espacial e funcional;* iii) *A humanização da área de intervenção com respeito pelos recursos culturais, ambientais e paisagísticos, mantendo-se, sempre que tal não for incompatível com o uso dominante, as características agrícolas da área em causa* (Aviso nº 4166/2008).

#### **4. Pressões Exercidas pelas Actividades Humanas**

Com base na descrição dos principais recursos do concelho do Alandroal, atendendo ao Diagnóstico para a Sustentabilidade, e de modo a anteceder a avaliação global, pretende-se neste capítulo proceder à apreciação global das incidências das principais actividades humanas, recorrendo a matrizes de impactes.

Esta caracterização contempla a categorização das principais actividades humanas através da análise dos impactes na sustentabilidade (i.e. positivos (+), negativos (-) ou nulos (0)), causas e consequências. Será importante salientar que este processo de avaliação é complexo e muitas vezes subjectivo, devendo esta síntese ser lida como um primeiro enquadramento.

Desta forma, as principais actividades humanas analisadas são as seguintes:

- Aglomerados Populacionais e Construção;
- Indústria, Comércio e Serviços;
- Actividade Agrícola e Florestal;
- Turismo.



**Quadro 38. Incidência dos Aglomerados Populacionais e da Construção sobre os recursos.**

Recursos	Impactes			Causa (acção)	Consequência	
	+	0	-			
Ambiental	Água		X		Utilização da água	Verifica-se que os consumos são reduzidos, pelo que o contributo dos aglomerados urbanos no esgotamento dos recursos hídricos subterrâneos é previsivelmente muito reduzido
			X		Produção de águas residuais	Grande parte da população do concelho residente em lugares é servida por estações de tratamento de águas residuais, pelo que a contaminação dos meios receptores em consequência das descargas é previsivelmente de baixo risco
	Ar		X		O tráfego automóvel é uma das principais fontes de poluição atmosférica	Degradação da qualidade do ar
	Ambiente sonoro			X	Tráfego rodoviário é uma das principais fontes de ruído	Níveis de ruído elevado nalgumas áreas da rede viária.
	Solo e Usos do solo		X		Dinamismo do parque habitacional	Alteração pouco significativa do coberto vegetal
				X	Construção da Barragem do Alqueva	Submersão de solos aluvionares com aptidão agrícola
	Biodiversidade			X	Construção da Barragem do Alqueva	Eliminação e/ou submersão de vegetação com interesse conservacionista existente nas margens do Rio Guadiana
	Resíduos			X	Tendência ascendente da produção de resíduos sólidos urbanos	Se os resíduos produzidos não entrarem no circuito de gestão, poderão contaminar o solo e a água
				X	Produção de resíduos de construção e demolição (RCD)	A existência do Aterro de Resíduos Inertes permite que alguns dos RCD possam ser devidamente encaminhados, eliminando-se, assim, um foco de poluição caso o seu destino fosse um depósito ilegal
Consumo de Energia			X	Elevado consumo doméstico de energia eléctrica	Aumento da emissão de gases de efeito estufa	
Social	População	X			Melhores condições de vida do que nas habitações isoladas, face a uma maior proximidade e centralização de serviços/bens	Contribui para a fixação de população

**Agenda 21 do Concelho do Alandroal**  
Diagnóstico para a Sustentabilidade



Recursos	Impactes			Causa (acção)	Consequência	
	+	0	-			
Emprego	X			Criação e concentração de postos de trabalho comparativamente com a zonas mais rurais e isoladas	Criação de emprego que contribui para a fixação de população	
	X			Tecido urbano consolidado	Maior facilidade na gestão dos recursos e do território	
	X			Existência de infra-estruturas e equipamentos escolares desde o ensino pré-escolar ao ensino básico, passando pelo ensino recorrente	Redução da taxa de analfabetismo e melhores condições escolares	
			X		Ausência de infra-estruturas escolares de nível secundário	Deslocações de alunos a concelhos vizinhos
	X			Existência do centro de saúde e extensões rurais	Maior cobertura da rede de cuidados de saúde, da qual resulta uma diminuição nas deslocações extra-concelhias	
			X		Falta de recursos humanos qualificados	Diminuição da qualidade dos cuidados primários e dos serviços de prevenção.
	X		X		Maior necessidade de infra-estruturas e equipamentos sociais	Carência de apoio a idosos
			X		Necessidade de programas e/ou actividades dirigidas à população jovem	Aumento do índice de dependência total e dos apoios sociais
Economia	X			Concentração de actividades ligadas ao sector agro-alimentar	Crescimento do sector secundário e terciário	
Cultura, Desporto e Lazer	X			Boa cobertura de infra-estruturas e equipamentos culturais, desportivos e lazer	Fixação da população e aumento de fluxo turístico	
Gestão do Território	X			Existência de povoamentos concentrados	Maior gestão do tecido urbano, dado que evita o crescimento desordenado	
	X			Programação das áreas urbanas através de vários instrumentos de planeamento municipal	Organização adequada do território municipal e controlo do crescimento urbano	
		X		Dinamismo na construção de novos edifícios e alojamentos	Alteração pouco significativa do sistema urbano uma vez que o Alandroal é um dos concelhos menos populosos do Alentejo Central	

**Agenda 21 do Concelho do Alandroal**  
Diagnóstico para a Sustentabilidade



**Quadro 39. Incidência da Indústria, Comércio e Serviços sobre os recursos.**

Recursos		Impactes			Causa (acção)	Consequência
		+	0	-		
<b>Ambiental</b>	<b>Consumo de Energia</b>			X	Aumento do consumo energético	Emissão de gases de efeito estufa
<b>Social</b>	<b>População</b>	X			Assegura postos de trabalho	Contribui para a fixação da população
	<b>Emprego</b>	X			Potencialidade empregadora do sector secundário, em particular da indústria transformadora	Geração de emprego
		X			Presença significativa do pequeno comércio ligado à área agro-alimentar	Aproveitamento de mão-de-obra local e dinamização de produtos locais
	<b>Educação</b>	X			Potencial de desenvolvimento do ensino tecnológico	Criação de condições para o desenvolvimento de uma maior qualificação/formação
	<b>Saúde</b>			X	Doenças associadas ao trabalho	Possível degradação de aspectos relacionados com a saúde
<b>Economia</b>	<b>Tecido Empresarial</b>			X	Predomínio de empresas de pequena dimensão	Desaceleramento do empreendedorismo
<b>Cultura, Desporto e Lazer</b>		X			Oferta de produtos regionais de qualidade; existência de equipamento desportivo e eventos culturais locais	Elementos de interesse turístico
<b>Gestão do Território</b>		X			Programação do parque de feiras e exposições	Organização adequada do território municipal



**Quadro 40. Incidência da Actividade Agrícola e Florestal sobre os recursos.**

Recursos	Impactes			Causa (acção)	Consequência	
	+	0	-			
Ambiental	Água			X	Elevados consumos pela actividade agrícola	A agricultura no concelho é o principal consumidor de água, podendo contribuir para o deficit de caudais na Ribeira de Lucefécit em estiagem.
				X	Lexiviação de fertilizantes e fitossanitários em resultado de uma utilização excessiva	Embora não existam dados que o permitam verificar, é previsível a ocorrência de contaminação da água superficial e subterrânea
	Solo e Usos do solo	X			Desenvolvimento da policultura na proximidade dos aglomerados populacionais	Aproveitamento do potencial agrícola dos melhores solos do concelho, com actividades de valor económico
		X			Extensas áreas com povoamentos florestais	Aproveitamento de solos pouco produtivos de acordo com as suas limitações e aptidão
		X			Aproveitamento agrícola de ¼ da área irrigada	Desenvolvimento do regadio
	Biodiversidade		X		Desenvolvimento de actividade agro-florestais	Permitem a manutenção das potencialidades ecológicas do montado e, com isso, a manutenção da biodiversidade faunística e florística que lhe está associada
	Floresta e Outros Usos	X			Extensas áreas de montado	Aproveitamento da multifuncionalidade do montado, com potencial aproveitamento cinegético e silvopastoril
		X			Gestão do sub-coberto arbóreo	Diminuição do risco de incêndio devido à criação de barreiras verticais e horizontais à propagação do fogo
Social	População	X			Garantia de postos de trabalho; existência de explorações em meios rurais	Fixação da população em áreas rurais
	Emprego			X	Abandono do sector primário	Migração da população e aumento do desemprego
	Saúde		X		Aumento do grau de exigência de segurança alimentar	Produtos locais de qualidade
Cultura, Desporto e Lazer	X			Espaços florestais de suporte ao desenvolvimento de actividades cinegéticas	Permitem o conhecimento do potencial cinegético da região e ajudam a promover a integração da caça noutras actividades como a agricultura, a silvicultura e a silvopastorícia	
Gestão do Território	X			Cobertura das áreas florestais por plano de ordenamento florestal	Implementação de modelos de silvicultura adequados às potencialidades do território e sujeitos a medidas e orientações de gestão específicas	

**Agenda 21 do Concelho do Alandroal**  
Diagnóstico para a Sustentabilidade



Recursos	Impactes			Causa (acção)	Consequência
	+	0	-		
		X		Diversificação no uso atribuído ao solo	Manutenção da heterogeneidade paisagística e equilíbrio ecológico do território



**Quadro 41. Incidência do Turismo sobre os recursos.**

Recursos		Impactes			Causa (acção)	Consequência
		+	0	-		
<b>Ambiental</b>	<b>Biodiversidade</b>			<b>X</b>	Eleuada procura pela Albufeira do Alqueva para a prática de actividade de recreio e lazer, e para a instalação de alojamentos turísticos	Sobrecarga dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e terrestres, que pode comprometer a sua gestão
<b>Social</b>	<b>População</b>	<b>X</b>			Oferta de unidades de alojamento em ambiente rural	Divulgação do património natural; Aumento do fluxo de visitantes
		<b>X</b>			Inclusão de Juromenha e Capelins nas Aldeias Ribeirinhas	Promoção do património arquitectónico e arqueológico; dinamização do espaço rural
	<b>Emprego</b>		<b>X</b>		Desenvolvimento de actividades cinegéticas e piscícolas	Promoção de colectividades de carácter local; maior dinamismo económico
<b>Cultura, Desporto e Lazer</b>		<b>X</b>			Valor do património gastronómico	Promoção e reconhecimento de produtos locais (azeite, mel, queijo, doçaria)
		<b>X</b>			Dinamização de actividades culturais incidentes no património construído, etnográfico e natural	Aumento do fluxo de visitantes ao concelho; Valorização e conservação do património natural e do edificado





## **5. Avaliação Global da Sustentabilidade**

Este capítulo constitui o resumo do Diagnóstico para a Sustentabilidade, tendo como base a avaliação descrita ao longo do documento. Para tal, proceder-se-á a uma síntese de avaliação global através de uma análise SWOT<sup>13</sup> simplificada.

O concelho do Alandroal apresenta uma localização privilegiada na Região Alentejo, dada a sua proximidade a Évora, capital de distrito, e a Espanha. Situa-se na designada e muito conhecida Zona dos Mármorez, que engloba também os concelhos de Estremoz, Vila Viçosa, Borba e Sousel, e dispõe de boas acessibilidades viárias.

Do ponto de vista ambiental, o Concelho apresenta boas condições para uma qualidade de vida satisfatória. A evolução dos principais factores ambientais tem-se revelado francamente positiva, tendo decorrido quer da resposta da autarquia a exigências legalmente estabelecidas, quer dos investimentos efectuados, sobretudo ao nível dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas residuais. Com tal, o Concelho apresenta: i) uma boa qualidade do ar, uma vez que não comporta actividades susceptíveis de originarem a dispersão de poluentes atmosféricos que comprometam, entre outros factores, a saúde pública; ii) uma boa a muito boa qualidade das águas subterrâneas provenientes do sistema aquífero Estremoz-Cano (A4), o qual apresenta elevado interesse hidrogeológico; iii) 100% da população residente em lugares servida por abastecimento público domiciliário; iv) 95% da população residente em lugares abrangida por redes de drenagem de águas residuais e 90% da população servida por estações de tratamento de águas residuais (5 ETAR e 10 fossas sépticas); v) uma boa cobertura de meios para a gestão dos resíduos, nomeadamente de RSU, cuja produção tem vindo a aumentar nos últimos anos; iii) boa cobertura da rede eléctrica.

Ainda assim, existem algumas situações susceptíveis de comprometer a qualidade ambiental do Concelho, nomeadamente ao nível dos recursos hídricos. Efectivamente, as massas de água existentes apresentam elevado risco de incumprimento dos parâmetros definidos pela Directiva-Quadro da Água, devido ao risco de eutrofização. Exemplo disso, é a má qualidade da água da Albufeira do Lucefécit, frequentemente afectada por contaminação orgânica com origem urbana, pecuária e/ou em práticas de fertilização com efluentes pecuários. Com menor incidência surgem também as situações pontuais de poluição nas Ribeiras do Alandroal, da Silveirinha e da Rendeira, e no Ribeiro da Bradeira.

---

<sup>13</sup> SWOT – Strengths (Pontos Fortes), Weakness (Pontos Fracos), Oportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).

Também os níveis de ruído poderão induzir a alguns constrangimentos ambientais. Com efeito, a caracterização acústica do Concelho permitiu identificar o tráfego rodoviário na ER 255 e nos principais eixos urbanos da Vila do Alandroal, a par das indústrias transformadoras do mármore, como as principais fontes emissoras de poluição sonora, ainda que o nível de incomodidade por elas gerado seja, no essencial, limitado no tempo.

Pela natureza dos solos e características ecológicas, o concelho do Alandroal evidencia fortes potencialidades para o aproveitamento florestal, quer através da consolidação dos espaços ocupados por povoamentos de azinhal, quer através do desenvolvimento de actividades cinegéticas e silvopastoris. Não obstante a predominância do montado, este apresenta-se envelhecido e com fraca regeneração natural devido a uma deficiente gestão e à maximização dos rendimentos provenientes da actividade silvopastoril, destacando-se os associados à criação de gado a partir do qual são originados produtos de denominação de origem protegida.

O território concelhio não apresenta uma elevada diversidade biológica. Destaca-se, contudo, o Vale do Guadiana e a Ribeira do Luceférit. No Alandroal, o Rio Guadiana surge marginado por áreas de azinhal, áreas de montado e por vegetação ripícola de elevado interesse conservacionista, às quais estão associados valores endémicos que levaram à sua integração na Rede Natura 2000, através da criação do Sítio PTCON0032 – Guadiana/Juromenha. Já a Ribeira do Luceférit possui um elevado interesse para a fauna piscícola e para a ocorrência de valores endémicos com a boga (*Chondrostoma* spp.) e o barbo (*Barbus* spp.).

Em termos sociais, o Concelho apresenta uma baixa densidade populacional resultante da conjugação dos seguintes factores: i) decréscimo da taxa de crescimento natural da população; ii) envelhecimento demográfico acentuado e aumento da esperança média de vida; iii) número de óbitos superiores ao número de nascimentos; iv) fenómenos migratórios resultantes do declínio do sector primário e do decréscimo da taxa de empregabilidade. Relativamente a este último factor, tem-se que as actividades do sector secundário continuam a ser a principal fonte de rendimento através da indústria transformadora, em particular a de origem agro-alimentar.

No que respeita à educação, a taxa de população com o ensino básico e o ensino secundário decresceu no último período inter-censitário, ao contrário da taxa da população residente com maior nível de qualificações. Com efeito, o número de residentes com bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento cresceu de forma notória, acompanhado a tendência do Alentejo Central e do país. Ainda assim, o concelho do Alandroal ainda não alcançou o nível de escolaridade desejado, pese embora usufrua de boas e suficientes infra-estruturas de ensino. A oferta ao nível secundário é inexistente apesar de ter sido equacionada a construção de um estabelecimento de ensino ou a redefinição dos estabelecimentos existentes, pelo que os alunos



são deslocados a concelhos vizinhos (Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz). Há, no entanto, a registar a existência de um Pólo da Universidade Sénior Túlio Espanca/Escola Popular da Universidade de Évora, onde são dinamizadas actividades de aprendizagem de natureza não formal, e de um Centro de Novas Oportunidades integrado no Agrupamento Vertical do Alandroal.

Na área da saúde, o concelho dispõe de uma rede de cuidados primários proporcionada por um centro de saúde e por dez extensões, que oferecem consultas gerais e de especialidade, serviços de prevenção e telemedicina com os Hospitais de Évora e Elvas, que permitem diminuir o número de deslocações dos utentes a entidades prestadoras de serviços extra-concelhias e o custo associado a essas mesmas deslocações. No contexto da telemedicina, o concelho do Alandroal foi o primeiro município a introduzir e a utilizar este conceito, o que lhe vale a atribuição do Prémio de melhor iniciativa na categoria e-medicina, atribuído pelo “Fórum Hospitais do Futuro”, sob gestão da empresa *GroupVision Education Services*. As principais condicionantes identificadas na área da saúde prendem-se com a distância entre as várias infra-estruturas (entre 5 e 25 km relativamente à sede) que originam o recurso a meios alternativos de transporte como a ambulância e o táxi, e com a falta de recursos humanos especializados, sobretudo nos serviços de enfermagem.

Relativamente à acção social, o número de beneficiários do Subsídio de Reinserção Social tem aumentado nos últimos anos, acompanhado a tendência da sub-região do Alentejo Central. O índice de dependência total, que mede a dependência de determinados grupos etários perante a população activa, também tem vindo a aumentar, reflectindo a variação demográfica dos últimos anos. O número de pensionistas é bastante significativo devido ao forte envelhecimento da população, excedendo mesmo os valores verificados para a região Alentejo e para a sub-região do Alentejo Central. As infra-estruturas existentes são actualmente compatíveis com as necessidades identificadas. Nos últimos anos foram criadas instalações para o apoio à infância (uma creche e duas unidades de ATL) e para o apoio à Terceira Idade (dois centros de dia e um lar), que vieram colmatar as carências identificadas. A ajuda a estratos sociais e economicamente mais desfavorecidos é diversificada e orientada para diferentes grupos da população, sendo prestada pela autarquia e por vários agentes locais com competências na matéria. Neste contexto destacam-se os apoios integrados no Plano de Intervenção Social no Município do Alandroal, no Programa Alandroal Convida e no Projecto “CLDS da Zona dos Mármore”, bem como as várias medidas de Acção Social Escolar e a actuação do GIPSA na protecção de crianças e jovens em risco e/ou perigo.

A rede viária apresenta condições satisfatórias resultantes dos vários investimentos levados a cabo pela autarquia, nomeadamente em matéria de repavimentação e beneficiação. Ainda assim,

as infra-estruturas viárias encontram-se num nível inferior às dos concelhos vizinhos (Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz).

No que respeita às actividades económicas, a tendência geral verificada no Concelho aponta para o desaceleramento do empreendedorismo, fruto de um tecido empresarial formado maioritariamente por empresas de pequena dimensão. Como tal, o número de empresas sedeadas no Concelho tem diminuído.

O sector primário tem perdido dimensão, mas ainda assim verifica-se um bom aproveitamento dos solos irrigados, com cerca de  $\frac{3}{4}$  da área total, um valor acima do obtido para a região. O sector secundário, como já referido, é o que apresenta maior dinamismo, com predominância de indústrias alimentares. Segue-se o sector terciário, com o domínio de pequenos comércios relacionados com a área agro-alimentar. A produção e comercialização de produtos alimentares de origem local (azeite, queijo, mel, vinho e doçaria) contribuem de forma expressiva para a divulgação do Concelho e do seu património gastronómico, apresentando-se como um vector de promoção turística.

O turismo no Alandroal assenta na elevada riqueza do seu património arquitectónico, arqueológico, cultural, etnográfico e, mais recentemente, fluvial. A oferta turística caracteriza-se essencialmente por unidades de alojamento em ambiente rural, que permitem aos visitantes usufruir do património natural. O aproveitamento da Albufeira do Alqueva para fins turísticos surge como um vector de desenvolvimento e uma aposta de continuidade, da qual já faz parte a inclusão de Juromenha e Capelins no conjunto das Aldeias Ribeirinhas.

Em termos culturais, o concelho do Alandroal dispõe de vários equipamentos e infra-estruturas, alguns dos quais de construção recente. Não obstante, o panorama cultural encontra-se pouco dinamizado devido essencialmente a factores de natureza económica, mais notórios no último ano. Para contornar esta situação e para poder continuar a promover culturalmente o Concelho, a autarquia aposta na cooperação com as colectividades locais e no apoio ao associativismo como factores a potenciar no curto prazo.

À semelhança do sector cultural, também o desportivo tem sofrido algumas limitações devido a factores económicos. Ainda assim, o Concelho encontra-se dotado de vários equipamentos e infra-estruturas desportivas que cobrem na generalidade as necessidades da população. Os recursos naturais surgem neste contexto como factores de potencial atractividade, nomeadamente para o desenvolvimento de actividades cinegéticas e piscícolas.

Do ponto de vista da gestão territorial, o concelho do Alandroal encontra-se dotado de planos de âmbito nacional, regional e municipal, que visam assegurar a salvaguarda do seu território e dos



valores em presença. Pese embora estes instrumentos procurem assegurar uma gestão estratégica e espacial perfeitamente ajustada à realidade ambiental, social, económica e cultural do concelho, verifica-se que ocorre um desfasamento entre as dinâmicas territoriais e os objectivos e opções que lhes estão associados. Para reverter esta situação, a Câmara Municipal do Alandroal tem procedido à revisão dos planos de maior relevância para a organização do espaço municipal, em cumprimento da legislação em vigor e em observância aos vários instrumentos de natureza estratégica que definem aquelas que deverão ser as principais directrizes de actuação no concelho, nomeadamente o PROTA. Este instrumento, como referido, realça a importância do aproveitamento turístico associado à albufeira do Alqueva e ao património cultural como vector de desenvolvimento e de afirmação regional e transfronteiriça. Por outro lado, evidencia a relevância do património natural existente no concelho e, em particular, ao Vale do Guadiana, na biodiversidade local e regional, reforçando assim um compromisso já assumido nesta matéria aquando da criação do Sítio PTCON0032 – Guadiana/Juromenha.

#### Quadro 42. Análise SWOT.

##### PONTOS FORTES

###### AMBIENTAIS:

- Boa localização geográfica devido à proximidade de Évora e Espanha;
- Elevada cobertura dos sistemas públicos de abastecimento e drenagem e tratamento de águas residuais;
- Bom nível de qualidade ambiental (baixos índices de poluição atmosférica e sonora);
- Melhoria do sistema de recolha selectiva;
- Baixos consumos do sector doméstico;
- Recursos naturais e paisagísticos, nomeadamente os associados ao Sítio PTCON0032 – Guadiana/Juromenha;
- Elevado potencial para a actividade silvopastoril e para a produção de produtos de denominação de origem protegida;
- Elevado potencial para o desenvolvimento da actividade cinegética, associada ao montado;
- Elevado potencial da actividade piscícola associada às águas interiores.

###### SOCIAIS:

- Decréscimo gradual da taxa de retenção e desistência dos alunos do ensino básico;
- Existência de vários apoios de intervenção social;
- Novo Centro de Saúde e introdução da telemedicina.

###### CULTURAIS:

- Oferta de infra-estruturas e equipamentos desportivos e culturais;
- Identidade cultural.

###### ECONÓMICOS:

- Forte tradição gastronómica;
- Enquadramento agrícola local para a exploração do montado e pecuária extensiva (vacas aleitantes, ovinos e caprinos) com recurso a apoios comunitários;
- Exploração do olival através de sistemas de produção integrada e modo biológico;
- Crescimento do sector turístico associado à Albufeira do Alqueva.

##### PONTOS FRACOS

###### AMBIENTAIS:

- Albufeira de Lucefécit eutrofizada;
- Elevados consumos do sector agrícola;
- A Ribeira de Lucefécit, com elevado potencial ecológico encontra-se degradada;
- Poluição em algumas linhas de água do Concelho devido a descargas de efluentes agro-industriais;
- Dificuldades no serviço de abastecimento público devido à antiguidade de algumas condutas adutoras e à significativa variabilidade anual dos consumos;
- Elevada susceptibilidade dos solos à desertificação;
- Montado envelhecido e com fraca regeneração natural;
- Agricultura intensiva numa vasta área do território à qual é se associa contaminação da água superficial;
- Consumo doméstico de energia eléctrica, por consumidor, superior à media nacional e regional.

###### SOCIAIS:

- Reduzido índice de natalidade;
- Índice de envelhecimento e índice de dependência elevados;
- Taxa de analfabetismo superior à média nacional e regional;
- Estrutura da população demarcadamente envelhecida;
- Estrutura do mercado de trabalho com elevado peso de trabalhadores não qualificados ou com baixa escolaridade;
- Carência de postos de trabalho;
- Recursos humanos qualificados em número inferior à média nacional.

###### ECONÓMICOS:

- Falta de estratégia, inovação e investigação nos sectores industriais, nomeadamente nos sectores do mármore, vinho e queijo;
- Dinâmica económico-social desacelerada.



### OPORTUNIDADES

#### AMBIENTAIS:

- Recuperação de linhas de água;
- Desenvolvimento turístico associado à albufeira do Alqueva, nomeadamente para a prática de actividades de recreio e lazer;
- Valores naturais preservados que poderão ser uma mais-valia para o turismo, designadamente turismo de natureza.

#### CULTURAIS:

- Fomento da cooperação da autarquia com as colectividades através da criação de protocolos.

#### ECONÓMICOS:

- Candidatura a programas locais, regionais e nacionais;
- Localização geográfica como factor potenciador económico;
- Produção agrícola intensiva como pólo de desenvolvimento rural;
- Potencial para a educação ambiental e ecoturismo/turismo de natureza.

### AMEAÇAS

#### AMBIENTAIS:

- Forte probabilidade de ocorrência de secas;
- Elevada procura da zona do Alqueva para o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer (navegação, circulação de veículos todo-o-terreno e instalações turísticas), as quais poderão afectar os recursos naturais existentes;
- Sobrepastoreio nas áreas de azinhal integrantes do PTCON0032 – Guadiana/Juromenha.

#### SOCIAIS:

- Tendência decrescente da taxa de crescimento efectivo e natural da população;
- Duplo envelhecimento da população - diminuição da população jovem e aumento da população idosa no Concelho;
- Tendência crescente da percentagem de beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
- Isolamento social resultante da dispersão demográfica.

#### CULTURAIS:

- Diminuição da despesa pública em actividades culturais, recreativas e desportivas.

#### ECONÓMICOS:

- Carência de parcerias e articulação entre as instituições locais;
- Crise no mercado das rochas ornamentais e industriais;
- Tendência para a concentração da população e dos serviços na sede do concelho.



A partir da análise SWOT efectuada verifica-se que os principais **pontos fortes** do concelho para a área ambiental estão relacionados com a ampla cobertura das redes de infra-estruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e fornecimento de energia eléctrica), a qual permite assegurar uma qualidade de vida satisfatória e colmatar algumas situações de carência, sobretudo ao nível das freguesias rurais. A qualidade da água para o fornecimento à população e a qualidade do ar são boas, pese embora tenham sido identificadas algumas fontes de poluição antrópica. Os recursos naturais existentes apresentam significativas potencialidades para um aproveitamento económico e turístico local, e para a consolidação ecológica e biológica da região.

Do ponto de vista social, salienta-se os investimentos efectuados no âmbito da educação e da saúde, nomeadamente através da disponibilização de um Centro de Novas Oportunidades integrado no Agrupamento Vertical do Alandroal e de um Pólo da Universidade Sénior Túlio Espanca/Escola Popular da Universidade de Évora, bem como a cobertura geral do território municipal por extensões do Centro de Saúde do Alandroal.

Na área da saúde, evidencia-se a disponibilização de consultas específicas e de especialidade que cobrem, no essencial, as necessidades da população, sendo complementadas com um serviço de telemedicina que evita a deslocação de utentes a outros concelhos e permite uma redução de custos quer para os serviços quer para os próprios doentes.

A tradição gastronómica aliada ao vasto património arquitectónico, arqueológico, cultural e fluvial, constituem vectores de desenvolvimento turístico e económico, e de promoção do Concelho a nível nacional e internacional. As infra-estruturas culturais e desportivas apresentam-se também como elementos de destaque, as quais permitem o desenvolvimento de eventos e actividades de divulgação.

O predomínio de solos de baixa produtividade, com elevado índice de desertificação, e a contaminação de alguns recursos hídricos por actividades antrópicas constituem, do ponto de vista ambiental, os principais **pontos fracos**. Como tal, a actividade agrícola sofreu quebras significativas e, actualmente, é a indústria transformadora a principal fonte de rendimento.

O elevado desemprego e o envelhecimento da população levam a que o tecido económico e empresarial seja fraco comparativamente com outros concelhos da região Alentejo e da sub-região Alentejo Central. Em consequência, o Concelho regista um elevado índice de dependência total e um acréscimo do recurso a apoios sociais, em particular do Rendimento Social de Inserção.

Devido a dificuldades económicas da autarquia, o orçamento em matéria cultural sofreu um decréscimo significativo e, como tal, verificou-se uma redução no número de eventos e de apoios a colectividades locais.





O desenvolvimento turístico em torno da albufeira do Alqueva e com recurso ao próprio plano de água para actividades de lazer e recreio surge como uma **oportunidade** para o desenvolvimento concelhio. Os valores naturais em presença constituem também um vector de promoção ambiental e de desenvolvimento económico, nomeadamente para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, cinegético e piscícola, bem como de actividades de educação ambiental.

Os protocolos de cooperação entre a autarquia e as colectividades locais constituem uma alternativa para a promoção cultural do Concelho, face à redução da despesa neste sector.

A situação demográfica e a baixa empregabilidade, por sua vez, constituem os principais factores de **ameaça** ao desenvolvimento local, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista social.

Em termos ambientais, a ocorrência de secas, a elevada procura da Albufeira do Alqueva para actividades de lazer e recreativas, assim como o sobre-pastoreio nas áreas de azinhal, são factores que a curto/médio prazo poderão comprometer a biodiversidade.

## **Bibliografia**

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – Guia Agenda 21 Local – Um Desafio para Todos. Lisboa: APA, 2007.

ALMEIDA, C. *et al.* - Sistemas Aquíferos de Portugal Continental. Lisboa: INAG, 2000.

AVISO Nº 4166/2008. D. R. II Série. 35 (2008-02-19). 6549-6551.

AVISO Nº 9204/2003. D. R. II Série. 280. Apêndice 181 (2003-12-04). 6-8.

CARDOSO, J. – Os Solos de Portugal: sua classificação, caracterização e génese a Sul do Rio Tejo. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, 1965. 1 Vol.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL (CMA) – Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Caderno I e II. Alandroal: CMA, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho do Alandroal. Alandroal: CMA, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Carta Educativa do Alandroal. Volume I. Alandroal: CMA, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Diagnóstico Social do Concelho do Alandroal. Alandroal: CMA, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Fundamentação da Revisão do PDM do Alandroal. Alandroal: CMA, [s.d.].

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Regulamento do Programa *Alandroal ConVida*. Alandroal: CMA, [s.d.].

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Regulamento Municipal de Apoio Social a Melhorias Habitacionais no Concelho do Alandroal. Alandroal: CMA, [s.d.].

CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL – Regulamento Interno do Grupo de Intervenção Psicossocial do Alandroal - GIPSA. Alandroal: CMA, [s.d.].

Cupeto, C. A. - A água como factor de gestão, planeamento e desenvolvimento integrado Sistema Aquífero Estremoz – Cano (A4) Zona dos Mármore, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor. Évora: Universidade de Évora, 2003.

dB LABORATÓRIO DE ACÚSTICA E VIBRAÇÕES LDA. – Mapas de ruído do concelho do Alandroal. Câmara Municipal do Alandroal, 2005.

DECRETO-LEI Nº 9/2007. D. R. I Série 12 (2007-01-07). 389-398.

DECRETO-LEI Nº 292/2000. D. R. I Série A. 263 (2000-11-14). 6511-6520.

DECRETO REGULAMENTAR Nº 36/2007. D. R. I Série. 65 (2007-04-02). 2046-2073.

EDITAL Nº 498-B/2007. D. R. II Série. 114. Suplemento (2007-06-15). 16750(147)-16750(149).

EDITAL Nº 499/2005. D. R. II Série. 166. Apêndice 118 (2005-08-30). 3-4.

EDITAL Nº 287/2005. D. R. II Série. 85. Apêndice 60 (2005-05-03). 3-4.

FONSECA FERREIRA, A. – Gestão Estratégica de Cidades e Regiões, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005.

INSTITUTO DA ÁGUA; ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO ALENTEJO - Questões significativas da gestão da água – Participação pública, informação de suporte. Região Hidrográfica do Guadiana. Lisboa: INAG/ARH Alentejo, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Recenseamento Agrícola 2009 – Dados preliminares. Lisboa: INE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2009. Lisboa: INE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008. Lisboa: INE, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007. Lisboa: INE, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006. Lisboa: INE, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2005. Lisboa: INE, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004. Lisboa: INE, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Recenseamento Geral da Agricultura 1999. Lisboa: INE, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 2001- Alentejo, Lisboa, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 1991- Portugal, Lisboa, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 2001- Portugal, Lisboa, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – Censos 1991- Região do Alentejo, Lisboa, 1993.

MADRP/DGRF – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central. Lisboa: MADRP/DGRF, 2006.

PORTARIA Nº 80/97. D. R. I Série B. 28 (1997-03-02). 584-585.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 53/2010. D. R. I Série. 148 (2010-08-02). 2962-3129.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 94/2006. D. R. I Série. 150 (2006-08-04). 5541-5574.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS Nº 150/97. D. R. I Série. 213 (1997-09-15). 4927-4940.

## Fontes

[A] Agência Portuguesa do Ambiente – Qualidade do Ar: <http://www.qualar.org/> (acedido em Março de 2011);

[B] Atlas do Ambiente: <http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/> (acedido em Março de 2011);

[C] Câmara Municipal do Alandroal: <http://www.cm-alandroal.pt/pt/Munic%C3%ADpio%20de%20Alandroal.htm> (acedido em Março de 2011);

[D] Direcção-Geral de Energia e Geologia: <http://www.dgge.pt> (acedido em Abril de 2011);

[E] Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, E. M.: <http://www.gesamb.pt/> (acedido em Março de 2011);

[F] Governo Civil de Évora: <http://www.gov-civil-evora.gov.pt/index.php/gce> (acedido em Março de 2011);

[G] Guia de Portugal: <http://guiadeportugal.pt> (acedido em Abril de 2011);

[H] Grupo de Coordenação da Rede de Informação de Situações de Emergência: <http://scrif.igeo.pt/cartografiacrif/2007/crif07.htm> (acedido em Março de 2011);

[I] Instituto Geográfico Português/Grupo de Detecção Remota: [http://www.igeo.pt/instituto/cegig/gdr/index.php?princ=PROJECTOS/CLC2006&sessao=m\\_projectos](http://www.igeo.pt/instituto/cegig/gdr/index.php?princ=PROJECTOS/CLC2006&sessao=m_projectos) (acedido em Março de 2011);



- [J] Instituto da Água:  
[http://www.inag.pt/inag2004/port/a\\_intervencao/planeamento/pbh/pbh04\\_guadiana/1/guad\\_f1v4\\_p3.pdf](http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/planeamento/pbh/pbh04_guadiana/1/guad_f1v4_p3.pdf) (acedido em Maio de 2011);
- [K] Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt> (acedido em Março e Abril de 2011);
- [L] Portal da Saúde: <http://www.portaldasaude.pt/portal> (acedido em Abril de 2011);
- [M] Segurança Social – Contratos Locais de Desenvolvimento Social: <http://clds.seg-social.pt/LoadFile.ashx?type=projecto&id=32> (acedido em Julho de 2011);
- [N] U-Plasma Évora: <http://u-plasma.com> (acedido em Março de 2011);
- [O] Universidade Sénior Túlio Espanca: <http://www.utulioespanca.uevora.pt> (acedido em Abril de 2011).